



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

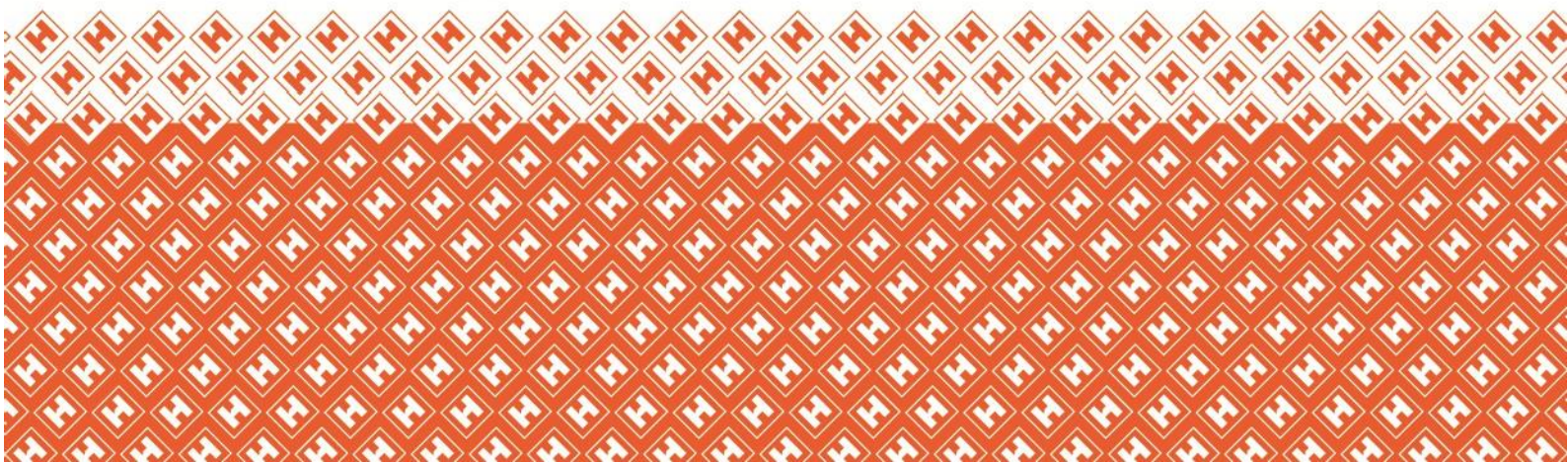
---

LUCIANA DEISE SANT'ANA MAGALHÃES NEVES

**FÉ, RESISTÊNCIA E CATIVEIRO: ASPECTOS DA VIDA  
ESCRAVA EM MACAÚBAS ATRAVÉS DAS SUAS FONTES  
PAROQUIAIS- XIX**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Julho/2022



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia \_ UESB Mestrado  
Profissional em Ensino de História \_ ProfHistória/UESB

**Luciana Deise Sant'Ana Magalhães Neves**

**Fé, resistência e cativo: aspectos da vida escrava em Macaúbas-Ba através das  
suas fontes paroquiais - XIX**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em  
Ensino de História – ProfHistória/Uesb, como requisito  
parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre  
em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Linguagens e Narrativas  
Históricas, Produção e Difusão.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Avanete Pereira Sousa.

Vitória da  
Conquista/BA  
Julho/2022

N425f

Neves, Luciana Deise Sant'ana Magalhães.

Fé, resistência e cativo: aspectos da vida escrava em Macaúbas através das suas fontes paroquiais - XIX. / Luciana Deise Sant'ana Magalhães Neves, 2022.

123f. il.

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Avanete Pereira Sousa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

Contém guia de apoio pedagógico

Inclui referência F. 110 - 123

1. Ensino de história. 2. História Local - Macaúbas. 3. Escravidão e memória. I. Sousa, Avanete Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

CDD 907

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

LUCIANA DEISE SANT'ANA MAGALHÃES NEVES

**FÉ, RESISTÊNCIA E CATIVEIRO: ASPECTOS DA VIDA ESCRAVA EM  
MACAÚBAS-BA ATRAVÉS DAS SUAS FONTES PAROQUIAIS - XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado  
Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Foi  
avaliada para a obtenção do título de mestre em Ensino de  
História, e aprovada em sua forma final pelo orientador e  
pela banca examinadora.

Data da aprovação: **05 de setembro de 2022.**

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Avanete Pereira Souza  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)  
Examinadora Interna

---

Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Examinadora Externa

---

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Examinador Externo

## **DEDICATÓRIA**

À memória de todos aqueles que foram vítimas do sistema escravista que também ocorreu em solo macaubense, em especial a do Senhor João Cabo. Homem simples, fabricante de vassouras de palha, centenário, descendente de escravos e com quem tive a oportunidade de conviver por muitos anos em que ele foi meu vizinho. Que suas lutas, dores e legado na construção da nossa sociedade não sejam esquecidos.

## AGRADECIMENTOS

Chegar a essa parte da dissertação é uma vitória, significa que consegui trilhar esse percurso desafiador. O trilhar não foi solitário, e a isso eu agradeço a Deus, essa força de amor e luz à qual eu credito toda a existência, por ter me proporcionado a presença de pessoas \_meus pais, irmãos, amigos, colegas, direção e coordenação do Colégio Cônego, minha prima Juli, minha afilhada Naty, meus filhos e esposo \_ capazes de me fortalecer, apoiar, cobrar, ajudar, amparar e doar carinho. Obrigada, Senhor, por todos eles.

Agradeço em especial ao mestre e amigo professor Alan Figueiredo, pessoa responsável por me fazer conhecer os arquivos pesquisados, ao vigário Osvaldino Barbosa, a equipe de funcionários da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e a Hugo Defensor, licenciando em História, pelas conversas e ajuda na transcrição dos termos eclesiais.

Desejava buscar minha qualificação profissional através do mestrado, porém a distância entre minha cidade e a capital baiana enfraquecia essa possibilidade, então quando a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, aderiu ao programa do PROFHISTÓRIA, percebi que *'fata viam inveniut'*. Consegui a aprovação e passei a fazer parte da primeira turma do mestrado profissional de Ensino de História dessa instituição. O desafio era ainda gigante e o ano de 2020 não foi comum. A pandemia do Covid-19 mudou a realidade e nos apresentou a um mundo de horrores, medo, desconfiança e desesperança. Tivemos apenas uma semana de aula presencial e tudo parou.

A incerteza tomou conta, mas a brilhante equipe da UESB soube contornar as dificuldades e com competência nos proporcionou um estudo de qualidade mesmo à distância. Os doutores e doutoras professores e professoras transmitiram muito mais que conhecimento através das telas, esse carinho também foi sentido com a prestatividade da secretária do Profhistória, a querida Fabíola Novais. Meu eterno agradecimento a vocês. Dessa equipe reforço o agradecimento à minha orientadora, a professora Dra. Avanete Sousa que conseguiu me guiar com parcimônia e determinação em contribuir com os meus avanços, a ela devo os momentos frutíferos de discussão sobre o tema escravidão com a especialista na temática, a professora Dra. Isnara Ivo.

O ensino remoto acabou favorecendo os estudos dos textos acadêmicos, porém as situações de medo, angústia e tristeza que a pandemia nos causou, deixaram marcas psicológicas que se tornaram barreiras na reta final desse caminhar de especialização profissional. Mas aí reafirmo a expressão latina que diz ‘o que tem de ser tem muita força’. Essa força veio dessa turma especial que tive o privilégio e a honra de conviver mesmo que virtualmente. Não foram poucas as minhas dúvidas e os meus receios, e eles souberam me incentivar, cobrar, ajudar e caminhar junto comigo nessa jornada. O carinho por todos é enorme, porém alguns foram os que mais sentiram a minha presença, Cilmara, Cema, Rita, Welma, Rhanes, Osmundo, Fábio e Vini, nas pessoas de vocês agradeço imensamente aos demais por todos os momentos de alegrias, dúvidas, resenhas, músicas e aprendizado compartilhados.

Destaco também a importância do Estado brasileiro, que por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fui contemplada com a bolsa auxílio.

Concluo dizendo que me sinto uma pessoa abençoada. Foi maravilhoso tornar-me uma profissional mais competente ao lado de pessoas especiais. Obrigada.

“Quem não é capaz de sonhar com a história diante  
dos documentos não é historiador.”

Fernand Braudel



## RESUMO

Essa dissertação objetiva contribuir com o Ensino de História da escravidão em Macaúbas, na segunda metade do século XIX, através de pesquisas em fontes documentais paroquiais e da elaboração de materiais para uso didático sobre a temática em sala de aula. A proposta busca viabilizar o uso de documentos escritos da Igreja Católica local para abordar conteúdos curriculares de história relativos à escravidão no Brasil nas aulas de História da Educação Básica, por acreditar que a partir do estudo da sua realidade local os alunos sintam-se mais motivados e atraídos pelo conhecimento histórico, sendo assim capazes de perceberem a sua relevância no processo de ensino-aprendizagem. A Educação Histórica será o suporte teórico metodológico utilizado por levar em consideração a subjetividade dos alunos no desenvolver da consciência histórica de cada sujeito. A solução mediadora de aprendizagem proposta é a produção de um Guia virtual contendo registros de casamentos, óbitos e batismos, com suas respectivas transcrições, selecionados dos livros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas- Bahia, no intuito de que possam servir de subsídios pedagógicos para os professores de História da Educação Básica do município ao abordarem a escravidão no Brasil.

**Palavras- chave:** Ensino de História; história local; Macaúbas; escravidão e memória.

## ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to the Teaching of History of Slavery in Macaúbas, in the second half of the 19th century, through research in parochial documentary sources and the elaboration of materials for didactic use on the subject in the classroom. The proposal seeks to enable the use of written documents from the local Catholic Church to address curricular contents of history related to slavery in Brazil in the History of Basic Education classes, believing that from the study of their local reality, students feel more motivated and attracted by historical knowledge, thus being able to perceive its relevance in the teaching-learning process. The Historical Education will be the methodological theoretical support used to take into account the subjectivity of the students in the development of the historical conscience of each subject. The mediating solution for learning proposed is the production of a virtual Guide containing records of marriages, deaths and baptisms, with their respective transcripts, selected from the books of the Parish of Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas-Bahia, in order that they may serve as pedagogical subsidies for teachers of History of Basic Education in the municipality when approaching slavery in Brazil.

**Keyword:** history teaching, local history, Macaúbas, slavery, memory.

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

<b>MAPA 1</b> – Bahia século XIX.....	28
<b>QUADRO 1</b> - Levantamento da população- censo de 1872.....	30
<b>MAPA 2</b> -destaque das terras do município de Macaúbas.....	32
<b>TABELA 1</b> - Registro de casamento envolvendo escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas entre os anos 1849 e 1872.....	40
<b>TABELA 2</b> - Registro de óbitos de ingênuos a partir da Lei do Ventre Livre, 1871 a 1883- Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas/BA. Livro de óbito n. 6.....	44
<b>QUADRO 2</b> - Síntese da identificação do documento.....	73
<b>QUADRO 3</b> - Síntese da explicação do documento.....	74
<b>QUADRO 4</b> - Síntese do comentário do documento.....	74
<b>TABELA 3</b> - Livros de registros de batismo, óbito e matrimônio da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas - Século XIX.....	87
<b>TABELA 4</b> - Registros de casamentos entre escravos da Paróquia de Macaúbas: Condição dos nubentes (1849 a 1872).....	90
<b>TABELA 5</b> - Quantitativo de registros de batismo na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas – 1849 a 1861, e condição dos indivíduos batizados.....	93
<b>TABELA 6</b> - Livro de óbito n. 2, de 1853 a 1876 - Paróquia de Macaúbas – gênero, condição, cor/qualidade.....	94
<b>TABELA 7</b> - Registro de batismo de filhos de escravos ocorridos na Paróquia de Macaúbas após a lei do Ventre Livre – Amostra.....	97
<b>TABELA 8</b> - Registros de casamentos em Macaúbas, dados retirados dos livros n. 1 ao 3, século XIX.....	98
<b>TABELA 9</b> - Registros de óbitos de ingênuos, livro n. 4, entre os anos de 1871 a 1883, situação de filho legítimo ou filho natural.....	103

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. ENTRE A FÉ E A ESCRAVIDÃO: OS CATIVOS E A IGREJA NA MACAÚBAS OITOCENTISTA</b>	
1.1. O território macaubense no caminho da escravidão: um passado negro a se descobrir, valorizar e historiografar.....	18
1.1.1. Os caminhos da formação de Macaúbas, origem e sociedade mestiça.....	22
1.1.3. A origem da sede municipal.....	31
1.2. A igreja e escravidão: uma relação de fé e força.....	36
1.3. A importância do estudo sobre a africanidade brasileira .....	45
1.3.1. A Lei 10.639/03 e a realidade na prática.....	48
1.3.2. Resquícios do racismo e preconceito ainda presentes. ....	50
<b>2. ENSINO DE HISTÓRIA: FONTES LOCAIS COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b>	
2.1. Justificando o trabalho com a história local em sala de aula .....	54
2.1.2. Reflexões teórico-metodológicas sobre a história local.....	59
2.2. O uso de documentos históricos em sala de aula.....	62
2.2.1. Compreendendo a historicidade do conceito de documento histórico.....	65
2.2.2. Considerações sobre o uso de documentos históricos como materiais didáticos.....	69
2.3. Significando o estudo de história através da Educação Histórica.....	75
<b>3. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COM FONTES LOCAIS</b>	
3.1. As fontes eclesiásticas e o Ensino de História: desconstruindo e reconstruindo visões acerca da escravidão em Macaúbas/BA.....	84
3.2. Possibilidades didáticas do uso dos documentos eclesiásticos em sala de aula.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

Estou na Educação Básica há mais de duas décadas atuando como professora da rede estadual no município de Macaúbas, no sudoeste da Bahia. Atualmente, leciono as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia nas duas Unidades de Educação na sede do município destinadas ao atendimento de jovens estudantes do Ensino Médio: Colégio Estadual Cônego Firmino Soares e o Cetep da Bacia do Paramirim. Sou licenciada em História e tenho uma pós-graduação *Latu sensu* em Metodologia do Ensino de História e Geografia; todas as formações foram na modalidade à distância, e quis o destino, ou melhor, a pandemia, que o mestrado também assim o fosse. Ciente das dificuldades do ensinar História, sempre busco entrar na minha sala de aula pensando em torná-la um espaço acolhedor, de diálogo, animado, prazeroso e lógico, de muito saber. Para tanto, procuro utilizar estratégias que dinamizam a aprendizagem, como jogos, enquetes, encenações, análise de documentos, e relacionar o momento histórico estudado com algo do presente, muitas vezes estabelecendo ligação com fatos ocorridos em nosso município, pois acredito que a “abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas” (BITTENCOURT, 2009, p. 169) é muito salutar para a aprendizagem dos estudantes. Entretanto, as inquietudes e inseguranças vão nos impelindo a buscar novas respostas, e foi com a oferta do mestrado em Ensino de História que vi a possibilidade de melhorar a minha atuação como docente nesse campo do saber.

Meu município oferece uma diversidade temática muito ampla que pode ser explorada na disciplina de História. Porém, um ponto dentro da história do meu município sempre me chamou a atenção, ‘a escravidão’. A presença da escravidão na história de Macaúbas não é trabalhada dentro do ambiente escolar; a memória da existência desse grupo social está sendo perdida diante da morte das gerações mais velhas, do esquecimento dos espaços públicos alusivos à escravidão, do empoeiramento dos documentos oficiais que trazem registros sobre as relações sociais, jurídicas e econômicas, e do abandono ou mesmo da destruição de espaços e objetos de memórias. Essa realidade foi determinante para a seleção temática da minha pesquisa. Além disso, os estudos realizados na disciplina Teoria da História me colocaram em contato com os trabalhos da professora Dra. Isnara Pereira Ivo que tratam sobre a escravidão; neles pude estabelecer paralelos com informações coletadas nos documentos eclesiásticos em meu município, o que aguçou mais ainda a minha vontade de trabalhar com essa temática.

A proposta inicial deste projeto seria produzir uma sequência didática voltada para a pesquisa sobre a escravidão negra no Brasil, partindo do olhar local, com a análise de fontes históricas primárias encontradas nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Porém, diante do contexto da pandemia que nos afastou do contato direto com os estudantes no ano letivo de 2020 e boa parte de 2021, tive que modificar o produto a ser desenvolvido. Sendo assim, optei por transformar o meu estudo em um guia de fontes históricas primárias, material esse que acredito que possa ser utilizado por outros professores do meu município e, assim, proporcionar o conhecimento, o debate e a preservação da memória desse momento histórico de Macaúbas e seus desdobramentos.

As fontes paroquiais selecionadas para essa pesquisa foram livros de registros do século XIX, nos quais se encontram termos de batismos, matrimônios e óbitos da população macaubense, com os quais podemos comprovar a presença escrava em sua sociedade. A escolha dos documentos históricos que foram pesquisados nesta proposta de estudo foi fundamentada em dois aspectos. O primeiro é o propósito de ajudar a desconstruir uma ideia ainda enraizada de que a população escravizada não formava famílias, pois a partir dos registros paroquiais, nos quais se encontram atas de batismo, óbito e matrimônio, pode ser direcionado o pensar sobre as relações sociais dos escravizados. O segundo aspecto que justificou minha escolha adveio da acessibilidade aos documentos, por esses estarem preservados no arquivo particular da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas estão em uma melhor condição de preservação e organização, bem diferente das fontes oficiais municipais que se encontram no arquivo público municipal. E finalmente, dada a minha realidade de tempo e trabalho, optei pelas fontes eclesiásticas.

Esta pesquisa tratou dos usos de documentos históricos locais em sala de aula como estratégia didático-metodológica do ensino de História. Com o auxílio do conceito de consciência histórica apresentado por Jörn Rüsen (*apud* SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010), o projeto teve como proposta a criação de material didático-pedagógico, um guia de fontes históricas primárias, que possa ser utilizado pelos professores da educação básica do município de Macaúbas nas aulas de História com o intuito de proporcionar aos seus alunos a capacidade de identificar parte do processo científico de construção histórica, bem como contribuir com a percepção da sua própria historicidade e do local em que vivem.

O presente trabalho, portanto, apostou na hipótese de que o ensino da história local é uma forte ferramenta no desenvolvimento da aprendizagem histórica dos estudantes da educação básica, pois pode se tornar um elemento capaz de seduzir o aluno e levá-lo a refletir, a partir do seu local de vida, sobre uma espacialidade mais ampla. É também

relevante o uso metodológico da história local no ensino, porque influencia no desenvolvimento de um pensamento de valoração da importância do aluno como sujeito histórico em que ele se vê como um elemento de construção social na sociedade na qual está inserido, além de fortalecer seus laços identitários, uma vez que possibilita que ele se perceba assim responsável pelo grupo ao qual pertence. Dessa forma, corroborando para a eficácia desta proposta de trabalho, o projeto propôs o uso de documentos históricos locais nas atividades em sala de aula como um recurso didático no ensino de História.

O uso de documentos históricos na prática da sala de aula não é um debate novo no meio acadêmico, e muito já se encontra presente nos livros didáticos disponibilizados aos estudantes, que, de acordo com as teorias historiográficas, apresentam uma diversidade de fontes históricas envolvendo desde documentos oficiais escritos a imagens do cotidiano, letras de músicas etc. Já é consenso entre os professores historiadores que aquele ensino factual da História não contempla mais o alunado do século XXI. O acúmulo de informações repassadas por meio de um monólogo monopolizado pelo professor foge do real propósito da disciplina, que se entende aqui como um saber que objetiva o desenvolvimento da consciência histórica por parte do aluno, o que implica o desenvolvimento da sua capacidade crítica de analisar e interpretar o mundo humano e suas relações sociais.

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana. (RÜSEN *apud* SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 44).

Esta proposta de pesquisa adotou a perspectiva historiográfica de que os conteúdos históricos devam ser apresentados de modo reflexivo para que gerem perguntas e respostas aos envolvidos no processo de aprendizagem. Nesse sentido, considera que reforçar a prática pedagógica do professor de modo que ela possa responder de modo satisfatório a um questionamento muito presente na cabeça dos estudantes da educação básica — “por que devo estudar História?” —, pode levar o estudante a compreender que o ensino de história não é uma mera apresentação de uma compilação de fatos relevantes do passado, mas que “dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro” (RÜSEN *apud* SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 36).

A dissertação foi desenvolvida e composta de três seções. A primeira seção trabalha “Entre a fé e a escravidão: os cativos e a Igreja na Macaúbas novecentista”. Nela está apresentado um panorama histórico-geográfico do município de Macaúbas, abordando de maneira crítica o seu histórico escravista e as percepções desse passado na memória coletiva da população e em seus dados sociodemográficos. Para isso, foram analisados produções historiográficas locais, dados do IBGE e o documento do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (CAMPOS, 1918), estabelecendo o diálogo profícuo com os saberes de Maurice Halbwachs e Peter Burke; foi ainda examinada a relação da Igreja Católica com a escravidão, a fim de se compreender a inclusão do escravo nos sacramentos, por meio de publicações e obras de Adriana Pereira Campos e Patrícia M. da Silva Melo, Anderson José Machado de Oliveira, Stuart B. Schwartz, entre outros; e para completar a seção, foi apresentado um aporte teórico sobre como o ensino de história pode contribuir na desconstrução do racismo étnico a partir do diálogo com algumas obras e legislações sobre o Ensino de História e as relações étnico-raciais.

A segunda seção apresentada trata do “Ensino de História: fontes locais como procedimento metodológico”. Nessa seção, observei como a Educação Histórica pode contribuir no meu embasamento teórico-metodológico sobre o ensino de História, sobre a importância e o objetivo dos estudos históricos e do papel do professor nesse processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, busquei as contribuições do LAPEDUH – Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica \_ da Universidade Federal do Paraná, com o qual tive acesso a importantes pensadores nesse campo e que proporcionaram a ligação com os saberes de Peter Lee e Jörn Rüsen. Foram contemplados, por meio de uma abordagem teórico-crítica, os conceitos de literacia histórica e consciência histórica. Como o uso de fontes históricas a partir da história local foram as metodologias defendidas para serem utilizadas nas aulas de História, fiz o diálogo com intelectuais que fornecem discussões, pensares e propostas sobre como tornar eficiente o trabalho com essa perspectiva didática; além de nomes já clássicos na área, como Schmidt, Barca e Cainelli, busquei subsídios nas obras de outros historiadores, mesmo esses não sendo adeptos da Educação Histórica, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Marieta de Moraes Ferreira, Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner. Foram analisados também outros estudos e publicações acadêmicas recentes sobre as temáticas aqui citadas.

Finalmente, a última seção, “Produção de material didático com fontes locais” traz os resultados das pesquisas em registros de nascimento, óbito e casamento dos escravos no século XIX, feitas nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e



realizadas por meio do método quantitativo. Fechando a seção, foram apresentadas propostas de abordagens sobre as fontes históricas eclesiásticas sobre a escravidão em Macaúbas, não com o objetivo de ser algo pronto e acabado, mas de oferecer possibilidades de caminhos que possam ser trilhados pelos professores que as utilizarem em suas aulas.

Em relação ao produto, foi elaborado material didático na forma de *Guia de fontes históricas para professores da Educação Básica de Macaúbas/BA*, que será disponibilizado na versão virtual para as unidades escolares do município de Macaúbas. O guia contém reproduções e transcrições de alguns registros de batizados, óbito e casamento, e tabelas de dados produzidos a partir das informações sistematizadas. O que se pretende com a disponibilização desse guia é subsidiar o professor de História da educação básica no seu trabalho em sala de aula sobre a escravidão no Brasil com documentos locais referentes à temática, uma vez que o referido material pode possibilitar “[...] gerar situações-problema capazes de chamar a atenção e suscitar dúvidas, cuja solução, buscada a partir de hipóteses levantadas pelo professor, mobilizará a curiosidade e a participação do aluno.” (CERRI, 2004, p. 68). Objetiva-se também com esse guia voltar o olhar para a existência da escravidão no município de Macaúbas, não apenas numa perspectiva de um passado acabado, mas sobretudo a partir de uma análise crítica de como esse passado escravista é relevante na compreensão das relações étnico-raciais do presente que pode contribuir no pensar e projetar de um futuro de uma sociedade marcada pela equidade, respeito e amor ao próximo.

# **1- Entre a fé e a escravidão: os cativos e a Igreja na Macaúbas oitocentista.**

## **1.1. O território macaubense no caminho da escravidão: um passado negro a se descobrir, valorizar e historiografar.**

"Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado."

Emília Viotti da Costa

A mancha que a escravidão legou à nossa história é um fato. Já que o passado não pode ser alterado, o que se pode fazer com ele é aprender sobre como a humanidade já se comportou, pensou e valorizou para, a partir de um pensamento ético e de consideração ao respeito pelo outro, evitarmos no futuro incorrer nas mesmas ações de desrespeito, intolerância e etnocentrismo, assim como corrigirmos consequências desse passado presentes no hoje. Vivendo em uma sociedade na qual se faz necessária uma farta legislação que iniba e criminalize a discriminação racial, o ambiente escolar é um lugar profícuo na construção de mentalidades que prezem pelo convívio e valorização da diversidade étnico-cultural. Desse modo, e corroborando com Edward Carr (1996, p. 39) de que “o historiador é necessariamente um selecionador” de fatos que possam ser historicizados, o conteúdo curricular da escravidão foi escolhido para dar sustentáculo a essa pesquisa partindo das variabilidades da atual conjuntura.

O deslumbramento da humanidade pelos acontecimentos do passado não é característica da contemporaneidade, pois até mesmo antes de Heródoto de Helicarnasso (485/484-425/420 a.C), o tão conhecido “pai da história”, já havia uma preocupação das autoridades, tanto políticas quanto religiosas, em registrar os seus feitos e dogmas evitando assim a morte pelo esquecimento. Sabemos que foi na Grécia Antiga que os estudos da História como a conhecemos hoje começou. Brandão (1986, p. 202-203), em sua obra sobre a mitologia grega, nos lembra que o valor que os gregos davam à memória se refletiu na criação mitológica de uma divindade referente a ela, a Mnemósine, que seria a mãe de nove musas geradas com Zeus, o deus dos deuses gregos. As musas teriam como função ser as protetoras das artes, através dos seus cantos os feitos dos deuses seriam enaltecidos, serviriam de entretenimento e, não menos importante, seriam preservados.

Numa sociedade ainda ágrafa, os poemas e as músicas foram recursos utilizados para que o passado não caísse no esquecimento e as futuras gerações fossem privadas de conhecê-lo. Os griots<sup>1</sup> africanos são bons exemplos da importância da oralidade na

preservação da memória e de como ela, hoje, está contribuindo na construção de uma historiografia africana ‘vinda de dentro’. É observado, assim, o cuidado, desde as primeiras civilizações, com que a memória deveria ser exercitada, para evitar o esquecimento, caso contrário não seriam apenas mitos, poesias e orações que seriam perdidos, mas todo o conhecimento estaria perdido. (VERNANT, 1990)

Ao trilhar o caminho da produção desta pesquisa, pensou-se sobre a importância do estudo da história local como metodologia de ensino nas aulas de História da Educação Básica. Tomando como epicentro da pesquisa a temática histórica da escravidão no Brasil colonial, o passado do município de Macaúbas/Bahia, inserido nesse contexto escravista, foi entendido como uma importante ferramenta pedagógica capaz de gerar o fator motivacional nas aulas de História. Entretanto, não foi apenas no sentido de buscar na história local os subsídios necessários para tornar as aulas de História sobre a escravidão mais interessantes e instigantes, mas também objetivando identificar, pesquisar e coletar fontes históricas e evidências da escravidão na construção da sociedade macaubense do século dezenove e, através da *práxis* em sala de aula, suscitar a memória desse acontecimento, pois segundo Le Goff (2013, p.437) “A memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Desse modo, idealizou-se a construção de um guia de fontes históricas sobre a escravidão no município de Macaúbas/Bahia, a partir do acervo documental do arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Obtida a necessária autorização, o guia foi elaborado mediante a identificação, catalogação e organização de documentos disponíveis nessa circunscrição eclesiástica para ser apresentado e distribuído aos professores da educação básica do referido município na expectativa de que possa ser utilizado nas salas de aulas. Poderá servir também, imitando as musas gregas da Antiguidade, como um canto útil para evitar que esse passado tão traumático não caia no esquecimento da nossa *Mnemósine*.

A construção da história de Macaúbas foi e tem sido escrita por memorialistas que, numa busca autônoma e movida pela paixão, resgatam memórias, testemunhos e vestígios escritos. Importantes personagens na preservação de um passado e de memórias que poderão, a contento, ser analisados por historiadores; são estes que fazem a seleção de fatos

---

<sup>1</sup>A relevância dos griots africanos para a preservação da cultura de vários povos desse continente pode ser mais bem compreendida e conhecida na obra *Griots - culturas africanas: linguagem, memória, imaginário* / Organizadores: Tânia Lima, Izabel Nascimento, Andrey Oliveira. – 1.ed. - Natal: Lucgraf, 2009.

considerados históricos, pois como Carr (1996, p. 40) discorreu, “Seu status como um fato histórico dependerá de um problema de interpretação. Este elemento de interpretação entra em todo fato de histórias.” Essas produções memorialistas são contempladas socialmente como a história do município, mas, como afirma Le Goff (2013, p. 51), “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”. Desse modo, a afirmação do professor e escritor Ático Vilas-Boas da Mota, no prefácio da obra *Efemérides Macaubenses* (FIGUEIREDO, 2000, p. 11), se faz pertinente quando ele afirma que

Os estudos sobre a história de Macaúbas estão praticamente em fase embrionária, pois as suas fontes básicas estão dispersas e são muito poucos os respectivos ensaios pioneiros. Em outros termos: a nossa terra aguarda, com impaciência e desvelo, a boa vontade daqueles que lhe tracem o perfil histórico abrangente.

O passado escravista do município de Macaúbas não é tema aprofundado na historiografia local, muito longe disso. No histórico oficial do site da Prefeitura Municipal de Macaúbas, a referência à presença negra encontra-se apenas numa curta citação sobre a formação da população, ao afirmar que o negro não esteve muito presente devido à característica econômica deficitária do município que ocasionou a pouca presença de escravos. Nas obras locais encontram-se enunciados semelhantes e/ou citações pontuais, isto é, o negro não é apresentado como personagem protagonista, a este é reservado apenas papéis secundários. Num trecho de Figueiredo (2009, p. 29), ao narrar o violento embate entre os liberais e conservadores em Macaúbas, no ano de 1878, se observa a presença escrava:

Findas essas ações criminosas, houve um cessar fogo. Quando o Cônego se propunha a sair à rua “para pedir que não houvesse mais desordens”, chegou um mensageiro, escravo do doutor Botelho, chamando-o a toda pressa, pois a casa desta estava sendo arrombada pelos fundos.

Essas observações justificam a necessidade de refletir sobre a memória, a sua importância e o seu papel. Partindo do que Maurice Halbwachs (1990), discorre em seu livro *A memória coletiva*, quando ele aponta as duas principais categorias da memória, a individual e a coletiva e como essas se relacionam, podemos buscar compreender aspectos da sociedade macaubense observando a lembrança, ou não, da existência da escravidão em seu passado histórico. Halbwachs chama a atenção de que a memória individual é construída a partir da memória coletiva, desse modo a existência ou não dessa memória escravista revela a seletividade e a manipulação desta.

Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. [...]. Inversamente, podem acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

Assim, ao contemplar o estudo da escravidão partindo da história local de Macaúbas, a discussão sobre a ausência ou não dessa memória coletiva na sociedade é crucial no ambiente escolar, sendo que se faz necessário compreender, como afirma Le Goff (2013, p. 435), que a memória coletiva é não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Desse modo, podemos compreender que o passado pode ser silenciado pela apreciação de outra memória que vai se impondo diante de novas situações e circunstâncias, tendo inclusive os espaços de memórias que, ao longo do tempo, vão se resignificando e adquirindo novas interpretações e denominações no seio coletivo<sup>2</sup>.

Poderia, desse modo, levantar, a par da temática aqui selecionada, a escravidão local, o questionamento de que a História não pode impor a uma determinada sociedade o que ela deve lembrar e valorar em sua memória coletiva. Entretanto, argumentando na defesa do rememorar a escravidão macaubense nas salas de aula da educação básica desse município, recorre-se à fala de Peter Burke (2011) que, ao pensar sobre os tipos de comunicação empregados na transmissão da memória coletiva, destaca as variáveis da comunicação dessa inserção, entre as quais ele aponta o historiador como guardião da memória e dos acontecimentos públicos.

Ademais, caso o argumento acima não seja suficiente para comprovar a importância da rememoração da escravidão local no ensino de história da educação básica, ainda podemos recorrer ao pensamento de dois grandes historiadores, Marc Bloch (2002) e o já outrora citado, Edward Carr (1996), quando apontam que estudar História não é estudar o passado de maneira factual, mas estudar a ação humana ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, o estudo sobre a escravidão apresenta-se com serventia para a sociedade ao ser capaz de promover discussões relativas ao comportamento da sociedade brasileira atual e as permanências de atitudes discriminatórias determinadas pelo fator racial.

---

<sup>2</sup> Em 1988 foi inaugurada uma praça pública denominada Praça da Abolição, consta nela uma estátua de um artista local e um placa descritiva, ela localiza-se próximo ao Centro Educacional de Educação Profissional da Bacia do Paramirim- CETEP. Na memória juvenil ela vem sendo chamada de ‘Praça do colégio ou Praça do CETEP’.

Ainda na busca de argumentos que justificam a importância do estudo da escravidão na educação básica há de se apontar a permanência dessa temática na mentalidade da sociedade brasileira, mesmo que a leitura dominante sobre o escravismo colonial não seja, como apontou Jessé de Souza (2017), vista como a semente de toda a sociabilidade brasileira, ela se apresenta em diversos aspectos, espaços e concepções. Desse modo,

Podemos notar a permanência e a influência da experiência da escravidão em diferentes âmbitos da nossa sociedade, seja nos embates acadêmicos sobre o tema, nas justificativas das demandas de movimentos sociais, na elaboração de políticas públicas e sociais por parte do Estado, em diversas manifestações culturais, em produtos culturais como filmes, novelas e músicas e em instituições sociais, principalmente nas de ensino, onde o estudo da história e cultura afro-brasileira é obrigatório. A escravidão negra brasileira e, pois, um passado-presente. (NANEZ, 2019, p. 24)

Cabe salientar que a defesa do uso da história local da escravidão em Macaúbas não objetiva um ensino provinciano; como bem salientou Le Goff (1983, p. 57), a História pode contribuir para combater nossa mentalidade de capela e nosso espírito de campanário. Utilizando, assim, a história local como metodologia de ensino a partir da análise de fontes históricas da escravidão em Macaúbas, espera-se um trilhar mais interessado e abrangente sobre a escravidão no Brasil no período colonial e imperial e seus desdobramentos na atualidade e, longe de ser uma utopia, espera-se também que o estudo histórico possa colaborar na desconstrução de uma visão pragmática acerca do conhecimento da ciência Histórica, disseminando, assim, pequenas sementes que possam um dia chegar ao pensamento de que “A história é, antes de tudo, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros. “(Duby, s/d, p. 16)

A partir das reflexões acima levantadas e analisadas, coube buscar comprovações históricas sobre a relevância da presença negra na formação da sociedade macaubense no que tange à sua composição populacional, bem como na sua construção cultural através da narrativa da sua origem histórica.

### **1.1.2. Os caminhos da formação de Macaúbas, origem e sociedade mestiça.**

O município de Macaúbas está localizado na região central da Bahia, precisamente na Zona Fisiográfica da Serra Geral; faz parte do conjunto de municípios que compõe a

Chapada Diamantina, estando mais ao sul desta. Quando foi instituído município, que pela lei imperial de seis de julho de 1832 desmembrou-se de Urubu (Paratinga), ficou “com um território de, aproximadamente 23.500 Km<sup>2</sup>, fazendo divisa com a província de Minas Gerais” (FIGUEIREDO, 2015, p. 46), já no início do século XX “A área do município é de 14.580 quilômetros quadrados” (CAMPOS, 1918, p. 502). Atualmente Macaúbas possui uma área territorial<sup>3</sup> de 2.459,102 Km<sup>2</sup>. A perda de territórios foi devido à dinâmica dos desdobramentos geopolíticos. Segundo FIGUEIREDO (2015) há a informação de que a Lei nº 124/1840 criou o município de Palmas de Monte Alto e a Lei nº 1.817/1878 criou o município de Brotas de Macaúbas, ambos emancipados de Macaúbas. Já na década de 1960, o imenso município perdeu terras com a emancipação de Boquira e Botuporã.

Inserido totalmente no Polígono da Seca, Macaúbas não tem uma economia autossuficiente. Sua população rural, que ainda é majoritária, vive da agricultura de subsistência ou extração mineral e vegetal. Na zona urbana, o comércio do setor terciário e o serviço público são as principais fontes de renda da população. O município, juntamente com outros sete, faz parte do Território de Identidade Bacia do Paramirim, um dos menores e mais pobres da Bahia, sendo o único a não contar com um sistema de ensino universitário público, o que corrobora para os altos índices de brasileiros sem curso universitário.

A presença do colonizador nas terras que viriam a compor o município de Macaúbas pode ser situada ainda no século XVI com as incursões de Belchior Dias Morêa, suposto neto de Caramuru, também conhecido como Moribeca (IVO, 2012) ou Moreia (FIGUEIREDO, 2015), pelo sertão da Bahia já em 1590. Vindo do Norte, Moreia conquistou o Sergipe, instituiu um morgado em terras às margens do Rio Real de onde partiu passando pelas serras de Itiúba e Jacobina, seguiu para o oeste margeando o rio Salitre e correu as cabeceiras dos vales dos rios Verde de Baixo e Paramirim, essa expedição teve uma duração de oito anos (FIGUEIREDO, 2015, p.21). Nas pesquisas de IVO (2012, p.16) consta que “[...]. Tanto Pedro Leolino Mariz quanto Pedro Barbosa Leal [...] afirmaram a veracidade das entradas empreendidas por Morêa no Alto Sertão da Bahia.

A possível presença de Morêa nas terras de Macaúbas foi citada por MAGALHÃES, (1978, p.73) ao narrar que a sua expedição chegou “até a aldeia de Tubajaras, que é talvez a Macaúbas de agora”. Condizente com a suposição de Magalhães é a narrativa de uma lenda que trata da existência de minas de prata nos sertões baianos que

---

<sup>3</sup> Dados coletados no site do IBGE <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/macaubas.html>, em 16 de novembro de 2021. O município perdeu terras no século XIX, XX e XXI.

teriam sido descobertas por Morêa e nunca reveladas a sua localização. No município de Macaúbas, que é cortado por várias serras, entre “as [...] mais importantes encontram-se as do Muribeca, do Boqueirão, de Urubú e a de Macahubas, que se prolonga até o Morpará, à margem do São Francisco” (CAMPOS, 1918, p. 502), é de conhecimento de muitos habitantes a existência de um buraco de profundidade desconhecida, notadamente lapidado no cume de uma elevação serrana, ao qual todos chamam de buraco do ‘moribeca’. Durval Vieira Aguiar, na obra *Província da Bahia*, faz alusão a esse fato.

Afirmam os mais velhos habitantes existirem, no termo as *decantadas minas de Muribeca*. Com este nome encontra-se a duas léguas da Vila uma grande serra onde existe uma profunda cavidade perfeitamente entulhada com pedras de uma qualidade diferente das da redondeza, [...], afirmam que esse entulho foi feito pelos índios [...].

Da tribo ficaram na povoação duas velhas indígenas, [...] que viviam escondidas nas serras, de onde só saíam nos dias de *feira* para, virem vender uma ou duas oitavas de ouro, de origem nunca confessada; [...] “Diz a tradição que o nome de *Muribeca* fora apelido dado pelos íncolas a um *branco* que se fez chefe da tribo ali habitante [...]. (AGUIAR, 1979, p. 170- 171)

Concretamente, a lenda do Moribeca atraiu para a região do Alto Sertão da Bahia vários expedicionários e seus séquitos. Ainda carentes de pesquisas que esclareçam esse imaginário acerca do Moribeca, há, entretanto, inequívoca comprovação de que os caminhos que conduziram os colonizadores ao território de Macaúbas faziam parte da região do Alto Sertão da Bahia, região que,

sem contornos precisos, abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco, onde se estende a serra Geral, extensão da cordilheira do Espinhaço, com abrangência dos subvales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre e Paramirim, da bacia sanfranciscana e São João, do Antônio, Gavião e Brumado, tributários do rio de Contas. (NEVES, 2007, p. 15-16)

As terras estariam dentro da jurisdição da Casa da Ponte no morgado Guedes de Brito<sup>4</sup>, território sob o controle dos descendentes de Antonio de Brito Correia. Em suas pesquisas, Figueiredo (2015, p.20) afirma que “Todo o território ocupado pelo atual município de Macaúbas está compreendido nos antigos domínios da Casa da Ponte, [...]. O município está totalmente inserido no Alto Sertão da Bahia.”

Os caminhos dos sertões foram desbravados por grupos de pessoas de várias cores e etnias. Em meados do século XVIII, muitas Entradas partiram do norte de Minas Gerais e adentraram o Alto Sertão Baiano. Segundo Figueiredo (2015, p. 22), nos relatos da expedição de Joaquim Quaresma Delgado, entre 1731 e 1734, consta que ele saiu de Minas Novas, adentrou o sertão baiano, descendo pelo rio São Francisco até a confluência do rio



Paramirim, subindo-o. Esse roteiro confirma que já havia, no início do século XVIII, uma população não indígena nas terras que passaram a constituir o município de Macaúbas a partir do século XIX.

Nas terras do Alto Sertão da Bahia, muitos foram os caminhos abertos no afã da descoberta de jazidas minerais que compensassem a exploração. Não apenas ouro ou diamantes eram as riquezas encontradas; outras, de menor valor, são relatadas nas descrições dos expedicionários, como também o trânsito de mercadorias e escravos. Em sua obra '*Homens de Caminho*', Isnara Pereira Ivo relata a trajetória de três europeus, Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, que em meados do século XVIII saíram de Minas em direção ao sertão baiano:

O primeiro era italiano, nascido em Roma, e foi responsável pela organização do empreendimento de conquista dos sertões da Bahia, protagonizando grandes feitos aos olhos da Coroa portuguesa nos primeiros anos setecentistas. Ele foi responsável pela descoberta de uma das minas de salitre da serra de Montes Altos, no Alto Sertão da Bahia. (IVO, 2012, p. 27)

Para se compreender de que modo a saga de Mariz está, de certa forma, entrelaçada aos caminhos de Macaúbas, é importante saber que as serras de Montes Altos compunham a área da Comarca de Jacobina (1720), um dos onze municípios originários criados entre os anos de 1534 e 1810. Jacobina teve suas terras desmembradas e dessas surgiu a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, cuja circunscrição englobava os distritos de Macaúbas e Montes Altos, entre outros. Em 1832, Macaúbas emancipa-se de Urubu e fica com as terras do arraial de Montes Altos que, em 1840, eleva-se à condição de vila, passando a denominar-se Palmas de Monte Alto e levando consigo o distrito de Riacho de Santana. Em seu artigo 1º a Lei 124, de 19 de maio de 1840, afirma

Fica erecto em Villa o Arraial do Monte Alto, no Termo da Villa de Macahubas, e em Matriz a Capela de N. Senhora Mãi dos Homens, no mesmo arraial, com a denominação de Villa e Freguesia de N. Senhora Mãi dos Homens de Monte Alto. (FIGUEIREDO, 2015, p. 52)

Muitos municípios baianos tiveram sua trajetória histórica marcada pela riqueza da exploração mineral de ouro e diamantes e até hoje conseguem atrair turistas dispostos a conhecerem suas belezas naturais e o que se conservou desse passado histórico. As extensas terras que já pertenceram a Macaúbas foram também espaços afortunados por minerais de

---

<sup>4</sup> A casa da Ponte dominava a margem direita do São Francisco desde o Morro do Chapéu até as nascentes do Rio das Velhas, no atual estado de Minas Gerais. O morgado Guedes de Brito foi instituído por verba testamentária de Antônio de Brito Correia e sua mulher Maria Guedes. (FIGUEIREDO, 2015, p. 19)

valor econômico como o ouro e o diamante, como se pode comprovar em documentação encontrada no Arquivo Público da Bahia-APEB, maço nº 1342/ Correspondência da Câmara de Macaúbas - 1833 \_ 1883, “Existem no Distrito de Brotas quatro minas de ouro e tão bem de diamantes que segundo as informações é ouro de quilate mais subido que o do Assuruá”. (APEB, 1342, apud, FIGUEIREDO, 2015, p. 96-97)

O referido distrito de Brotas é o atual município de Brotas de Macaúbas, cujo território passou a pertencer a Macaúbas quando este se desmembrou de Paratinga (Urubu) em 1832. O recém-criado município abrangia também os territórios dos distritos de Montes Altos, Brejinhos e Riacho de Santana, o que fazia o município de Macaúbas ficar maior territorialmente do que o próprio Urubu. Nas terras pertencentes a Macaúbas, foram registradas, no século XIX, ocorrências de exploração mineral de relativa importância, entretanto “não sobrou nenhum benefício, pois não chegou a ter, sequer, um prédio próprio para a casa da câmara e cadeia.” (FIGUEIREDO, 2015, p.97)

Em suas memórias apresentadas ao IGHB em 1918, o doutor Cícero Campos descreve as riquezas da fauna, flora e mineração do município de Macaúbas. No seu relato, fica claro que o território do referido município fazia parte dos caminhos trilhados pelos desbravadores em busca de fortuna. Assim descreve Campos as supostas riquezas minerais de Macaúbas no alvorecer do século XX:

Temos notícias da existência de minas de ouro para os lados das serras do Moribeca e dos Remedios; também sabemos de grandes escavações que fez Belchior Dias Moribeca, em 1726, para extração do dito metal. Há vestígio de minas de cobre, sendo também notável a quantidade de salitre e pedra hume nos terrenos de Lagoa Clara. Encontram-se numerosas salinas em Caetetú, Riachão e Brejo de São José ou do Bom Jesus. (CAMPOS, 1818, p. 504)

Segundo IVO (2012), o salitre era importado pelo governo português do continente asiático e a sua importância se dava pelo fato de ser matéria prima imprescindível para a fabricação da pólvora. Nas terras do Alto Sertão da Bahia foram reveladas, no setecentos, algumas minas desse importante mineral. Embora a quantidade encontrada parecesse não ser suficiente para viabilizar uma exploração mais efetiva por parte da metrópole, não deixou de despertar certo interesse da Coroa:

[...] O conjunto de correspondência entre as autoridades coloniais e o Conselho Ultramarino revela que os rumores acerca da quantidade de salitre encontrada por Mariz não eram suficientes para a instalação de uma fábrica real. [...] pequenas minas de salitre foram encontradas em algumas partes dos sertões da Bahia. Em março de 1694, Dom João de Lencastre visitou o Alto Sertão e solicitou o exame para saber o potencial do salitre ali existente e a possibilidade de se construir uma fábrica aos cuidados de Pedro Barbosa Leal. (IVO, 2012, p. 86)

Em suas pesquisas sobre as primeiras ocupações nas terras macaubenses, o professor Alan Figueiredo descreve com riqueza de detalhes as fazendas encontradas no território que hoje formam o município. Entre tantas apontadas está a fazenda de Lagoa Clara, hoje distrito, situada ao sul do município. A fazenda fora comprada pelo capitão-mor Bento Garcia Leal em 1820. A descrição do distrito de Lagoa Clara, feita por Campos em 1918, corrobora as afirmações de Ivo (2012, p.86), baseadas em documentos do Conselho Ultramarino, e nos aponta novamente para a riqueza mineral dessas paragens:

Pouco distante ainda do arraial, no logar Cachoeira encontram se em abundância nitrato de potassa (salitre) e o sulfato de alumina e potassa, vulgarmente conhecido por pedra-hume. E lamentável não haver quem com isso se preocupe, pois além de ser uma indústria de lucros certos, traria ella nova fonte de renda ao districto[...]. (CAMPOS, 1918, p. 513-514)

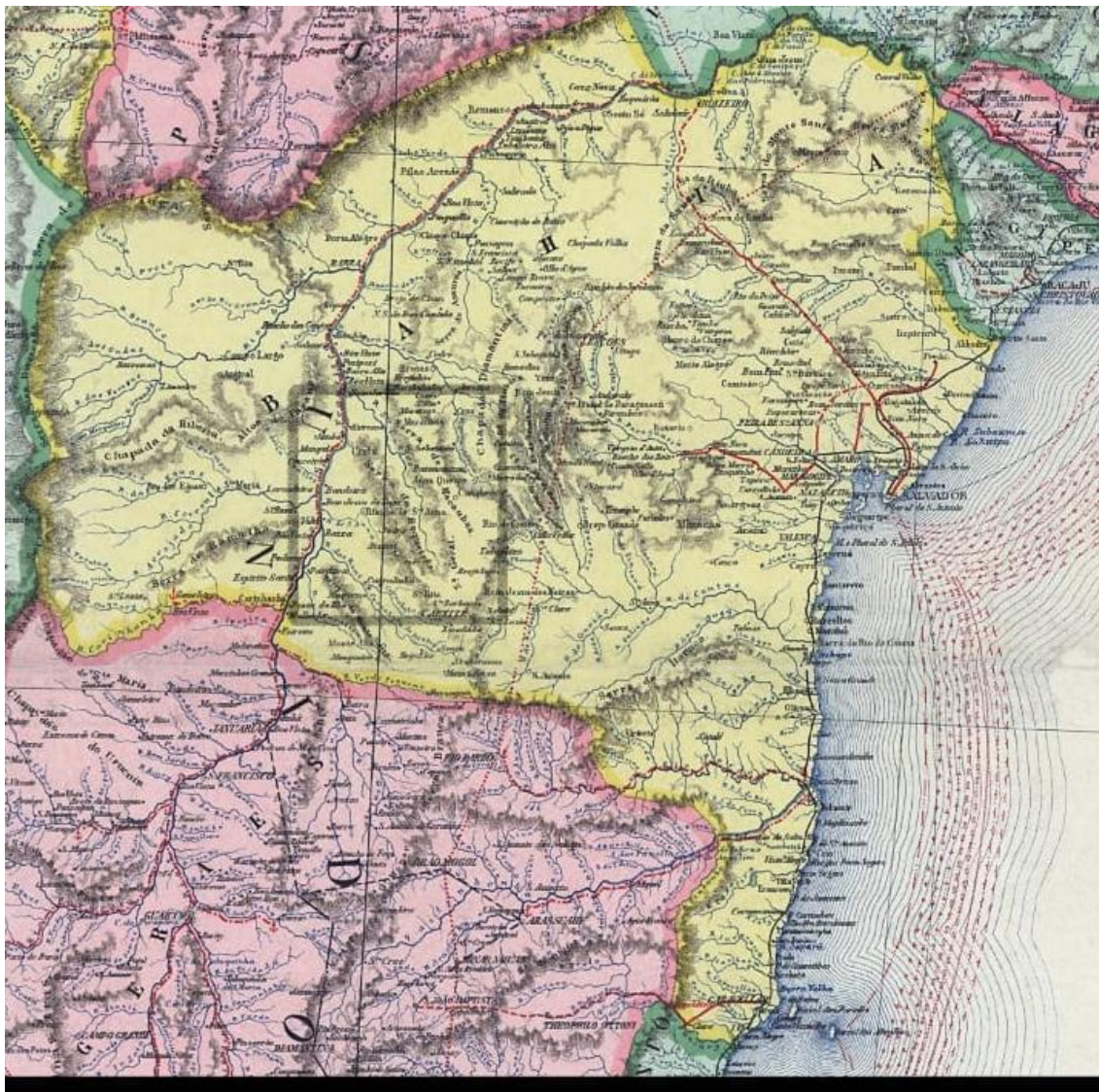
Em suas explorações pelo Brasil (1817-1820), os cientistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius nos legou com suas escritas uma vasta descrição do território brasileiro. Em passagem pela Bahia, no território hoje denominado Alto Sertão, destacaram a presença do salitre e atribuíram à proibição de exportação desse mineral o provável desinteresse em sua exploração:

Na Serra de Montes Altos foram descobertas grandes massas de terra salitrosa, que talvez estejam depositadas à superfície do solo ou em águas (calcáreas). Mas a exploração ainda não se fez seriamente, talvez por causa da proibição de se exportar salitre do Brasil e da distância das paragens, onde, como no Rio de Janeiro, Vila Rica e Oeiras, existem fábricas régias de pólvora. (VON SPIX; VON MARTIUS, 2016, p.39)

Macaúbas está inserida nessa região do Alto Sertão, que foi ocupada por homens em busca de minérios e que, aos poucos, foi sendo desmembrada em fazendas adquiridas do morgado dos Guedes de Brito. Parte da região montanhosa da Chapada Diamantina, próximo aos rios São Francisco, Paramirim e o Santo Onofre cortando suas terras e tendo várias fontes de água cristalina, juntamente com paragens boas para o cultivo e criação de animais, o território foi sendo ocupado por homens e mulheres, livres e cativos. Inicialmente pertencente ao atual município de Paratinga, compunha uma grande extensão de terras que passaram a ser divididas, no século XIX, como vimos anteriormente, o que colocou o território macaubense em proximidade com o norte mineiro e seus habitantes, entre muitos, alguns que se consagraram como personagens históricos nesse sertão, como o capitão Horácio Queiroz de Matos, cujo avô fora atraído para essas paragens pela riqueza que ela anunciava, conforme indica Moraes (1991, p. 32):

[...] “em 1843, o Alferes José de Matos, vindo de Diamantina, Minas Gerais, apanhou diamante no povoado de Chapada Velha” [...] “quando o alferes José de Matos apanhou diamantes na Chapada Velha, já ali era próspera a garimpagem”.

O mapa abaixo, extraído da Carta da República dos Estados Unidos do Brazil, de 1892, nos dá uma noção espacial do território ao qual Macaúbas está inserido no Estado da Bahia, o Alto Sertão distante do litoral, mas entrecortado pelo Rio São Francisco e demais outros rios intermitentes



<https://www.historia-brasil.com/bahia/mapas-historicos/seculo19.htm>. Acesso em 20 set.2022.

As pessoas atraídas para o extenso território de Macaúbas, seja pela extração mineral ou pela atividade agropecuária, não se resumiam a homens e mulheres brancos; foi marcante a presença negra entre a população que o habitou e que, unindo-se aos nativos, fizeram dessa região de sertão um lugar de movimento e trocas culturais. Apesar de

amplamente difundida e incrustada na memória coletiva, a ideia de que a pobreza econômica da região não permitia a aquisição de uma mão de obra africana escravizada, no desenvolvimento das atividades produtivas, não é respaldada pela historiografia atual que constata e demonstra a impossibilidade da inexistência da presença africana em uma região desbravada e ocupada por “bandeirantes e fazendeiros *de diferentes origens* [que] integraram-se nas caatingas sertanejas e se confrontaram nas áreas de mineração” (NEVES, 2008, p. 97- grifos nossos). Efetivamente, não há como conceber essa ocupação sem o trabalho árduo de negros, escravos e forros, e índios, pois

No trabalho no Novo Mundo, seja nas atividades de mineração ou de comércio, a presença africana foi uma constante. [...]. Nos sertões, as técnicas, instrumentos de trabalho, saberes indígenas e europeus de diferentes lugares e costumes, agregaram-se às experiências vindas de várias partes da África [...] e formaram, ali, infinitos espaços mestiços. (IVO, 2002, p.228-229)

Ainda que as minas anunciadas no território macaubense não tenham legado tanta riqueza e glória, não teriam sido exploradas sem a participação do conhecimento e técnicas africanas para essa atividade. “Ao contrário do que ocorreu nas terras espanholas, no Brasil, os portugueses não tiveram contato com populações nativas que detivessem conhecimentos e técnicas no trato com metais”. Assim sendo, “No que concerne aos negros, sua presença foi constante nas lavras. Desde os processos de extração até a fase final da apuração, o trabalho escravo estava presente e tornou-se indispensável ao ofício da mineração” (IVO, 2002, p. 231). É nesse sertão miscigenado que a formação da população de Macaúbas está inserida.

O recenseamento imperial de 1872 traz em números o levantamento da população brasileira classificando-a pela sua condição de livre ou escrava, informando a nacionalidade que a compõe, o grau de instrução na qualidade de alfabetizada ou analfabeta e por localidade. É assim um documento oficial que revela dados importantes sobre o período escravista no Brasil e que pode aqui servir de embasamento na defesa desse estudo sobre a população escrava da Macaúbas oitocentista. Os dados abaixo foram retirados da obra ‘Sertões da Bahia: Formação, Desenvolvimento Econômico Político e Diversidade Cultural’ sob a organização de Erivaldo Fagundes Neves<sup>5</sup> (2011, p. 545).

Quadro 4: Levantamento da população segundo classificação por situação (livre ou escrava), nacionalidade (brasileira ou outras), por instrução (alfabetizados ou analfabetos) e por localidade (Censo de 1872).

Município	Situação		Nacionalidade		Instrução		
	Livre	Escrava	Brasileira	Outra	Alfabetizados	Analfabetos	Índice de alfabetizados da população livre
Barra do Rio de Contas	3.102	510	3.066	36	440	2.662	14,0
Barra do Rio Grande	10.891	634	10.885	6	1.031	9.860	9,46
Brejo Grande	5.533	1.098	5.528	5	507	5.026	9,16
Caetité	31.346	3.292	31.137	209	4.629	26.717	14,76
Camisão	27.183	3.140	27.166	17	4.743	22.440	17,44
Capim Grosso	8.020	742	8.016	4	544	7.476	6,78
Carinhanha	6.855	656	6.838	17	605	6.250	8,82
Entre Rios	8.773	2.611	8.735	38	1.273	7.500	14,51
Feira de Santana	47.588	4.108	47.312	276	10.360	37.228	21,77
Itapicuru	16.181	1.324	16.124	57	4.486	11.695	27,77
Jacobina	17.327	1.255	17.186	141	1.752	15.575	10,11
Jeremoabo	36.347	1.460	36.286	61	9.247	27.100	25,44
Juazeiro	6.454	1.409	6.451	3	263	6.191	4,00
Lencóis	22.055	1.858	21.973	82	6.624	15.431	30,00
Macaúbas	34.229	2.921	34.150	79	7.118	27.111	20,79
Maracás	8.185	950	8.156	29	654	7.531	7,99
Minas do Rio de Contas	50.920	8.973	50.841	79	9.680	41.240	19,00
Monte Alegre	5.451	3.909	5.415	-	1.861	3.590	34,0

Uma simples análise matemática dos dados acima apresentados nos indica que o percentual de escravos em Macaúbas no ano de 1872 não difere expressivamente de outros municípios baianos de grandeza econômica. Enquanto em Macaúbas o índice de escravos correspondia 7,86% sobre o total da população, em Jacobina e Feira de Santana esses índices eram de, respectivamente, 6,75% e 7,94%.

Mais próximo ao município de Macaúbas estavam as localidades de Lencóis e Minas do Rio de Contas, dois territórios da Chapada Diamantina que se desenvolveram a partir da

<sup>5</sup> Dr. Erivaldo Fagundes Neves é um notório historiador baiano que tem sua vida acadêmica voltada para o conhecimento acerca da História do Brasil. As suas raízes com o sertão nordestino são percebidas em várias de suas obras, tais como 'O sertão na formação socioeconômica brasileira', 'Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural', entre outras. É também ícone nacional em temáticas relacionadas a escravidão brasileira, tendo obras como 'Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX', 'Historiografia sobre o Negro, a Escravidão e a Herança Cultural Africana na Bahia', entre outras.

exploração de diamantes, tendo um vigoroso fluxo migratório de ocupação a partir das descobertas das minas de diamantes no final da primeira década do século XIX.

A descoberta de diamantes na região central da Bahia, no ano de 1844, abriu um novo campo de migrações dentro e fora da província para aqueles confins. Pessoas de várias partes do Brasil direcionaram suas atenções aos boatos de fabulosas riquezas ao alcance das mãos. Dizia-se que os diamantes da Chapada poderiam ser alcançados por qualquer pessoa, bastando, para isso, apenas o trabalho de ir lá apanhá-los. (MARTINS, p. 24, 2013)

Pessoas livres, libertas e escravas, afortunadas ou miseráveis dirigiram-se para as minas de diamantes fazendo surgir uma sociedade multicultural e miscigenada. A análise do censo imperial de 1872 nos revela que Lençóis contava com uma população livre de 22.055 habitantes, sendo que a população escrava era de 1858 indivíduos, correspondente a um percentual de 7,76%. O percentual de escravos sobre a população geral se apresenta maior no território de Minas do Rio de Contas, em que 14,98% dos habitantes eram escravos.

Desse modo, podemos perceber que o percentual de escravos em Macaúbas não era inexpressivo e, não destoava de outras localidades de grande e reconhecida riqueza econômica.

### **1.1.3. A origem da sede municipal**

O município de Macaúbas, como vimos, teve suas terras adentradas pelo colonizador desde o século XVI, entretanto não há até os dias atuais como datar com precisão essa chegada, bem como o início do povoado que viria a se tornar a sede do município. O seu vasto território era composto por várias fazendas<sup>6</sup> que distavam entre si longas e extenuantes jornadas e, segundo a historiografia, foi para atenuar a penosa travessia entre os povoados que um sacerdote – a datação e o nome do sacerdote ainda não são precisos – resolveu edificar uma capela ao meio caminho das capelas de Lagoa Clara (ao sul) e a de Santa Rita (ao norte), a distância de Lagoa Clara e de Santa Rita ao local onde fora construída a capela seria, respectivamente, de 54 quilômetros e 48 quilômetros.

A primitiva capela teria sido então construída numa região denominada Coité. A escolha da referida localidade pode ser explicada pela existência de água fresca e boas

---

<sup>6</sup>Em Figueiredo, 2015, há uma rica descrição das fazendas que compunham o território macaubense em seus primórdios.

paragens em suas terras, também pela característica aguerrida dos moradores da fazenda Contendas (ao norte) – segundo consta seriam em suas terras que a capela seria erguida – e, por fim, e mais romantizada, a crença de que “pescadores do Rio Branco (Paratinga) ouviram a voz de Nossa Senhora dizendo que queria uma capela na ‘mata de embaúba’” (FIGUEIREDO, 2015, p, 42). Assim a povoação da cidade de Macaúbas surgiu ao sopé da Serra Geral, num lugar denominado Coité e de lá se expandiu. Em 1826, período em que Macaúbas era jurisdição de Paratinga, o capitão mor Inácio Alves da Silva doou terras à capela de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, nessa época a capela estava funcionando como Matriz da Vila do Urubu devido a surto epidêmico que assolava esta localidade, em detrimento à capela de Lagoa Clara mesmo sendo esse arraial de povoamento mais antigo que Macaúbas.

Na área destacada no mapa abaixo podemos localizar os territórios do Alto Sertão baiano relacionados ao surgimento do município de Macaúbas.



<https://www.historia-brasil.com/bahia/mapas-historicos/seculo19.htm>. Acesso em 20 set.2022.

Como visto na origem da formação da sede do atual município, a denominação Macaúbas advém de uma palmeira conhecida pelos indígenas como macaíba ou macaúba, em vários documentos do oitocentos o nome do município é escrito de forma diferente ‘Macahubas’. Essa diferenciação é percebida também durante a transferência da justiça e dos cartórios de Paratinga (Urubu) para o arraial de Macaúbas, que perdurou de 1823 a 1834<sup>7</sup>. Na documentação desse período, como no Livro do Registro dos Termos de Recolhimento do Cofre dos Órfãos, pode se observar que

<sup>7</sup>Conforme volume XXI da Enciclopédia dos Municípios, 1958, p.103, o arraial de Macaúbas recebeu a justiça e os cartórios de Urubu por força da Portaria de 17 de dezembro de 1823, de onde só retornaria em 1834 após diversas representações da população local.



No período entre o primeiro termo de recolhimento até a autenticação do livro de registro desse tipo de evento, usaram-se diferentes expressões para destacar a interinidade da sede judiciária em Macaúbas, tais como “nesta Villa em Mucaúbas”, “Villa do Urubu em Mucaúbas” ou “neste Arrayal de Mucaubas onde reside as Justiças da Villa de Santo Antonio do Urubu”. O primeiro termo de depósito lavrado “nesta Villa de Macaúbas” foi em 11 de julho de 1834 [...]. (FIGUEIREDO, 2015, p. 44-45)

Possivelmente, essa situação contribuiu para a emancipação política de Macaúbas que por decreto imperial de 6 de julho de 1832 desmembrou-se de Urubu (Paratinga), sendo instalado como município somente “no dia 22 de setembro de 1833 em cerimônia realizada na casa de residência do Capitão Plácido de Sousa Fagundes”<sup>8</sup>. O desmembramento não foi um processo tranquilo, pois ao perder território para a formação de Macaúbas o município de Urubu “ficou menor que o município recém-desmembrado” (FIGUEIREDO, 2015, p.50), o que descontentou a população dos distritos de Brotas, Brejinhos, Palmas de Monte Alto e Riacho de Santana por ficarem sob a administração de Macaúbas.

A criação do município de Macaúbas não ocasionou o seu desligamento imediato de Urubu, pois o novo município ficou ainda dependente da sua freguesia o que lhe causava problemas religiosos e políticos, como a falta de assistência espiritual aos munícipes macaubenses visto que a um único sacerdote era impossível atender à Matriz do Urubu e à Capela de Macaúbas. A questão política do município era outro fator de muita insatisfação da elite local, pois a organização jurídico-eleitoral ficava prejudicada com a não constituição de sua paróquia, vale lembrar que as eleições primárias durante o período Imperial brasileiro “realizavam-se dentro de uma dessas circunscrições eclesiásticas”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 54).

Somente com a lei provincial de 19 de maio de 1840 foi criada a freguesia de ‘Macahubas’ com a denominação de Nossa Senhora da Conceição; nesta mesma lei o município perdeu o distrito de Montes Altos e junto a este novo município passaram a ser jurisdicionados pela Comarca de Urubu. A importância da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas não se resume apenas ao caráter religioso que impôs à sua população – tanto livre quanto escrava – tornando uma característica fácil de ser percebida através dos seus festejos rurais e urbanos, mas também pelo papel de detentora de uma rica documentação do século XIX desde a sua criação.

---

<sup>8</sup> Em FIGUEIREDO ( 2015, p. 45) encontra-se um termo de comemoração e efusiva emoção do Capitão Plácido de Sousa Fagundes expressado à porta de sua residência após a instalação do município de Macaúbas.

Em seus arquivos constam livros de batismo, de óbito, de casamento, registro do Terreno Foreiro e livro do Tombo, entre outros. Através dos livros de registros relativos a batizados, óbitos e casamentos podem ser coletadas importantes informações tais como a composição social dos macaubenses do oitocentos, a descrição da *qualidade e condição* dos seus habitantes, títulos e cargos de poder, doenças que acometiam a população, bem como episódios de violência. A preservação, conservação e acesso a esses documentos contrasta com outros documentos civis que estão sob a jurisdição do município em seu arquivo público – notadamente desestruturado e desorganizado. Ou seja, parece contraditório, mas é muito mais fácil e possível para o pesquisador usufruir em suas investigações dos documentos do Arquivo da Paróquia de Macaúbas do que daqueles sob a guarda da administração pública municipal.

A cidade cresceu nas terras doadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição, mas num ritmo desacelerado. Uma nova capela foi erguida num lugar ainda sem outras construções, ficando assim “[...] como uma acrópole, isolada, sem casas circundantes, com um morrete atrás de si [...]”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 59). Hoje, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição está localizada na Praça da Matriz e circundada de vários prédios, casas e alguns casarões que remontam ao século XIX – as poucas marcas arquitetônicas de um passado histórico –, infelizmente sem um projeto de preservação e conservação. É a área central e a mais valorizada da cidade na qual se concentram o sistema financeiro bancário, o centro religioso cristão católico, o poder executivo, o centro comercial e o centro festivo da cidade.

O seu passado escravista está arquivado nas séries documentais dos Arquivos acima citadas, mas também há registros memoria/monumento da existência de casarões em algumas comunidades rurais do município que preservam estruturas físicas referentes aos cômodos e aos instrumentos usados para castigar escravos, como argolas presas às paredes. Há uma vasta rede de cercas de pedras, supostamente erguidas por mãos escravas, que separam terrenos ou um dia separaram. Muitas destas estão preservadas, outras já foram consumidas pelo progresso com a abertura de estradas vicinais e loteamentos. Outro elemento de notoriedade e que faz parte desse passado de cativo negro é um imponente monumento erigido no cume da Serra Geral de Macaúbas no sopé da qual a cidade se ergue. Um cruzeiro que, segundo a tradição do lugar, foi lá edificado por ex-escravos poucos anos após a assinatura da Lei Áurea pela regente princesa Isabel:

A uns 300 metros de altura na serra de Macahubas foi, há 25 anos (o termo aqui descrito é de 1918), plantado um cruzeiro em comemoração à gloriosa data de 13

de Maio de 1888, sendo, por isso, denominado “Cruzeiro da Liberdade”. Anualmente, pelo aniversário da Lei aurea, ali vão, em romaria, os velhos ex-escravos e suas famílias, pouco lhes importando a extensa e íngreme ladeira que tem a galgar; fazendo-se acompanhar de tocadores de gaitas e tambores, marcham garbosos, metidos em vistosos fatos, levando cada qual a sua verde palma de uricay, e todos bem alegres, como se deduz dos rústicos cantares que entoam: (CAMPOS, 1918, p. 512)

Tal comemoração tão ricamente detalhada pelo Dr. Cícero Campos no alvorecer do século passado se perdeu no tempo, não restando nem a lembrança na memória dos macaubenses. O que se vê hoje é a permanência da íngreme escalada por uma juventude, e outros nem tão jovens, motivada por outros interesses que sejam apreciar a bela vista que se apresenta das terras do município, tanto a leste quanto a oeste, praticar exercícios, já que a conquista do topo exige um bom preparo físico, bem como realizar a subida num compromisso de penitência na sexta-feira da Paixão, prática essa que vem se consolidando. Como se percebe, o referido Cruzeiro que foi erigido como marco da conquista e comemoração à liberdade de um povo, hoje, não simboliza mais essa virtude e, infelizmente, as novas gerações desconhecem não só a sua denominação, mas ignoram o valor histórico e o significado de luta e resistência de uma época em que ocorreu a mais vil vergonha nacional, a escravidão.

Embora o tema dessa pesquisa não tenha o patrimônio histórico como objeto central na apreensão do passado escravista de Macaúbas, utilizá-lo e aplicá-lo em sala de aula pode suscitar desdobramentos a partir da sensibilidade do professor em conjunto com os saberes dos estudantes e da comunidade à qual eles pertencem. Estaremos, assim, promovendo uma educação nos moldes de Freire (2014), ou seja, um espaço escolar onde o professor deixa de ser o depositante do conhecimento e o estudante uma caixa receptora. As trocas de saberes defendidas por Freire predispõem as aulas num movimento duplo, onde tanto alunos quanto o professor possam apreender e ensinar.

Ecoando as reflexivas palavras de Menezes, podemos pensar em relação ao resgate da história de Macaúbas:

[...] qual cidade vamos preservar? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões), dos donos do poder, de ontem de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, dos tecnocratas planejadores? Dos habitantes? Quais? Dos homens da rua e daqueles que com suas mãos a constrói, simples instrumento? (MENESES, 1992, apud GIOVANAZ (2007, p. 236)

Partindo assim dos trabalhos em sala de aula com fontes históricas reproduzidas a partir dos documentos eclesiásticos encontrados nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, que possam colocar os alunos em contato com esse passado de escravidão na sua localidade,

poderemos contribuir para repensar as estruturas sociais vigentes ao desenterrar ‘memórias subterrâneas’ de grupos historicamente marginalizados e discriminados.

## **1.2. A Igreja e a escravidão: uma relação de fé e força.**

*Pois em Deus não há parcialidade.  
Romanos 2:11*

Os ensinamentos cristãos consolidados ao longo da sua história, resumidos num trecho bíblico que diz ‘Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, [...] Ame o seu próximo como a si mesmo’ (Mateus 22:37-39), não foram colocados em prioridade diante do processo de expansão e dominação que o cristianismo implementou ao longo dos tempos. Essa não é uma característica exclusiva do cristianismo e não é o foco dessa pesquisa; entretanto se faz necessário compreender as situações e os contextos político-econômico nos quais se desenvolveu a escravidão africana na modernidade e o papel da Igreja Católica nesse processo.

Isso se faz relevante devido a questionamentos acerca do porquê da igreja ter sido condescendente com a escravidão africana ao passo que foi tão aguerrida na luta contra a escravidão indígena. Também é importante entender a participação dos cativos nos sacramentos da igreja, questão frequente e pertinente num ambiente discursivo das salas de aula. Porém, não se objetiva aqui defender ou atacar a instituição da Igreja Católica, mas apenas trazer à baila conhecimentos historiográficos há muito consolidados por estudiosos que se debruçaram sobre essas questões para assim promover junto aos alunos os subsídios necessários para as análises de múltiplas visões e versões históricas ao se trabalhar com o conteúdo substantivo da escravidão africana no Brasil a partir da história local.

O passado não nos é apresentado para ser julgado, as conjunturas de uma época não podem ser analisadas sobre o prisma de outra, o anacronismo histórico deve e tem de ser evitado nas aulas de História. Debatendo sobre esses questionamentos Lima (2001, p.41) afirma que os elucidar não é uma tarefa fácil, mas salienta que para tanto “deve basear-se na mentalidade da época”.

Os livros analisados do arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição nos remetem à sociedade macaubense do século XIX. Entretanto, para compreender os questionamentos acima relatados é preciso voltar ao período colonial, pois,

É certo que as legislações portuguesas preservadas pela jovem nação brasileira formaram os elos de permanência do direito colonial na nova era. Entrementes, o

direito romano constituiu-se ainda a principal referência de definição legal da escravidão no Brasil. (CAMPOS, MERLO, 2005, p.328)

Esse fato comprova o relevante papel que a Igreja Católica desempenhou na formação da sociedade e cultura do nosso país desde os seus primórdios coloniais. Desse modo, se faz preciso analisar a relação entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa no período colonial, enfatizando o padroado régio.

Sabemos que por esse sistema a Igreja estava subordinada ao Estado português, o que dava àquela o direito exclusivo de evangelizar as terras descobertas no Novo Mundo, ter seus membros e instituições sustentadas e conservadas pela Coroa. Em contrapartida haveria uma “ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português” (Fausto, 2009, p. 29), como a cobrança do dízimo pela Coroa e a criação de dioceses e nomeação de bispos. Complementado esse entendimento, Matos (2011, p.47) afirma que o papel da igreja nesse projeto de colonização é forjá-lo como uma “obra divina” que tem a gloriosa e humanitária missão da “conversão dos gentios” sob os auspícios do Estado português; entretanto, ainda segundo o mesmo autor, “era a atividade comercial” o vetor que sustentava o processo da catequização colonial.

Sob essa perspectiva podemos compreender que os interesses do império português sobre sua colônia americana vai suplantar até mesmo os dogmas implementados pela Igreja Católica, pois as duas bulas papais<sup>9</sup> de 1537, editadas no pontificado de Paulo III declararam “que os ditos Índios, e todas as mais gentes que daqui em diante vierem à notícia dos Cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos a servidão.” O que explicaria assim a observação dessas leis perante a população indígena do Brasil colonial e o descumprimento delas em relação ao africano?

Há um caloroso debate sobre essa questão e, fazendo uma depuração entre a análise de vários intelectuais que debruçaram sobre ela, o que se pode concluir é que o caráter mercantilista da colonização, citado anteriormente em Matos, associado a aspectos religiosos de interpretação sobre as sociedades indígenas e africanas favoreceram aqueles em detrimento destes. A falta de mão de obra em Portugal para o trabalho servil ou assalariado, a lógica econômica do mercantilismo em obter altos lucros coloniais a baixos custos de mão-de-obra e o negócio lucrativo que o tráfico negreiro se tornou, foram

---

<sup>9</sup>“*Bula Veritas Ipsa*”- MONTFORT Associação Cultural-  
[http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas\\_ipsa/Online,19/11/2021às14:51:18h](http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas_ipsa/Online,19/11/2021às14:51:18h).

associadas visões e interpretações religiosas que colocaram o negro em desvantagem perante os indígenas.

À cor negra da pele eram incorporadas maldições desde os tempos dos Gênesis, assim, a escravidão era entendida como um processo de redenção, enquanto aos ameríndios a visão era de serem seres ingênuos que necessitavam apenas do contato com a sagrada escritura para a salvação. Como salienta Bueno (1997, p.33), “os jesuítas lutaram contra a escravidão dos indígenas”, mas “para defender os índios estimularam o tráfico de africanos”.

Há de se ter sempre em mente que a escravidão, assim como o racismo hoje o é, era estrutural na sociedade brasileira, a formação do Brasil está a ela condicionada, as ações e o modo de pensar das pessoas era por ela influenciada. O ter escravo era algo normatizado, não o possuir era sinônimo de perda de status; ao trabalho braçal foi incorporado o sinônimo de desqualificação social. Desse modo, ser dono de escravo era algo buscado pelos membros da elite colonial/imperial e que atingiu até ex-escravos, o caso de mais notoriedade, geralmente exemplificado no ambiente escolar, é o de Chica da Silva.

Nas leituras dos termos de óbitos da Paróquia de Macaúbas/BA, nos quais constam informações como a data, o local do sepultamento, o nome, a cor e a idade do falecido, entre outros dados relevantes, podemos observar que há uma diferenciação na referência aos senhores e senhoras dos cativos. No geral é apenas descrito o nome do senhor ou da senhora, mas em alguns termos é relatada a profissão ou o título, como a de professor, alferes, Dona, capitão e o de major, um indicador do que fora afirmado anteriormente e se reforça com Moraes (1998, p. 188) quando ele diz que o “ingresso incessante de negros como escravos até o século XIX marcou o cotidiano e o modo de vida no Brasil colonial e de forma permanente e definitiva a história do país”.

Na prática econômica mercantilista da colonização portuguesa, a Igreja Católica, regulada pelo regime de padroado real, “era utilizada para dar ao projeto colonial uma legitimação de caráter sacral” (Matos, 2011, p. 47). Nesse sistema de padroado, as ações da igreja sofriam interferência do Estado português e vice-versa, o que poderia ser justificativa para a aceitação, por parte da igreja, da escravização de negros africanos. Entretanto, Campos e Merlo (2005, p. 351) apontam que o papel da igreja na defesa de alguns direitos aos escravos, como por exemplo, o de manter a família unida, foi muito importante nas sociedades escravistas da América Latina.

A violência empregada nos regimes escravistas ao longo do tempo e do espaço na história pode diferir em força empregada, mas, segundo pesquisadores do final da década

1950, a Igreja teve um papel importante no tratamento mais humanizado dos escravos na América Latina, diferenciando, assim, o sistema escravista português e espanhol, na América do Sul, do sistema escravista inglês na América do Norte. Essa tese provocou uma movimentação de pesquisadores que contestaram a ideia de existência de um tratamento humanizado aos cativos na América Ibérica. Entretanto, Campos e Merlo (2005) afirmam que a tradição romana exerceu forte influência doutrinária no direito português, mesmo antes da colonização americana. Desse modo, a escravidão portuguesa não tinha o caráter racial em suas origens.

[...] o Direito empregado na regulação social da escravidão no Brasil guarda importantes componentes da tradição legal lusitana e, por consequência, romana, elementos em evidência na análise de Tannembaum. Em relação ao matrimônio, essa herança alcança a formação do Direito Canônico e a tradição religiosa católica. Os casamentos dos escravos no Brasil obedeceram ao processo de imposição de um regime e uma disciplina religiosa aceita desde os primeiros tempos pelos portugueses. (CAMPOS e MERLO, 2005, p. 329)

A legislação que vigorou no Brasil independente e em todo o período imperial sobre a “regulação social da escravidão [...] guarda importantes componentes da tradição legal lusitana e, por consequência, romana [...]. (CAMPOS e MERLO, 2005, p. 329). No quesito casamento, as leis canônicas, criadas em 1707 e que fazem parte das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,<sup>10</sup> foram as principais a regular a união dos cativos, trazendo entre seus textos a ordenação que

Seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir. (Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. Apud, CAMPOS e MERLO, 2005, p. 359)

Essa legislação se tornou muito relevante para se compreender as relações conjugais sacramentadas na paróquia de Macaúbas no século XIX\_ as leis do matrimônio no Brasil império seguiam o direito canônico instituído ainda no período colonial\_ entre escravos ou entre livres e cativos. Há na paróquia de Macaúbas um número de seis livros com registros de casamentos entre os anos de 1849 e 1885, apesar de haver algumas inconstâncias, como registros fora da ordem, eles são fornecedores de informações da vida do povo brasileiro. Constam nos registros a data do casamento, o local, o nome do pároco, a menção a algum impedimento, as testemunhas, o nome dos nubentes, as idades, as condições dos mesmos e em caso de cativos, o nome dos seus senhores.

Na catalogação do quantitativo de casamentos envolvendo escravos em Macaúbas

entre os anos de 1849 e 1872, ou seja, num período de 23 anos, pode ser constatada a união entre escravos e libertos e entre escravos e livres, o que demonstra a influência das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. Ainda não pode ser verificada a existência de escravos de senhores diferentes contraindo o matrimônio.

**Registro de casamento envolvendo escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas entre os anos 1849 e 1872.**

CONDIÇÃO DOS NUBENTES	QUANTIDADE
01- Ambos escravos	86 registros
02- Ele escravo- ela forra	01 registro
03- Ele livre – ela escrava	02 registros
04- Ela escrava	10 registros
05- Ele liberto	01 registro
06- Ele escravo	14 registros
07- Ambos libertos	01 registro

Elevado à categoria de sacramento pelo Concílio de Trento, no século XVI, o matrimônio se consolidou como um ato sagrado na sociedade cristã ocidental, passando a ser um forte instrumento de combate à concupiscência e à promiscuidade. A presença da igreja desde os primórdios da colonização portuguesa na América evidencia o seu papel de controle social sobre os indivíduos para os manterem na ética e moral cristã. Entretanto, a falta de mulheres brancas e o contato dominador sobre os nativos e os escravos africanos fizeram com que os colonos passassem a ter comportamentos sociais que foram criticados pelos clérigos, ainda que alguns membros da igreja também os praticassem, conforme exemplifica Schwartz (1988, p. 325): “Figueiredo, por sua vez, acusava o outro auxiliar residente, o irmão Mateus de Sousa, de manter relações com uma cativa, Martinha, e ser pai de uma criança mulata”. Em seus estudos sobre a família escrava, Schwartz chama a atenção para o interesse da igreja na realização do matrimônio entre os cativos,

O padre Jerônimo da Gama acreditava que uniões mais estáveis poderiam resultar em mais filhos, mas o principal motivador de seus esforços em prol de casamentos de escravos na propriedade aparentemente foi o desejo de evitar a dissolução moral e o pecado. Havia, é claro, uma antiga tradição católica que advogava o casamento o quanto antes como forma de erradicar atos e pensamentos impuros. Para os jesuítas e outros observadores, porém, o Brasil parecia ser um lugar onde as paixões eram desenfreadas, especialmente entre os escravos. (SCHWARTZ, 1988, p. 325)

---

<sup>10</sup> A designação completa é: Constituições primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra. 1720. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853. In: Campos e Merlo, 2005, p. 359.



É relevante também considerar que a inclusão dos cativos no mundo cristão era também um meio de evitar os conflitos sociais que emergiam numa sociedade escravocrata, principalmente quando o número de cativos começou a se tornar muito expressivo na colônia portuguesa na América. Para Oliveira (2002), a falta de conversão dos escravos era algo temido socialmente, pois a ignorância dos africanos em relação às leis de Deus resultava em instabilidade social. Desse modo, no século XVIII, a Igreja intensifica a sua jornada de conversão dos cativos ao mundo cristão, e a criação das Constituições da Bahia

[...] expressaram a preocupação com a conversão dos negros, tanto que traziam um catecismo especial dedicado à catequese dos escravos, era este a Breve Instrução nos Mistérios da Fé, acomodado ao modo de falar dos escravos do Brasil, para serem catequizados por ela. [...]. A multiplicação destas ações de desdobraria também na promoção de santos pretos que deveriam funcionar como exemplos de virtudes cristãs para os africanos e seus descendentes. (OLIVEIRA, 2007, p. 362)

Toda essa inclusão religiosa dos cativos africanos e seus descendentes podem ser comprovados na documentação da paróquia macaubense. Macaúbas foi elevada à condição de vila em 1832, mas a sua paróquia não foi imediatamente constituída o que fez com que, do ponto de vista religioso, o município ficasse sob a tutela de Santo Antonio do Urubu de Cima, atual Paratinga, até 1840. A “Lei Provincial 124, de 19 de maio de 1840, erigiu em freguesia ‘o Município da Villa de Macahubas, com a denominação de N. Senhora da Conceição” (FIGUEIREDO, 2015, p. 56), o que nos leva a supor que a população do território macaubense ficou, por muito tempo, desassistida dos sacramentos cristãos católicos e,

“[...] por isso tem morrido para mais de cem pessoas sem que ache um Sacerdote que lhes ministre os últimos Sacramentos, bem como a mesma falta tem dado motivo o que até o presente se não tinha procedido a rivição de Jurados.” (APEB, maço nº 1342/ Correspondência recebida da Câmara de Macaúbas 1833 - 1888, apud FIGUEIREDO, 2015, p. 55)

Mesmo após a criação da freguesia de Macaúbas, em 1840, continuou a ausência e problemas com o assentamento dos vigários, somente um padre fez o concurso para preencher a vaga da nova freguesia<sup>11</sup>, o que fez com que muitos registros se perdessem. Figueiredo (2015) relata que o Padre Francisco Pita, ao assumir a freguesia, em agosto de

---

<sup>11</sup> De acordo Manoel do Monte Rodrigues Araujo, em Elementos de Direito Eclesiástico, 1858, a função de Pároco era preenchida por concurso com prova escrita argumentativa e oral. No caso do Brasil, em que vigorava o padroado, a confirmação ficava sujeita a uma carta de apresentação do Imperador. (apud, FIGUEIREDO, 2015, p. 57)

1852, destacou no Livro de Óbitos o quão relapso havia sido o seu antecessor, o Coadjutor padre José Querino da Silva, na escrituração desse livro. Nos livros de batismos, óbitos e casamentos da paróquia pode-se observar subscrições pós-datadas pelo pároco Firmino Batista Soares, que tomou posse da freguesia em 1871, confirmando a sua tentativa de organizar os registros da paróquia. Hoje, segundo Ana Paula Rosa (2011), podemos considerar tais registros como uns dos melhores testemunhos sociais, pois a igreja, através dos tempos, conseguiu resguardar uma quantidade considerável de documentos de relevância histórica para as comunidades inseridas em suas paróquias.

De fato, apesar das inconstâncias e perdas que a situação acima descrita pode ter causado, os registros eclesiásticos de Macaúbas constituem-se, sem sombra de dúvida, em fontes históricas importantíssimas para a reconstrução da história social do município no referido período. A relevância dos documentos paroquiais para a historiografia é bradada aos quatro cantos por estudiosos de diferentes matizes teórico-metodológicas:

os arquivos privados eclesiásticos são considerados um bem cultural da Igreja, e ao mesmo tempo, de interesse público, especialmente no que toca à pesquisa científica” (SILVA e BORGES, 2011, p. 38).

Esse pensamento de valoração dos documentos eclesiásticos para as pesquisas históricas é também visto na fala de Fragoso.

Na historiografia internacional, o uso da documentação paroquial já possui larga tradição em pesquisas de história demográfica e das famílias, porém ainda são parcamente aproveitados na História Social. Isto é uma lástima, considerando sua natureza maciça e reiterativa. Portanto, a mesma argumentação que valida o uso dessas fontes para a história demográfica pode fundamentar o seu emprego para a História Social do mundo ibero- americano. Estamos diante de sociedades católicas, cujas populações eram tementes a Deus, ou – o que é o mesmo – cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica, o que transforma as fontes paroquiais em documentos de grande valor, por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. (FRAGOSO, 2010, p. 74-75)

Ao enfatizar a relevância dos documentos eclesiásticos para a construção da História Social, Fragoso nos leva à certeza de que o que pretendemos fazer com este trabalho é perfeitamente possível: ou seja, desenvolver um guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas, a partir do olhar da história local e que possa ser amplamente utilizado em sala de aula. Um guia que sirva não apenas para ajudar a identificar a constituição demográfica da população macaubense no século XIX, mas que possibilite discussões e olhares para a sua construção social e cultural e que possibilite refletir sobre as complexidades e possibilidades na vida dos cativos, e que estes possam ser enxergados não apenas como pessoas vitimadas por um sistema escravista cruel, mas, principalmente, como

sujeitos históricos que se utilizavam de diferentes estratégias para melhorar ou amenizar o seu cotidiano.

Ao fazer uma resenha crítica do livro, *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*, organizado por João Fragoso, Roberto Guedes e Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Hugo Araújo (2015) evidencia a importância dos assentos de batismo, casamento e óbito na investigação da história social da América Portuguesa

[...] atentando para as dinâmicas construídas por agentes sociais como escravos, forros e pardos [...] Fragoso consegue resgatar as relações desses agentes históricos, demonstrando como as pessoas dos vários níveis da hierarquia social interagiam e movimentavam a sociedade: filhos de escravos eram apadrinhados pela nobreza da terra; filhos ilegítimos e mestiços eram inseridos no seio familiar, pela ação das redes de solidariedade, estando na maioria das vezes subordinados aos filhos legítimos, mais ainda assim, exercendo papéis de intermediários com os níveis inferiores da hierarquia social, sobretudo em razão do apadrinhamento (ARAÚJO, 2015, p. 219).

A percepção de Araújo reafirma a gama de possibilidades que um estudo minucioso dos documentos paroquiais de Macaúbas pode revelar, desde o percentual considerável de filhos de escravas oriundos de relações não legitimadas pela Igreja, à preponderância de casais escravos pertencentes a um mesmo senhor, dentre tantas outras. Embora nessa pesquisa não tenhamos nos aventurado por solos sociais tão subterrâneos como os citados por Araújo, certamente abrimos espaços para novas sequências de análises. O que procuramos foi buscar estabelecer quantitativos medianos acerca dessas relações sociais entre cativos e livres ou libertos e livres, os filhos das relações não sacramentadas pela Igreja, a cor/qualidade da população que formou a sociedade macaubense, porém não adentrando assim, como sugere Fragoso, “na análise de grupos familiares por [...] gerações, a fim de que possamos perceber os detalhes que definem o sistema de alianças e de transmissão patrimonial desses grupos” (ARAÚJO, 2015, p. 219).

Para Gisele Dias Quirino (2010), as atas de batismo do Brasil escravista são relevantes para se compreender as relações de compadrio que se estabeleciam entre os envolvidos nesse sacramento, o batizando, os pais e os padrinhos. Outra relevância dessas fontes se encontra no fato de que elas podem conter informações sobre todas as camadas dos grupos sociais, já que o batismo era mais abrangente que o matrimônio, e em seus registros constam informações como a data e o local do batizado, o nome da criança, sua idade, legitimidade ou naturalidade, sua condição social e cor/qualidade, o nome dos pais em caso de filho legítimo ou somente o nome da mãe sendo a criança filha natural, há também a citação da condição dos pais quando esses são escravos e a menção a quem são

os seus senhores, por fim o nome dos padrinhos e as suas condições.

Analisando os assentos de óbitos na Paróquia de Macaúbas, no livro número 6, aberto pelo oficial Aureliano Jacinto Pereira, em 1871, para constar o registro dos óbitos dos filhos de escravos nascidos a partir da data da publicação da lei do ventre livre, Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, os denominados ingênuos, pode se constatar que, dentre os 130 registros oficializados, entre os anos de 1872 e 1883, um número considerável dos filhos falecidos eram de relações ilegítimas; apenas 33 foram registrados como filhos legítimos e os demais 97 foram registrados como filho natural, no qual consta apenas o nome da mãe e sua condição de escrava.

**Registro de óbitos de ingênuos a partir da Lei do Ventre Livre, 1871 a 1883- Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas/BA. Livro de óbito nº 6**

Situação dos ingênuos	Quantidade
Filhos legítimos	33 registros
Filhos naturais	97 registros
Total	130 registros

A situação social apresentada nos dados acima mostra que, apesar da influência da igreja sobre as pessoas, querem livres ou escravas, havia relações carnavais que fugiam do seu controle: apesar de contar com um código canônico específico para cuidar das situações de vida dos cativos e mantê-los em uma conduta condizente com os seus dogmas, a realidade não obedecia fielmente a teoria cristã.

Todo esse acervo encontra-se arquivado no espaço denominado Salão Paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, situado na Praça da Matriz em Macaúbas-Bahia. O acesso aos livros se dá mediante a autorização do pároco responsável pela paróquia, o Pe. Osvaldino Alves Barbosa. Muitos livros encontram-se em bom estado de conservação. São geralmente de capa dura, com folhas enumeradas, com termo de abertura e fechamento, porém muitos outros já estão deteriorados, sem capa, folhas soltas, manchadas, carcomidas por cupins. Nestes, a pesquisa se torna praticamente inviável, ficando possíveis apenas alguns termos sem sequência. O acervo documental do Arquivo da Paróquia de Macaúbas tem possibilitado inúmeras pesquisas, e esta, certamente, não será a última, o que torna ainda mais urgente e necessária a sua conservação, posto constituir-se como um rico patrimônio histórico do município e de fundamental importância para a história da Bahia e

do Brasil.

### **1.3. A importância do estudo sobre a africanidade brasileira.**

É sabido por todos que os africanos traficados, forçadamente, para o Brasil, trouxeram seus costumes, saberes e uma gama cultural muito grande, envolvendo o modo de vida, religião, crença e, claro, sua capacidade laboral.

Entretanto, as tantas contribuições em nosso histórico-cultural e étnico foram, e se pode dizer que ainda são renegadas do nosso patrimônio histórico e cultural, o que acaba por configurar uma contradição muito grande, afinal nós brasileiros somos resultado dessas heranças e, mesmo de modo inconsciente, as reproduzimos no nosso cotidiano. Toda essa cultura pode ser facilmente reconhecida nos hábitos de todos nós. Cunha Junior (1997) afirma que “a essência da história africana é uma lacuna de grande importância nos sistemas educacionais brasileiros” o que só reafirma a distância que a escola, de certo modo, sempre fez questão de manter da cultura afro e costumes dos negros.

Se analisarmos o histórico dos nossos sistemas educacionais, veremos que de fato houve a negação de todas as contribuições históricas que a cultura dos africanos nos proporcionou ao longo dos séculos. Tal postura, está claro, tem contribuído para a propagação do racismo e de preconceitos que nosso país de modo injusto tem disseminado.

A educação é o caminho mais propício para que práticas de racismo e preconceito tenham fim ou que, pelo menos, possam ser diminuídas. Cabe citar que somente em 1973, já no século XX, é que a inclusão da valorização da história africana “tomou fôlego” no Brasil, mas ainda assim a passos muito lentos, o que na realidade só aconteceu de modo legal em 2003, através da Lei 10.639 quando o ensino de História e Cultura Afro-brasileira passou a ser obrigatória nos sistemas de ensino.

Desse modo, historicamente, a escola reforçava o imaginário, amplamente difundido na sociedade, de que os negros no Brasil sempre foram coadjuvantes, personagens secundários da História Geral do Brasil; necessários enquanto mão de obra escravizada, durante o período colonial, mas que quase nada de útil legaram. Ou seja, ao povo negro era negado o protagonismo econômico-social e, sobretudo, o peso da influência africana na nossa formação cultural.

Não se pode e nem se deve renegar o patrimônio cultural deixado pelos africanos a toda a humanidade e, ao mesmo tempo,

(...) estudar Africanidades Brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar por sua dignidade, próprio dos descendentes de africanos que, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando-nos outros grupos étnicos com quem convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles (SILVA, 2005, p.12).

De fato, as afirmações acima, feitas por Petronilha Silva (2005, p.12), constituem-se em verdades que não podem ser desconsideradas, uma vez que é difícil conseguir separar cultura africana e brasileira pois, ainda que de modo inconsciente, todos os costumes trazidos pelos africanos estão no nosso dia a dia, seja na comida, música, dança, jeito de falar, vocabulário, entre tantas outras heranças que não podem ser ignoradas, posto ser parte constitutiva do nosso viver. Entretanto, é preciso não somente vivenciar tais costumes, mas vislumbrar neles múltiplos significados, reconhecer tais manifestações em seus sentidos originais e o que elas refletem em nossas vidas, devendo ser compreendidas a partir de concepções e valores que motivaram tais processos. Ainda segundo Silva (2005, p.13):

Uma sociedade pautada em qualquer tipo de discriminação é uma sociedade que vai deixar, sem dúvida, à margem da participação, digo participação produtiva, produtiva intelectual e produtiva econômica, uma grande parcela da sua população. E nesse sentido, quando nós pensamos em racismo, nós estamos pensando em mais de 50% da população negra ou pelo menos quase 50%, se formos seguir as cifras oficiais apresentadas pelo IBGE. Então, nós estamos dizendo que numa sociedade que exclui e exclui pelo racismo, que é a nossa discussão aqui, nós vamos ter metade da população do Brasil fora dos regimes de direitos de todas as áreas e isso traz no mínimo subdesenvolvimento para o país.

Além disso, é preciso compreender o âmbito escolar como espaço para o trabalho com a diversidade. A todo o momento fala-se em diversidade cultural, mas poucas são as práticas que refletem a seriedade e o respeito para com o desenvolvimento dessa prática. Quando se tem o objetivo de trabalhar a diversidade cultural devemos levar em conta atividades voltadas para a compreensão das questões religiosas, de linguagem, expressões artísticas, representatividade, resistência, enfim, compreender todo um processo histórico atrelado às questões citadas.

Desse modo, o desenvolvimento de teorias e práticas educacionais voltadas para a história e a cultura africana, deve possibilitar a produção e reprodução cultural, artística e histórica dos negros no Brasil e seu reconhecimento deve ser o objetivo principal de todo este trabalho. Nesse aspecto Munanga (2004, p.139) afirma que:

No decorrer do processo histórico brasileiro, os homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram formas elaboradas de lidar com a vida, com o corpo assim como expressões musicais múltiplas. Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio da resistência

política, da religião, da arte, da música, da dança e da sensibilidade para com a ecologia o negro produz, participa e vivencia a cultura afro-brasileira.

Ademais, necessário se faz, além de conscientizar-se de uma origem histórica, ter do que se orgulhar, perpassando as “trevas” do racismo e preconceito cultural, descobrindo que toda cultura é importante e precisa ser, além de vivida, contemplada e valorizada por todos de uma nação. Mesmo assim, o que percebemos é que acontece quase que totalmente o contrário: a escola, que deveria servir para “trazer à tona”, “mostrar às claras”, reconhecer e divulgar tantas contribuições positivas acaba por ignorar e “calar” tantas manifestações de uma cultura forte que deve ser preservada e reconhecida.

Somos resultado de nossas heranças culturais, dos ensinamentos e saberes históricos. Cientistas sociais acreditam inclusive que na base da vida social é que se encontra a capacidade de simbolizar o ser humano. Isso tudo pode ser concebido como cultura, além de muitos outros significados. Sobre isso nos aponta Souza (2008, p.87):

É claro que muitas vezes pode haver mal-entendidos entre os membros de uma mesma cultura, assim como é possível entender coisas de culturas às quais não pertencemos. Mas no geral, para entendermos bem outra cultura, temos de passar por um aprendizado dos seus códigos básicos, senão estaremos apenas projetando sobre os significados que aprendemos na nossa própria formação, ao longo do nosso processo de socialização, de nos tornarmos parte de um corpo social. A cultura é algo que nos permite fazer parte de um grupo e nos dificulta sermos um membro integral de um grupo que não o nosso, a não ser que nos transformemos radicalmente.

Nessa perspectiva, há diversas culturas e várias formas de vivê-las, mas se tratando do Brasil, precisamos encarar o nosso país como um resultante de muitas culturas, daí chamarmos e reconhecê-lo como um território de diversidade cultural, que é consequência de uma colonização formada por vários povos que se integraram ao longo da história trazendo com eles várias visões de mundo, saberes, culturas e costumes, o que resultou nesse rico e imensurável patrimônio cultural que é o Brasil.

Diante de todo esse arsenal de contribuições da cultura africana no cenário brasileiro é que se questiona o quanto nossos sistemas educacionais “teimaram” em desmerecer, ignorar ou “fingir não enxergar”, carregados de um racismo estrutural que também está presente nas raízes de uma educação elitista que sempre relutou em reconhecer negros, índios e pobres no histórico cultural brasileiro, reproduzindo e tentando perpetuar as diferenças entre classes e etnias, algo que deveria ser repudiado por qualquer sistema de educação, como nos confirma Araujo (2007, p.5):

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial.

Então, de acordo com a citação acima, fica claro que é extremamente necessário compreender, principalmente pelos sistemas de ensino, que a história dos africanos no Brasil não deve ter relações somente com a escravidão; é preciso entender como ocorreu este processo, toda a resistência que existiu e ainda existe e, evidentemente, enxergar o povo negro como portador de uma cultura que tem bastante relevância para a história e a construção do Brasil em que hoje vivemos.

### **1.3.1- Lei 10.639/03, entre a realidade e a prática.**

Em 2003, a Lei 9.394/96 foi alterada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou a Lei 10.639, tornando obrigatório o ensino da História e cultura Afro-brasileira e africana. Desse modo, o governo federal sancionou a Lei 10.639 em março de 2003, alterando assim a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que estabeleceu as diretrizes curriculares para implementação da citada lei. Tal fato incluiu a obrigatoriedade de ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar no ensino fundamental e médio.

Foi, certamente, um marco no reconhecimento da cultura africana no Brasil, quando os africanos e afro-brasileiros puderam ter a oportunidade de protagonismo, como sujeitos ativos e sociais, que são, agora com uma legislação no âmbito educacional, que pretende garantir tais direitos. Tal lei pôde então permitir uma quebra de paradigma, um “divisor de águas” no processo de educação do país, que tenta romper com todo o processo de exclusão que ocorria até mesmo nas práticas educacionais, visando contribuir para se ter uma sociedade mais justa com respeito e, principalmente, a valorização da diversidade humana em suas ricas e múltiplas dimensões. Segundo as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, o que se pretende é a realização de



(...) conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (BRASIL, 2004, p. 12).

Levando tudo isso em consideração, confirma-se ainda mais a necessidade de reafirmação de políticas públicas de inclusão e o enfoque da História e da Cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, já que é mais propício para fortalecer identidades e direitos que devem resultar em práticas educativas para combater o racismo ou qualquer outra forma de discriminação. Sabe-se que a escola deve encarar desafios sociais e investir na superação de qualquer tipo de distinção, enaltecendo a diversidade etnocultural, reconhecendo-a como elemento fundamental que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro. Assim, faz-se necessário educar pessoas capazes de valorizar as trajetórias particulares de todos os grupos que compõem a nossa sociedade, sempre destacando um dos papéis fundamentais da educação que é fazer aprender a conviver, dialogar, viver e valorizar a sua cultura e a do outro, respeitando sempre as diferenças entre as suas formas de expressão.

Nessa perspectiva, a escola é o ambiente mais privilegiado e tem uma função social muito importante que é sempre zelar pela busca da valorização das singularidades étnicas e sociais dos sujeitos que a compõe. Entretanto, o fato de estar previsto em Lei nem sempre garante que, na prática, isso aconteça pelo menos do modo como deveria. A Lei 10.639/03 é, com certeza, de fundamental importância para a educação, mas é preciso um olhar atento para que esta realmente “saia do papel” e passe a fazer parte das práticas educativas. Além de tudo isso, é necessário também que a escola e seus profissionais tenham acesso a materiais adequados à proposta da lei, permitindo, assim, dar um novo significado para o enfoque da história e cultura afro-brasileira e africana, a partir da mudança das velhas práticas pedagógicas, reconfigurando as aulas para que contemplem os conteúdos que são exigidos, como nos aponta Neves (2005, p.51):

Para atingir os objetivos, devemos organizar a nossa prática pedagógica. Com a nova lei 10.639/03, os conteúdos curriculares de História terão que reorientar o ensino da História da África, dos Africanos e Afro-Brasileiros nos currículos de História, de Literatura e de Educação. Essa não será uma mudança qualquer. Ela exigirá uma revisão do livro didático, devendo contar com a contribuição dos educadores, dos autores, dos movimentos negros, dos editores e do governo. Uma questão fundamental para a redefinição desses novos conteúdos será a construção de um “novo olhar” sobre o negro.

Percebe-se, ainda, a ausência de abordagens mais completas, complexas e profundas

da temática, apesar da lei. Os livros didáticos, em sua maioria, pouco se adequaram ao que nos aponta a legislação, dando muito pouco suporte aos educadores, tornando o foco superficial, parecendo preocupar-se apenas em atender a uma exigência, de modo mecânico, sem o enfoque e entusiasmo necessários.

Mesmo após a implementação da lei 10.639/03, certa arbitrariedade na produção de materiais didáticos que continuam insuficientes e inconsistentes, revelando ainda mais a falta de valorização da própria história. Por outro lado, os materiais que existem e chegam até as escolas são pouco utilizados, ou desperdiçados, já que, na maioria das vezes, servem apenas para se trabalhar a data comemorativa sobre a consciência negra. O que foi possível observar e concluir é que há muito ainda a ser feito para transformar de maneira positiva a imagem do negro no livro didático e nos materiais disponíveis na escola, para que se possa mudar essa realidade social tão carregada de desigualdades, racismos e preconceitos.

A implantação da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares requer mudanças e transformação de postura para com a educação e as práticas pedagógicas no âmbito escolar. Podemos dar destaque à elaboração de materiais didáticos sobre essa temática; à conscientização e à construção de propostas pedagógicas que de fato contemplem o que é previsto na citada lei para a consolidação de uma prática educativa antirracista, com análises e profundas mudanças positivas dos planos políticos pedagógicos e dos currículos escolares; e, certamente, a formação e capacitação continuada de professores/as e demais profissionais da educação para com essa abordagem.

Diante de tudo que foi exposto reafirmam-se os grandes desafios que existem quanto à aplicação da Lei nas escolas, e que a Lei ainda não é cumprida em todas as instituições de ensino, exigindo a necessidade de buscar uma forma eficaz para sua aplicação de fato, abordando com maior amplitude a temática, e fazendo com que os professores entendam que é dever do educador, junto com a escola, ajustar o currículo escolar, para que se faça valer essa grande conquista que é ensinar história e cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

### **1.3.2. Resquícios do racismo e preconceito na sociedade contemporânea**

É sempre bom lembrar que o Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo – mais de 79 milhões de afrodescendentes –, ficando atrás somente da Nigéria. No censo de 2010, realizado pelo IBGE, pretos e pardos conformavam mais de 50% da

população. Mesmo assim, de modo contraditório, percebe-se a negação dessa realidade quando pouco se sabe das culturas diversas, histórias, ações públicas e afirmativas, além das contribuições da cultura africana à construção do nosso país. Fica o questionamento do porquê dessa situação do não reconhecimento daqueles que ajudaram a formar nossa nação e hoje é mais da metade da população. Qual o motivo de tudo isso? A resposta parece também bem óbvia: está no racismo arraigado em nossa história, como já citado anteriormente, o racismo no Brasil é estrutural, não há como negar. Essa ideologia segrega pessoas, discrimina sujeitos por conta de suas características físicas que, infelizmente interferem na visão da capacidade intelectual e até moral, a chamada supremacia branca que consideram negros e índios como culturas inferiores.

Ignora-se a mestiçagem, que foi um processo natural difícil de ser tolerado no passado e ainda hoje. Sobre a mestiçagem, Souza chama a atenção para a forma concreta como se apresentou:

[...] quando falamos em mestiçagem do povo brasileiro, estamos nos referindo basicamente às misturas entre africanos e os povos que eles encontraram aqui, principalmente portugueses e indígenas. Foi essa mestiçagem que, apesar de atormentar as elites brasileiras que tentaram diluídas com outras misturas, se impôs como consequência da importação de cerca de 5 milhões de africanos ao longo de mais de trezentos anos. (SOUZA. 2008, p. 129)

Desse modo parece-nos muito simples compreender que nossa formação étnica e nossa cultura resultam dessas misturas de crença, costumes, saberes etc. Não se pode e nem se deve negar herança cultural tão marcante. O reconhecimento de tal herança é fruto de lutas e resistências constantes, conforme constatado por Silva (2005, p. 156)

As Africanidades Brasileiras vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando-nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos os descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira.

Ao contrário disso, a cultura europeia foi sempre mais enaltecida na história do Brasil, algo que é reproduzido até os dias atuais. Há um verdadeiro culto aos costumes e forma de viver dos europeus. Apenas no início do século XX as expressões culturais afro-brasileiras e africanas começaram, ainda que de modo muito tímido, a serem aceitas e até

mesmo admiradas, mas por apenas uma pequena parcela da população. Durante a Era Vargas começaram a ocorrer indícios de políticas que passaram a incentivar o nacionalismo do país e que se constituíram em ações de certa valorização da cultura afro-brasileira. Em 1934 o movimento ganhou forças quando foi aprovada a União Geral das Escolas de Samba no Brasil. Nos idos de 1953, outro marco de extrema importância, foi a apresentação da prática da capoeira pelo mestre Bimba a Getúlio Vargas que a reconheceu como “único esporte verdadeiramente nacional.” (FAECFR, 2020), enquanto para a grande maioria da população se tratava apenas como uma prática de marginais e vagabundos.

Há ainda que se ressaltar as perseguições às religiões afro-brasileiras tanto no passado como no presente. Ainda que no século XX e XXI tenha diminuído substancialmente os ataques aos terreiros e às práticas candomblecistas, sobretudo pela criminalização legal do ato, há ainda muito desrespeito, preconceito e discriminação. Na Constituição de 1988 o racismo passa a ser tratado como crime, punido com pena de prisão, por meio do artigo 5º, inciso XLII, regulamentado pela Lei 7.716/89, sendo assim um grande avanço quando comparado a Lei Afonso Arinos, de 1951, que tratava o racismo apenas como contravenção penal, passível apenas de multa e não de prisão.

Uma sociedade construída sob a negação da importância histórica do povo negro, não somente tem uma face altamente discriminatória, como revela que o racismo, infelizmente, encontra-se estruturado em nosso país, em nossas escolas e em muitas mentes. Sabe-se que todo esse território americano, alvo de domínio e ocupação de europeus que chegaram aqui como “descobridores”, “conquistadores” e estabeleceram um processo claro de dominação, impondo a escravidão indígena e sobretudo a negra/africana, em um dos capítulos mais vergonhosos da história.

Embora a escravidão tenha terminado, os resquícios dessa triste realidade ainda são sentidos até hoje através da disseminação do racismo e do preconceito. Nossa sociedade continua a não respeitar o modo de vida do negro, seus pensamentos, crenças e sua cultura, apesar da legislação que busca por fim a esse processo injusto e inescrupuloso. Ignora toda uma herança cultural, uma diversidade étnica que é bem ímpar e única no mundo todo.

É contra todo esse cenário de exclusão, preconceitos e discriminação, inerentes às diversas formas de tratamento no âmbito social é que a escola precisa lutar. Esse talvez seja um dos seus maiores desafios, ao que Munanga (2005, p.189) reitera:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com

essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

Desse modo, a escola precisa buscar a mudança, palavra tão importante, que leva para a transformação. Transformar atitudes e pensamentos através da educação é preciso e necessário, mas para isso é necessário também que educadores e demais profissionais da educação abracem essa ideia, busquem fazer de verdade com que a lei que temos a favor da exaltação e valorização da nossa cultura afro-brasileira e africana, sim porque é nossa de fato, seja vivida e reconhecida, respeitada e estudada a fim de dar um basta de vez a todos os mecanismos de segregação, racismo e preconceitos que estão tão presentes e, infelizmente, fortes no nosso convívio. Não ser racista, não ser preconceituoso vai muito além de uma intitulação, mas está em nossas ações e atitudes para com o próximo.

É de grande relevância a análise e o estudo voltados a compreender as contribuições da cultura afro-brasileira e africana no contexto brasileiro e como a educação tem lidado com essa temática, tão necessária para o combate às distinções que condenam as minorias a viverem excluídas da sociedade. Conforme demonstrado, é inegável tais contribuições para a formação da cultura brasileira, que ao mesmo tempo que é tão singular é também carregada de diversidade, e parte dela uma herança tão rica que os africanos deixaram ao longo da história desse país e que seus descendentes continuam contribuindo, uma vez que são eles a maioria da população dessa nação.

Mesmo assim, a história e a cultura negra em nosso país foram deixadas de lado, levando a marginalização desses sujeitos. Com certeza, a Lei 10.639/03 fora um marco na luta contra essa realidade, mas ela precisa ser seguida e os benefícios trazidos por ela, precisam ser vivenciados por aqueles a quem ela busca atender. Neste sentido, as instituições de ensino têm tarefas a ser feitas, que representam responsabilidades e grandes desafios ainda hoje, anos após a lei ser criada, que podem promover um novo cenário, onde todos os indivíduos devam gozar do direito da igualdade, tendo reconhecidos e valorizadas todas as suas manifestações culturais, tradições, crenças e tudo mais que forma suas mais diversas culturas.

Deve-se ressaltar sempre que existem ainda muitos desafios a serem vencidos para a aplicação da lei em questão. É preciso garantir que as escolas não abordem a cultura do

negro apenas em datas comemorativas, isso é, de maneira isolada, mas em todo ano letivo, como estabelecido pela lei.

O racismo e o preconceito precisam ser superados. Não há lugar para esse tipo de sentimento num país onde a miscigenação é a origem de seu povo. É muito contraditório uma população, onde a maioria é negra, valorizar somente culturas “brancas” e “europeias”. Manter essa realidade é hipocrisia e representa o atraso de pensamento de um povo, que tenta ignorar suas raízes históricas.

Desse modo, prioriza-se a escola como espaço de mudança. Certamente não é um papel só dela, mas a educação é a base para a transformação social. O reconhecimento de que tanto se fala e se reflete em relação à cultura afro-brasileira e africanas depende de uma série de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas para sua aplicação. Depende de maneira decisiva de uma reeducação das relações étnico-raciais e do trabalho em conjunto, de articulações entre os processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, para o combate ao racismo, e o trabalho pelo fim das desigualdades sociais e raciais.

## **2. ENSINO DE HISTÓRIA: FONTES LOCAIS COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

### **2.1. Justificando o trabalho com a história local em sala de aula**

Este trabalho dissertativo de conclusão do mestrado em Ensino de História busca fortalecer a compreensão do uso da história local como uma estratégia pedagógica que visa superar uma concepção estigmatizada do conhecimento histórico no ambiente escolar. Estimular e enriquecer o estudo histórico em sala de aula é uma busca comum entre os professores da educação básica brasileira, marcada por um histórico de dificuldades em relação ao acesso e à permanência dos estudantes no período letivo integral, à pobre qualidade estrutural dos prédios escolares, à defasagem de aprendizagem dos estudantes em relação à série estudada, à necessidade de formação continuada dos professores e as suas boas condições de trabalho, bem como às questões político-pedagógicas que interferem no processo de ensino-aprendizagem em nosso país.

A produção historiográfica local tem ocupado um lugar de destaque nas produções nacionais e os estudiosos vêm ampliando o debate sobre a articulação dessa produção e o ensino dos conhecimentos históricos em sala de aula. Sobre a relevância dos livros de

história local, Rui Medeiros (2013, p. 37) salienta que

[...] são textos importantes para os habitantes da localidade por motivações diversas, como por exemplo: curiosidade sobre o/um tema; certificado de importância de sua região; saber que a localidade tem uma história própria; comprovar que seus ancestrais ajudaram a construir o município, a vila, o templo, a escola; conhecer o passado para responder perguntas de forasteiros; satisfazer-se com os atos de heroísmo que ocorreram no solo de seus antepassados, entre muitas outras.

Partindo das considerações de Medeiros (2013) de que as produções historiográficas locais colaboram para a formação de uma consciência de pertencimento e de valorização da identidade local da qual o sujeito faz parte, é válido transpor esse pensamento para o ambiente de sala de aula. Articular essa produção historiográfica local com a metodologia de ensino em sala de aula da educação básica é uma discussão já estabelecida desde a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental — 1º e 2º ciclos —, que estimula o professor a ser capaz de “[...] fazer alguns recortes e escolher alguns temas, priorizando os conteúdos mais significativos para que os alunos interpretem e reflitam sobre as relações que sua localidade estabelece ou estabeleceu com outras localidades situadas na região, no País e no mundo, hoje em dia e no passado.” (BRASIL, 1997, p. 48).

Os PCNs supracitados enfatizam também que esse trabalho, que pode ser feito a partir dos primeiros anos do ensino fundamental, pode ser desenvolvido dentro de uma perspectiva metodológica na qual o estudante seja instigado a refletir a partir de situações-problema ligadas ao seu cotidiano e à sua origem familiar. A metodologia observada que pode contribuir na construção da historicidade da localidade perpassa pelo desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino direcionadas pelo professor e que envolvam o alunado e suas famílias. Referendando assim o uso da história local como proposta viável para o ensino de História, temos em Santos (2002, p. 106) um importante argumento quando ele afirma que “tal perspectiva [...] leva-os (alunos) a entender, no sentido inverso, que a história mundial, nacional e regional chega ao seu bairro, à sua rua, à sua sala de aula, articulada entre si e explicando muito do cotidiano”.

Um ensino histórico desenvolvido a partir de narrativas que objetivam as memorizações de feitos heroicos e personagens ilustres do campo político, apresentando um imaginário eurocêntrico — homem branco, cristão, civilizado —, reflete uma noção tradicional da História e precisa urgentemente ser superado. Nesse sentido, as metodologias tradicionais da disciplina solidificaram alguns mitos pedagógicos, tais como a concepção de que a aprendizagem histórica acontece pela repetição da fala do professor até que se

decorem os fatos e datas, a ideia de que os conteúdos servirão para incutir princípios e valores nacionalistas por meio de feitos de personagens e autoridades políticas, a necessidade de os conteúdos serem apresentados dentro de uma linha cronológica e, por fim, o mito de que existe apenas uma verdade histórica.

Uma metodologia moderna da disciplina História está centrada na ideia da pluralidade de abordagens — culturais, políticas, econômicas e sociais —, na formação de um aluno crítico e de um ensino que proporcione a relação de fatos, de confronto de pontos de vista e o acesso à consulta de diversas fontes de pesquisa. Busca-se utilizar a história local a partir dessa perspectiva, pois ela proporcionará a apresentação de sujeitos sociais comuns e seus relacionamentos cotidianos na busca da sobrevivência diante das estruturas socioeconômicas e culturais encontradas. Assim:

A reconstrução da história de um lugar ou de uma localidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos. De que o lugar, seja quando, qual e aonde for, integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia a dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo. (SANTOS, 2002, p. 110-111).

O presente trabalho, ao propor o uso da história local no espaço escolar e nas aulas da disciplina História, está contribuindo assim para desconstruir, no estudante, a visão de um estudo sem sentido e desconectado da sua realidade, pois a abordagem diante do conhecimento histórico será construída em articulação com os interesses dos alunos e por meio de procedimentos que proporcionem a aproximação entre os conteúdos e suas realidades diversas. A preocupação com os procedimentos a serem utilizados é pertinente, uma vez que o alunado do século XXI não mais se interessa pelo acúmulo de informações repassadas em um monólogo no qual o professor é o protagonista. O conhecimento histórico a ser adquirido, portanto, objetiva o desenvolvimento da consciência histórica por parte do aluno, o que implica no desenvolvimento da sua capacidade crítica de análise e interpretação do mundo e suas relações sociais.

Ao utilizar a história local como uma abordagem teórico-metodológica para trabalhar com documentos eclesiásticos referentes à escravidão no município de Macaúbas, Bahia, a proposta é produzir um guia de fontes históricas que possa ser aproveitado pelos professores tanto da rede municipal quanto da estadual do referido município. Objetiva-se assim bem mais do que “atrair os estudantes para o conhecimento



da História”, embora a conquista desse objetivo seja algo de extrema relevância e busca incessante dos docentes; o estudo da “história do lugar tem aberto novas perspectivas também como importante instrumento de recuperação e preservação das memórias e das identidades locais” (SANTOS, 2002, p. 106).

A escravidão no município de Macaúbas é assunto de pouca discussão e pesquisas e praticamente excluído do ambiente escolar, o que não favorece a construção de uma memória coletiva centrada no papel e importância dos negros na história da comunidade local. Ao se propor produzir material didático pedagógico com o uso de fontes históricas relacionadas à escravidão no referido município, pretendemos também contribuir para o processo de valorização de questões relacionadas à identidade e à memória, conceitos que, hoje, segundo Hobsbawn (1995, p.13) nos são tão caros: “[...] Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.” Assim, o ensino de história local pode ser então uma ferramenta metodológica capaz de proporcionar vínculos de pertencimentos, elos e vivências, sentimentos tão necessários para fortalecer o papel de sujeito histórico ativo, capaz de lutar pela melhoria do grupo social do qual faz parte.

Sabendo-se, pois, da importância do papel do ensino de História na contribuição da formação identitária dos alunos, é preciso esclarecer sobre qual conceito de identidade o presente trabalho de conclusão de mestrado vai seguir, visto que os conceitos são polissêmicos, ou seja, eles atravessam processos de desconstrução e reelaboração de acordo com as novas correntes de pensamento. Escolheu-se então trabalhar com a noção de identidade “[...] como o processo pelo qual uma pessoa se reconhece e constrói laços de afinidade, tendo por base um atributo ou conjunto de atributos que o distingue dos outros, seja pelo local de nascimento, religião, origem familiar ou profissão.” (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 86).

Reportar ao passado escravista do município feito a partir do uso de documentos eclesiais em sala de aula, que, vale aqui dizer, é uma entre outras tantas fontes possíveis, favorece esse processo de identidade individual e coletiva bem como o resgate de memórias coletivas que possam estar subterradas. Ferreira e Franco (2009, p. 86) salientam que é preciso considerar a relação entre identidade e memória, pois esta “[...] é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, na medida em que responde também pelos sentimentos de continuidade e de coerência.” Assim, ao se constatar que o histórico sobre a escravidão em Macaúbas encontra-se em camadas profundas do subsolo da memória coletiva, pode-se levantar a discussão sobre com qual finalidade esse acontecimento foi

jogado para o salão do esquecimento. Afinal,

A memória, por sua vez, não deve ser vista apenas como um repositório de dados sobre o passado. Ao contrário, ela é uma força ativa, dinâmica, seletiva, que define o que se deve esquecer e o que se deve lembrar do passado, e é também um instrumento e um objeto de poder. A memória não é neutra, e é recuperada sempre em função das demandas do presente. Assim, falar de memória significa ter em mente uma relação que envolve o passado, o presente e o futuro. (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 87).

Se nos tempos de outrora, nos idos da República, a “Águia de Haia”— Ruy Barbosa — considerou importante apagar os resquícios de nódoas terríveis de nossa história — a escravidão —, o uso da temática escravagista em sala de aula com a proposta de analisar documentações locais justifica-se diante do que urge a realidade atual, seja no combate de atitudes racistas por meio do conhecimento, seja na valorização histórica e social de sujeitos antes relegados ou estereotipados na historiografia tradicional. Daí a importância de ressaltar que a proposta aqui defendida não está alinhada à historiografia nacionalista tradicional de exaltação de nomes de personalidades dos grupos dominantes locais, mas à que propõe fazer a “abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

Cabe registrar, para fundamentar a relação entre memória e história local, a citação de Maria Cândida Proença para quem,

Se o conhecimento histórico é indispensável na construção de identidade, sob o ponto de vista pedagógico-didático é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução, o estudo da memória coletiva de diferentes grupos de pertença, a pesquisa das memórias locais nos diferentes âmbitos de durações, a reabilitação da memória do trabalho, numa sociedade ocidental que sempre ignorou ou desprezou o trabalho manual, e a memória do tempo curto do acontecimento, que caracteriza o estudo da história do século XX. (PROENÇA *apud* BITTENCOURT, 2009, p. 169).

Desse modo, a produção de um guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas a partir das fontes escritas eclesiásticas encontradas na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas para ser utilizado nas aulas de História da educação básica do referido município poderá suscitar o levantamento de pesquisas de memórias feitas pelos estudantes sob a orientação e direção do professor, material esse que fortalecerá a relevância do estudo da história local.

### **2.1.2. Reflexões teórico-metodológicas sobre a história local**

Quando a disciplina de História, a partir da década de 1980, retomou o seu lugar ocupado outrora pelos Estudos Sociais, houve uma ampliação do debate entre os pesquisadores do Ensino de História sobre o espaço que as disciplinas pedagógicas ocupavam na grade curricular dos cursos de graduação de licenciatura em História. Essa discussão, que permanece na atualidade, envolve a relação existente entre a produção de conhecimentos por parte do historiador e a atividade realizada pelos professores historiadores cotidianamente com seus alunos, na qual se espera que o professor licenciado possua um respaldo teórico e um método de ensino para o trato com os conteúdos escolares, algo que parece óbvio. Entretanto, a realidade aparenta ser bem mais complexa.

Ao se pensar em desenvolver um produto para a aplicação nas aulas de História da educação básica brasileira e optar por se trabalhar com a história local como um processo teórico-metodológico, a pesquisa para o desenvolvimento do referido guia didático motivou novas visões e pensares acerca dessa temática, diante do que se vinha sendo aplicado na prática pedagógica, necessários para o melhor resultado do processo de ensino-aprendizagem, como a necessidade do embasamento teórico-metodológico.

Tal reflexão envolve o fato de que a história local não pode ser apresentada apenas numa narrativa de curiosidades, hábitos e costumes sobre o lugar e seus moradores, nem apenas como um apelo motivacional para abertura do conteúdo a ser trabalhado. Ela pode, juntamente com os conteúdos substantivos inseridos no currículo, no material de estudo e na pesquisa, “produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 113).

A época globalizada em que os estudantes estão sendo formados, bombardeados constantemente pelas tecnologias e pela revolução da informação, num amálgama cultural massificado, está promovendo uma mudança muito rápida nas culturas sociais. As particularidades e diferenças que marcam as identidades locais estão sendo aluídas e no lugar está sendo firmada uma cultura homogeneizada, marcada pela cultura de consumo ocidental. Contudo, mesmo reconhecendo que “as identidades são construídas e estão longe de serem fixas e imutáveis” (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 87), afirma-se aqui que o ensino e a valorização da história local no ambiente da sala de aula contribuem para que esses efeitos culturais da globalização sobre as identidades locais possam ser refreados.

Outro ponto importante que resulta das reflexões promovidas pela proposta da

pesquisa é a necessidade de construção do embasamento teórico sobre o ensino de história local. Assim, com leituras dentro do campo da historiografia, compreende-se que a aproximação da ciência histórica com a Antropologia e a Sociologia é muito significativa e estimula novas visões e conteúdo de fatos históricos, a exemplo das manifestações culturais locais. Segundo Bittencourt (2009, p. 149), a partir dessa aproximação, “sedimentou-se uma história cultural que atualmente procura vincular a micro-história com a macro-história”. Por isso, como num desencadear de peças articuladas, cada estudo suscita novos saberes e deve promover reflexões sobre o conceito de micro-história, de história regional e de história local dentro do universo historiográfico.

Ao se propor, neste trabalho acadêmico, o estudo da história local com o uso de fontes eclesiásticas sobre a escravidão em Macaúbas, tornou-se imprescindível dialogar com a teoria historiográfica da micro-história, principalmente quanto à escala de análise, pois a sua redução na observação do objeto de estudo favorece a compreensão de fenômenos que poderiam passar despercebidos com uma análise mais ampliada. Assim, a produção de material didático com as fontes eclesiásticas de Macaúbas sobre a escravidão local no século XIX vai ser significativa, pois “[...] recobra a dinâmica de vida de pessoas desconhecidas, restituindo-lhe uma vivacidade que a historiografia tendia a ver como homogênea e estática.” (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 54).

É relevante também neste estudo sobre os conceitos teóricos da micro-história que embasam o uso da história local em uma abordagem teórico-metodológica na sala de aula da educação básica, o fato de que os elementos de estudo constitutivos dessa abordagem temporal e espacial, num recorte menor, não podem ser pensados e analisados desconectados de uma conjuntura histórica mais ampla, geral. Assim, a escala de análise micro pode se relacionar com a macro, de modo que o estudante possa perceber a inserção da sua localidade dentro um contexto histórico geral.

[...] a análise das relações microssociais não leva ao entendimento de toda as lógicas de uma determinada sociedade. [...], para que se tenha uma visão mais complexa é preciso variar a escala de análise, obedecendo a critérios específicos conforme a escala, uma vez que os fenômenos sociais, mesmo que interdependentes, apresentam significados específicos conforme o ângulo de análise. Assim ao analisarmos o cotidiano de uma pequena vila, é possível perceber significados que são próprios e exclusivos do dia a dia das pessoas, dizem respeito à uma conjuntura social que pode ou não ter relação com processos mais gerais, de ordem macrossocial, como a economia, ou sistema político do país. (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 55).

Desse modo, acredita-se que essa integração da história local, pensada aqui como

ferramenta metodológica no ensino, com aspectos teóricos da micro-história, neste trabalho de caráter pedagógico, será muito enriquecedor, visto que a proposta é reconstituir o universo de personagens anônimos e incluir nas narrativas históricas aspectos de vida de pessoas comuns.

Em continuidade com os estudos para fundamentação do uso dessa proposta de ensino, um outro aspecto analisado e considerado relevante é o papel de professor-pesquisador que deve ser assumido pelo docente da educação básica, pois é preciso

“[...] munir-se de conhecimentos preliminares sobre a história local e a abordagem que adota de modo a aprofundá-los com a turma, participando com ela da produção desse tipo de conhecimento e da forma de construí-lo.” (SANTOS, 2002, p. 112).

A importância desse posicionamento do professor como um pesquisador não se refere apenas ao plano do ensino, já é consenso entre os intelectuais do ensino, inclusive, não apenas no Brasil, de que “todo professor deve ser, ao mesmo tempo, um pesquisador” (OLIVEIRA, 2001, p. 57). Tal dicotomia, ainda persistente, já vem sendo desconstruída e combatida há décadas. Portanto, não se pode persistir na ideia e na visão de que

“[...] aos professores universitários cabe desenvolver pesquisas e fazer avançar o conhecimento na área, aos professores da educação básica cabe então divulgar os conhecimentos históricos (não necessariamente atualizados) que outros desenvolveram [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 51)

Paulo Freire é, certamente, o crítico mais contumaz dessa concepção tradicional de educação. Seus discursos, desde o final da década de 1960, já traziam à tona a necessidade e importância de uma educação dialógica entre educador e educando que objetivasse a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Ciente da importância da obra de Freire na educação, o trabalho que se propõe produzir nesta pesquisa diverge da concepção de ‘educação bancária’. Para tanto, alguns pontos e elementos presentes em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987, p. 34), como característicos da ‘educação bancária’, serão combatidos na prática docente, quais sejam:

a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos os que a escutam docilmente; [...] f) o educador é o que disciplina; os educandos os disciplinados; [...] j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

Nota-se claramente que, ao defender uma educação na qual o aluno haja como

protagonista do seu processo de aprendizagem, Freire estava a defender também que o professor assumisse o papel de pesquisador, pois assim ele próprio estaria deixando de ser um propagador da ‘educação bancária’. Não há como se propagar o prazer pela leitura entre os seus alunos se o professor não é um leitor, assim como “o professor que não seja ele próprio um pesquisador não pode iniciar seus alunos na pesquisa” (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Quais as necessidades que urgem o papel do professor como pesquisador na aplicação da história local como método de ensino? Santos (2002) alerta que o trabalho do professor será muito mais complexo, mostrando que cabe a ele muito mais do que selecionar o tema, mas planejar o estudo levando em consideração as características das turmas envolvidas, a relevância da temática e a sua estruturação teórico-metodológica. É preciso ter em mente que essa prática de ensino, aparentemente simples, vai suscitar

[...] questões de investigação histórica, os campos de conhecimentos em história e suas relações com o ensino escolar. Isso porque, no ato pedagógico de localizar, selecionar fontes, por exemplo, cruzam-se vários saberes referentes, quer ao trabalho com o arquivo, quer às técnicas de leitura, à análise e interpretação dessas fontes; ação que suscita debate e investigação, que exige “selecionar” com base em critérios teóricos e metodológicos válidos para esse campo de conhecimentos. (TOLEDO, 2010, p. 748).

Comprova-se assim o apresentado no início desta seção sobre a importância do conhecimento teórico-metodológico por parte do professor da educação básica para que a sua prática esteja embasada no domínio do conhecimento educacional.

## **2.2 . O uso de documentos históricos em sala de aula.**

O âmago desse trabalho acadêmico de conclusão de Mestrado em Ensino de História- ProfHistória- está em buscar enriquecimento metodológico que possa proporcionar uma efetividade melhor e maior às aulas de História na Educação Básica. Muitas possibilidades estão abertas ao ensino de História na atualidade com o advento da tecnologia virtual acessível, entretanto essa realidade ainda não atinge a grande camada dos estudantes da rede pública que conta com poucos recursos financeiros e estruturais para viabilizar um estudo que utilize práticas pedagógicas e metodológicas tendo essa tecnologia como um suporte. Assim, buscou-se trabalhar com recursos que sejam mais exequíveis diante da realidade local, entretanto cabe aqui ressaltar que não se está coibindo o uso das práticas acima mencionadas, mas o trabalho direcionou por uma escolha metodológica mais

efetiva diante da realidade disponível.

A emergência de se pensar e executar planos políticos-pedagógicos que possam atender a nova categoria de estudantes desse século vem sendo discutida por intelectuais da educação brasileira inseridos nos últimos governos da Nova República, tarefa nada fácil e que põe em evidência as divergências ideológicas que compõem o cenário político do país. Nesse embate cabe aos professores da Educação Básica, localizados na ponta final e principal desse processo o papel de intermediador entre as propostas de mudanças sinalizadas pelos órgãos competentes e os estudantes. Estar assim ciente das discussões político-pedagógicas é relevante no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos, e um dos aspectos mais cobrados nesse novo contexto educacional é fomentar o protagonismo do estudante na sua aprendizagem, torná-lo um sujeito imbuído na sua formação educacional, o que difere totalmente da ideia há muito concretizada do aluno como mero receptor passivo do conhecimento.

Conciliar assim um ensino de história mais dinâmico e capaz de promover esse protagonismo estudantil é função do professor, para tanto se faz necessário que esse profissional seja amparado por um processo de formação continuada possibilitado pelo seu próprio querer, pelo poder público e pelas condições de trabalho (remuneração e carga horária exequíveis) e por um ambiente escolar estruturado com condições físicas, materiais e de profissionais. Mesmo essa não sendo (ainda) a realidade atual de grande parte dos docentes brasileiros não é fator de impedimento na execução de práticas de docência de qualidade em várias realidades escolares do nosso território. Em vários exemplos dessas práticas, disponibilizadas pelos diversos veículos de comunicação especializados nesse serviço, podemos observar que os professores buscam adequar suas metodologias às realidades que possuem, trabalhando com o que tem a sua disposição e resultando em produções de qualidade.

É nesse pensamento que esse trabalho selecionou a prática metodológica para o Ensino de História do uso de fontes históricas em sala de aula como um dos vários recursos possíveis dos professores utilizarem em sua prática de ensino que objetiva o desenvolvimento cognitivo do aluno. A utilização de documentos em sala de aula vem sendo defendido por pensadores do Ensino de História há várias décadas no Brasil e muitas são as produções acadêmicas que embasam essa prática e fornecem aos professores os subsídios teóricos necessários para fundamentar, instigar e avaliar o seu desempenho em sala de aula.

Desse modo essa dissertação buscou o embasamento teórico necessário para

comprovar que o uso de documentos históricos no ensino de História é um caminho eficiente na promoção de uma aula interessante, capaz de despertar no aluno a motivação e a curiosidade pela construção do conhecimento histórico e apresentá-lo a uma nova visão da disciplina, deslocando-a da ideia de memorização de fatos e acontecimentos desprovidos de sentido para a concepção de uma ciência importante no desenvolvimento de uma consciência crítica e analítica da realidade a qual ele vive. Essa consciência crítica e capacidade analítica da realidade é um capacitor importante na elaboração do sujeito/cidadão, assim o papel da história na vida prática do aluno adquire uma grande relevância.

Talvez essa seja uma das contribuições mais importantes do pensar historicamente para a construção da cidadania: a capacidade de entender e posicionar-se diante de visões de mundo, de explicações gerais ou fragmentadas sobre a sociedade, que utilizam conhecimentos sobre o tempo. (CERRI, 2011, p.65)

A proposta a ser trabalhada nessa dissertação visa o estudo da escravidão no Brasil partindo da história local, para tanto buscou identificar, catalogar e selecionar alguns documentos oficiais existentes na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas - referentes ao registro de batismo, casamento e óbito da população livre e escrava no referido município baiano no meado do século XIX – com o objetivo de elaborar um Guia de fontes históricas destinado aos professores macaubenses da Educação Básica que possa servir como subsídios para se trabalhar a escravidão no Brasil a partir da história local e com o uso de fontes em sala de aula.

Observa-se que o tema escravidão é um dos conteúdos mais citados pelos estudantes quando questionados sobre temas relacionadas à história do Brasil, “apesar da implementação da História da África e da cultura Afro-Brasileira no currículo, o ensino sobre a escravidão no Brasil ainda é o tópico mais marcante para os alunos da educação básica quando o assunto é população negra” (PACINI, 2015, p. 6). Aqui não se condena o estudo da escravidão, mas vale salientar que a nova historiografia brasileira sobre essa temática avançou bastante desde as décadas de 1970 e 1980 trazendo novos parâmetros para o papel social do negro escravizado na história sendo necessário novos pensares e olhares ao se trabalhar esse conteúdo com estudantes da educação básica, assim essa pesquisa prisma por um olhar diferenciado sobre a escravidão para que possa fugir do ideário singular em que “as crianças mantêm uma concepção do bem *versus* mal, ou seja, escravos vítimas dos senhores cruéis” (CÔRTEZ, 2014, p.5).



### **2.2.1 Compreendendo a historicidade do conceito de documento histórico.**

A presença de documentos históricos em sala de aula não é uma novidade para os professores do ensino fundamental e médio no Brasil, uma simples análise, ou mesmo a lembrança dos tempos de escola, nos faz constatar a presença de imagens, textos e mapas históricos nos livros didáticos. Entretanto, é preciso perceber e acompanhar a dinâmica do conceito de “documento” e sua utilização como recurso pedagógico para o ensino de história na educação básica. É preciso compreender as diversas correntes historiográficas que disputam o espaço no campo da história e que, cada uma, a seu modo, apresenta a sua concepção do que seja o documento, seus métodos de utilização, objetivos e interesses em sala de aula.

Muito dominante no Brasil por todo o século XIX, a Escola Positivista estabeleceu o documento como uma descrição autêntica, única e irrefutável da verdade sobre o passado, e o papel do historiador era o de organizar, compilar e narrar os acontecimentos tal qual eles ocorreram. A concepção de documento para os positivistas que pudesse ser considerada uma fonte histórica restringia-se apenas aos escritos oficiais, desse modo os livros didáticos apresentavam os documentos comprobatórios da narrativa histórica dirigida pelo professor, uma história voltada para os aspectos políticos, econômicos e da personalização de grandes figuras sociais. Segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 113):

Nessa perspectiva, o documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno. Este era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado.

A consequência dessa corrente teórica na prática da sala de aula da Educação Básica foi um ensino de história voltado para a memorização de datas, nomes e acontecimentos da vida dos reis, dos vencedores, dos conquistadores, um olhar voltado para o acontecimento em detrimento do processo e contexto no qual ele está inserido (NETO, 2001, p. 145,146). Aqui não se pretende discorrer sobre a historiografia do ensino de História, mas salientar que essa concepção positivista de ensino e aprendizagem da disciplina não atende ao público estudantil do século XXI, conectado a um presente muito imediato e efêmero e que sente dificuldade em perceber sentido ao estudo (memorização) de fatos passados, nomes e datas.

Novos tempos, novas necessidades, novas visões. Esse dinamismo da vida humana também atinge a produção de conhecimento, e no campo da ciência histórica vimos emergir

no século XX, na França, a revista ‘Annales d’Histoire Économique e Socieale’. Uma renovação na produção historiográfica que abalou o conceito de fonte defendido até então, na qual os historiadores adeptos à essa corrente teórica ampliaram a noção de fonte passando a considerar tudo aquilo que pudesse revelar importantes informações acerca da atividade humana. Ao afirmar que “A história se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar”, Lucien Febvre (1974, p. 21, *apud* SCHMIDT, CAINELLI, 2009, p. 112) alicerça essa renovação do pensamento histórico no que diz respeito à ampliação do conceito de fonte histórica.

Além da dilatação do que pode ser considerada uma fonte histórica, a Escola dos Annales também desestruturou a concepção de que a fonte era a detentora da verdade absoluta sobre o passado; há aí uma transposição de uma história-narração para a história-problema na qual cabe ao historiador o papel de interrogar, com ‘as perguntas adequadas’, as fontes analisadas e atentar-se que estas estão carregadas de historicidade. É pertinente a fala de André Neto quando ele diz que os ‘historiadores queriam que o material escrito deixasse de ser encarado como algo inofensivo e passasse a ser visto como uma montagem, consciente ou não, do homem em seu lugar social e geográfico. Neste sentido constroem a noção de ‘documento’. (NETO, 2001, p. 146)

Há uma diferenciação nessa corrente entre fonte e documento, uma linha tênue que deve ser percebida pelos professores historiadores, pois favorece um trabalho didático eficiente com esses materiais em sala de aula. Aqui se destaca a concepção formulada por Lee Goof (1996) de que o documento pode ser visto como um monumento, essa percepção abriu um leque de informações a serem consideradas sobre esses materiais, como ‘as condições que este ‘documento’ foi produzido (NETO, 2001, p.146), de que o ‘documento’ não pode ser visto de forma isolada, mas em função à uma série que o precede e sucede (REIS, 1994, *apud* NETO, 2001, p.147) e ainda relevante é o questionamento sobre a sobrevivência de determinado ‘documento’ em contraposição a outros que ‘não tiveram a mesma sorte’ (NETO, 2001).

Schmidt e Cainelli (2009), citando Ginzburg, destacam e enfatizam as afirmações acima:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as gestas dos reis. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais interessam-se pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Quem construiu Tebas de sete portas? \_ perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a

pergunta conserva todo o seu peso. (GINZBURG, 1987, p. 15. *apud* SCHMIDT, CAINELLI, 2009, 116)

Outro ponto que a Escola dos Annales vai possibilitar é a multiplicação dos objetos de investigação da História ao aproximar-se dos estudos de outras ciências como a Antropologia, Sociologia e Geografia, assim passou a ter um leque bem diverso de conteúdo a ser explorados e que possibilitaram dentro da área do ensino histórico uma aproximação maior entre o ensinado e a realidade do aluno, pois:

Essa tendência renovou a história das mentalidades e, sobretudo, a “velha história das ideias”, inserindo-as em uma perspectiva sociocultural preocupada não apenas com o pensamento das elites, mas também com as ideias e confrontos de ideias de todos os grupos sociais. (BITTENCOURT, 2009, p. 149)

A gama de possibilidades que se abre para o estudo da escravidão com essas novas vertentes historiográficas é enriquecedor para se ampliar a visão sobre o papel do negro escravizado na história do Brasil, permitindo assim “novos meios de investigação, novos sujeitos históricos [que] trazem à tona eventos, particularidades e personagens antes desvalorizados (CÔRTEZ, 2014, p.1). É nesse engajamento, isto é, com o intento de dar voz aos amordaçados historicamente, que o produto educacional, ao qual essa pesquisa visa promover, ou seja, um Guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas/BA está imbuído em seus objetivos e propósitos.

Numa análise cronológica da historiografia vemos que esses pressupostos teóricos da História advêm do amanhecer do século XX e encontra neste um campo fértil de discussões e produções acerca de novos paradigmas em contraponto aos parâmetros erigidos e solidificados na modernidade. De que modo essa transformação de paradigma é observada no âmbito do ensino de História? Enquanto numa aula sob a égide do paradigma dominante a História é percebida pela visão de totalidade, imparcialidade, de que o passado está à espera de ser todo revelado pela análise das fontes e que o conhecimento histórico produzido revela a verdade absoluta e incontestável, no paradigma emergente ela assume um caráter de parcialidade e de aversão à totalidade ficando claro que o estudo da História é permeado de subjetividades e da seleção dos elementos do historiador. Entretanto, se faz necessário compreender que o pesquisador/professor não é ‘criador’ de fatos e nem que os produtos do seu trabalho são inventados, por isso o estudo teórico da História se faz tão relevante para que estejamos sempre em contato com as novas perspectivas teórico-metodológicas discutidas nesse campo.

Adepto ao paradigma emergente, Keith Jenkins traz uma reflexão teórica que dialoga com esse conceito de documento/monumento formulado por Lee Goof (1996). Quando em sua obra 'A História repensada' o historiador norte-americano parte da consideração de que o 'passado e história são coisas diferentes' deixando bem claro aos interlocutores que "o passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra" (JENKINS, 2001, p. 25) ele possibilita ao professor historiador da educação básica subsídios para responder as muitas perguntas e problemáticas levantadas pelos jovens estudantes em sala de aula acerca dos estudos históricos, tais sejam sobre a existência de versões diferentes a um mesmo acontecimento, a mudança do discurso da narrativa ao longo do tempo, a possibilidade do relato ser a verdade absoluta ou por que nem todo passado é história.

Todo esse conhecimento historiográfico torna-se vital no campo do ensino da educação básica sobre a escravidão no Brasil, pois é preciso compreender as múltiplas interpretações e campos de interesses a partir das correntes que o estudam, analisam e produzem suas narrativas para a sua aplicabilidade em sala de aula. É preciso atentar desde a historiografia marxista que enfatizou o aspecto econômico, violento e conflituoso da escravidão até a visão freyriana de uma relação marcada pela benevolência, aproximação e trocas culturais entre os moradores da casa grande e a senzala. O antagonismo ideológico é comprovado nas citações abaixo

(...) trabalho e castigo são termos indiscociáveis no sistema escravista. O escravo é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reação exterioriza sua revolta mais embrionária e indefinida na resistência passiva ao trabalho para o senhor.[...]. Daí se tornarem indispensáveis a ameaça permanente do castigo e sua execução exemplar, conforme o arbítrio do senhor. GORENDER, 2010, p. 99

A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. FREYRE, 2004, p. 414.

Desse modo, utilizar documentos históricos sobre a escravidão em Macaúbas nas aulas da educação básica é muito mais do que uma simples metodologia de envolvimento dos discentes nas atividades de aprendizagem, torna-se uma prática que requer de nós, professores historiadores, um planejamento metódico que esteja atento as diretrizes estabelecidas pelo MEC a respeito das resistências escravas, que promova a discussão sobre a historicidade das mentalidades e atitudes do passado e desmitificar a concepção de um passado fixo e de uma História imutável. É preciso, pois, estar atento ao uso das fontes

históricas utilizadas como materiais didáticos de modo que elas possam ser exploradas de modo eficiente e o ensino da escravidão possa de fato provocar as mudanças eficazes desejadas nas relações étnico-raciais em nosso país.

### **2.2.2 Considerações sobre o uso de ‘documentos’ históricos como materiais didáticos.**

Adotando o desenvolvimento da consciência histórica como um dos principais objetivos do ensino de história, cabe aqui reforçar que essa dissertação se norteia em conceitos ancorados no pensamento de Jorn Rüsen, segundo o qual a consciência histórica pode ser definida como:

A suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (RUSEN, 2001, p. 57)

Na perspectiva de um ensino de história que possibilite ao aluno visualizar o conhecimento histórico como relevante para a sua vida prática, cabe ao professor historiador adotar procedimentos pedagógicos que fujam daquele ensino de uma história factual que apregoa o acúmulo de fatos, acontecimentos, nomes e datas, cujo efeito é contrário ao desejado, pois estimula o desinteresse do educando. O uso de documentos históricos em sala de aula é aqui entendido como uma proposta metodológica eficaz ao ‘gerar situações-problema capazes de chamar a atenção e suscitar dúvidas, cuja solução buscada a partir de hipóteses levantadas pelo professor mobilizará a curiosidade e a participação do aluno’. (CERRI, 2004, p. 68)

O documento histórico pode ser inserido como material didático nas salas de aula sob diferentes perspectivas. Essa característica impõe a necessidade, por parte do professor, de uma constante atualização, acompanhado a produção acadêmica na área de ensino de história que se mostra mais pertinente na busca pela eficácia do uso do documento como material didático.

Para Circe Bittencourt (2009, p.329) é preciso considerar que os documentos para os historiadores e professores têm diferentes usos. Assim, os professores devem se atentar para o fato de que os estudantes da educação básica ‘não dominam o contexto histórico em que o documento foi produzido’, e que é preciso um cuidado na ‘escolha dos tipos

adequados ao nível e às condições de escolarização dos alunos'. A reflexão acerca do pensamento de Bittencourt leva o professor a observar e identificar a quais usos os documentos inseridos por ele em sala de aula estão sendo direcionados.

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado. (BITTENCOURT, 2009, p. 330)

Vale aqui destacar a necessidade de se refletir sobre a fala de Bittencourt, pois cabe ao professor diante dos seus alunos estar ciente do que objetiva com o uso de documentos como recurso didático. O momento da aula em que se inserem documentos para serem trabalhados com os alunos fica comprovadamente mais dinâmico e quebra a ideia de uma aula enfadonha e monóloga, mas há de se levar em conta que esta não é a função primordial dessa metodologia. As diferentes maneiras de exploração do uso dos documentos devem ser de conhecimento do professor para que ele identifique qual a melhor preposição a ser utilizada a partir do que ele espera ser desenvolvido pelos alunos. É bem mais comum o uso do documento como uma ilustração da narrativa histórica transmitida pelo professor e pelo texto do livro didático, muitas vezes esse material já está incorporado ao corpo do texto.

Essa realidade pode ser entendida diante da realidade de muitos docentes da educação básica brasileira que atuam com cargas horárias largas, o que dificulta o papel do professor-pesquisador ao desprovê-lo do tempo necessário para produzir materiais didáticos que enriqueçam a metodologia aplicada. A proposta desse trabalho de pesquisa é elaborar um Guia de fontes históricas com documentos eclesiásticos que contemple aspectos da escravidão no município de Macaúbas- Bahia, para que possa servir como um produto educacional aos professores do referido município no trabalho dessa temática da história nacional partindo da história local.

Como são documentos oriundos do século XIX vale ressaltar os critérios, apontados por Bittencourt, que devem ser levados em conta na seleção de documentos para uso em sala de aula. Assim, o professor deve estar atento ao nível de escolarização e aprendizagem dos estudantes aos quais os documentos serão apresentados evitando-se que estes ofereçam barreiras na compreensão das informações por parte dos alunos, como também na execução da sua aplicabilidade devido à sua extensão. Bittencourt salienta que os documentos devem ser agentes motivadores, não podendo ser a dificuldade da sua leitura e interpretação

maiores do que o interesse e a curiosidade que possa despertar.

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. (BITTENCOURT, p. 331)

Embora, no geral, o corpo docente já identifique o uso de documentos históricos em sala de aula como uma prática pedagógica possível, essa metodologia mostra-se um campo que requer dos professores um vasto conhecimento teórico acerca das produções acadêmicas da área do Ensino de História, pois o que ao primeiro momento possa parecer uma didática simples, à medida que se aprofunda os estudos nota-se que ela reivindica vários saberes. Além dos saberes já comentados acima, os estudos da obra de Bittencourt (2009, p. 331-332) mostram que é necessário ‘o professor saber como o documento é utilizado na investigação do historiador, para, em seguida, poder apropriar-se do procedimento de análises, tendo em vista outras situações de estudos históricos’. Em diálogo com o historiador Adalberto Marson, Bittencourt salienta a importância de que o documento seja analisado como sujeito de uma ação, mas também como objeto.

Ao se pensar em transformar documentos eclesiais encontrados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas em materiais didáticos para o estudo da escravidão, tanto local como no contexto nacional, foi considerado como relevante a necessidade de os estudantes conhecerem a história da sua localidade, tanto para a contribuição de um sentimento de identidade, bem como para a valorização e preservação de tais vestígios do passado. O trabalhar com documentos locais sobre a escravidão no referido município pode desencadear relatos de memórias e de espaços sobre o tema, que sejam fornecidos e indicados pelos estudantes a partir da troca com seus familiares e comunidade. Em consonância a esse pensamento Bittencourt diz que

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade. (BITTENCOURT, p. 333)

Em “*Ensinar História*” Maria Auxiliadora Schmidt e Marilene Cainelli, nos apresenta uma série de alternativas a serem consideradas quanto ao reforço teórico, já dito anteriormente como necessário, às práticas pedagógicas do professor de História que queira

utilizar documentos históricos em sala de aula. Uma primeira reflexão a ser considerada é que essa metodologia pode possibilitar ‘a desconstrução de determinadas imagens canonizadas a respeito do passado’ (SCHMIDT; CAINELLI. 2009, p. 114). Trazendo esse pensar para o campo do ensino sobre a escravidão no Brasil, o uso dos documentos eclesiásticos a serem catalogados e transformados em materiais didáticos no Guia de Fontes históricas, elaborado como produto final desse trabalho acadêmico, tem o valor de desmistificar a visão consolidada socialmente dos escravizados como sujeitos passivos dentro de um sistema binário de trabalho-castigo ao demonstrar, por exemplo, a formação de núcleos familiares consagrados pelo sacramento católico do casamento.

Boa parte dos escravos constituía família, sendo esse importante para suas vidas. [...] que aos senhores interessa que eles se unissem em família para melhor se adequar à vida no cativeiro. FARIA, 1996, p. 16

Em conformidade com outros autores estudados, as autoras citadas concordam que o uso de documentos históricos em sala de aula são agentes motivadores do interesse dos alunos pelo conhecimento histórico; entretanto elas chamam a atenção para alguns aspectos que devem ser levados em consideração, e que na análise dos documentos a serem catalogados nesse trabalho se torna contundente. Schmidt e Cainelli destacam o cuidado de se observar a nova relação estabelecida entre o historiador e o documento histórico no contexto do século XX, na qual este deixa de ser visto como ‘matéria inerte’ capaz de reconstruir fidedignamente o passado humano e entendido ‘como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com determinadas relações de poder’ (SCHMIDT; CAINELLI. p. 115-116).

O papel do professor defendido na obra *Ensinar História* pressupõe que este deva estabelecer uma interação com os alunos na análise dos documentos em sala; desse modo evita-se o caráter tradicional do professor narrador e do uso do documento apenas como ilustração, bem como esquivava-se de relegar a competência de análises exclusivamente ao aluno, pois este não tem as habilidades necessárias e o que se objetiva não é transformá-lo em historiador.

Muito pertinente essa observação das autoras ao chamar a atenção dos professores, de maneira sutil, que o trabalho com documentos históricos em salas de aulas de História não deve ser utilizado como um artifício para poupar o professor da sua tarefa no processo de ensino-aprendizagem. Essa ideia defendida por elas está de acordo com o já dito anteriormente sobre a importância do papel de professor pesquisador e se afasta da



concepção de educação bancária criticada por Paulo Freire.

O estudo aqui em análise traz sua contribuição vultuosa para os profissionais da educação básica no que tange a procedimentos cabíveis no uso de documentos históricos em sala de aula<sup>12</sup>. São passos a serem levados em consideração ao propor o uso dos documentos eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas como material didático nas aulas sobre escravidão no Brasil:

<b>Quadro-síntese da identificação do documento</b>	
<b>Determinar a origem do documento</b>	Identificar e registrar as referências de onde e quando o documento foi encontrado, a data de sua produção e a forma de reprodução e divulgação (fotografia, internet etc.)
<b>Natureza do documento</b>	Classificação como documento oficial, documento que exprime ponto de vista ou gosto, documento que procura descrever a realidade, documento religioso, entre outras classificações.
<b>Autor do documento</b>	Classificação da autoria do documento: autor conhecido ou não, individual ou coletivo.
<b>Datação do documento</b>	Enumeração de datas provenientes do próprio documento, de data da difusão do documento e da data de nosso conhecimento do documento.
<b>Pontos importantes do documento</b>	Enumeração de elementos que identifiquem a forma e o conteúdo do documento, como principais ideias, palavras-chave, fórmulas e expressões.

Já nos quadros abaixo, Schmidt e Cainelli (2009) sugerem questionamentos a serem lançados aos estudantes mediante o contato com o documento. Observa-se, porém, que apesar de ser um passo importante à explicação do documento as perguntas podem ser remodeladas ou descartadas de acordo a característica do documento analisado e interesse do mediador, entretanto esse material é entendido aqui como um facilitador para a prática do professor.

---

<sup>12</sup> A natureza, as propostas de apresentação, a explicação e o comentário de documentos históricos em sala de aula têm como referência o trabalho de SALINERO; FRANÇOIS; THILLAY, 1996. p. 56- 62. [Tradução das autoras]. (SCHMIDT; CAINE

LLI; 2009, p. 125

<b>Quadro-síntese da explicação do documento</b>	
1.	O documento procura expor a verdade? O documento pretende atingir um grupo de pessoas em particular? Com quais objetivos foi produzido o documento? Como o documento apresenta a realidade? Por quê?
2.	O que é realçado no documento? Quais as relações dos dados com o lugar de onde o documento está falando? Quais intenções essa(s) relação(ões) revela(m)?
3.	Há correspondência entre as datas de produção e de difusão do documento? Quais eventos importantes ocorreram quando o documento foi produzido ou publicado?
4.	Quais palavras explicam melhor o documento? Quais conhecimentos permitem compreender melhor o sentido do documento?

<b>Quadro-síntese do comentário do documento</b>	
<b>1. Introdução</b>	Retirar os elementos-chave da apresentação. Tentar colocar uma ou mais questões gerais. Apresentar a maneira como o documento vai ser estudado.
<b>2. Desenvolvimento</b>	Construir explicações sobre diferentes questões, como datas e ideias; responder às questões propostas.
<b>3. Conclusão</b>	Estabelecer o grau de interesse pelo documento, discutir as ideias nele contidas e abrir questões ou temas com elas relacionadas.

Os passos descritos acima como essenciais para um bom rendimento didático da aplicabilidade de documentos históricos como objetos de análises nas aulas apontam para a extrema necessidade de preparação do professor, revelando que não se trata de uma metodologia simples e que dispensa planejamento. Sendo assim os documentos a serem contemplados no Guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas-Bahia podem ser explorados pelos professores sob várias vertentes <sup>13</sup>, assim como nos ensina Schmidt e Cainelli(2009), fazendo com que seja possível,

- Ilustrar o tema trabalhado em sala;
- Induzir o aluno ao conhecimento histórico;
- Ser estudado como fonte de informação histórica;

<sup>13</sup> As orientações sobre os modelos de uso do documento histórico em sala de aula podem ser encontradas em BASUYAU; DIARD; GERIN-GRATALOUP, 1992, p. 91-100.

- Ser empregado como fonte para construção de uma problemática ou hipótese histórica;
- Ser estudado como fonte de respostas para hipóteses ou problemas.

Diante desse leque de possibilidades pode-se afirmar que o produto elaborado poderá ser utilizado por professores de História do município de Macaúbas-Bahia tanto do Ensino Fundamental I e II até o Ensino Médio, para tanto cabe-lhe discernir o objetivo a ser alcançado e as condições de aprendizagem do alunado.

Carlo Guimarães Monti (2019) faz uma consideração importante sobre como o trabalho com documentos históricos em sala de aula pode fazer com que os estudantes compreendam os processos históricos não como algo isolado das relações e interesses sociopolíticos e econômicos, mas perceber esses fatores intrínsecos a tais processos. Desse modo a análise dos alunos sobre dados e documentos referentes à escravidão em sua comunidade, além de contribuir para o conhecimento histórico da sua localidade possibilita o desenvolvimento de um senso crítico em que eles sejam capazes de relacionar fatores do passado com aspectos do presente, ‘não na perspectiva de que a história possui a capacidade de prever o futuro, mas na perspectiva de que os alunos passam ter contato criticamente com os processos que influenciam na dinâmica de suas vidas’ (MONTI, 2019, p. 5).

### **2.3. Significando o estudo de História através da Educação Histórica.**

A falta de identificação cultural e social em uma determinada comunidade bem como a ignorância quanto ao papel social do seu grupo étnico como sujeito ativo na construção histórica são brechas perigosas que podem levar o indivíduo à formação de um comportamento dissociado da cidadania, à solidificação de um pensamento de inferioridade e ao deslocamento perante a sua comunidade, o que, diante da história social do Brasil, marcada por uma brutal e longa escravidão relacionada à cor da pele, acaba expondo mais a população negra brasileira a tais situações. Emerge assim a importância do estudo histórico sobre o povo negro no Brasil sob outra perspectiva.

Apesar da organização de movimentos negros em todo o país na luta contra o preconceito, contra a discriminação e pelo direito igualitário na ocupação de espaços sociais desde o início do século XX, nas salas de aula a abordagem histórica sobre a população

negra no Brasil reforçou uma imagem estereotipada, submissa e vexatória desse grupo étnico. A ênfase dos conteúdos curriculares recaía frequentemente sobre o fator estigmatizante da escravidão enviesado por — trabalhos pesados, castigos, más condições de vida —, e quando não renega, ilustra rasamente as lutas e resistências contra o sistema opressor escravista. O risco social que emerge dessa situação é perigoso, pois contribui para a negação da própria identidade negra, uma vez que não se quer ser associado a sujeitos invisibilizados e inferiorizados.

Nesse sentido,

Sabemos que o livro didático é o principal instrumento ideológico da escola. A criança não vê nele seu cotidiano representado, mas muitas vezes percebe a ausência de pessoas negras representadas ou ocupando posições subalternas. Isso resulta em uma sensação de estranheza, podendo levar a criança negra a auto-depreciação, e a construção de uma auto-imagem negativa. (SOUZA; MOTTA, 2002, p. 44).

O processo educacional é como a sociedade, dinâmico, e assim podemos perceber uma evolução no combate jurisdicional ao preconceito e à discriminação racial a partir da redemocratização do país concretizado na nossa Carta constitucional de 1988, que institui, por meio do XLII do seu art. 5º, a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Concomitante com essa nova realidade imposta legalmente, vê-se no âmbito educacional um processo de mudanças alinhadas a esse caminho de construção de uma sociedade de respeito e valorização à diversidade cultural. Tais mudanças foram efetivadas a partir da elaboração do documento de 1997 intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais, que introduziu a temática Pluralidade Cultural nos ambientes escolares; da Lei Federal 10.639/03, a qual incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e que foi modificada posteriormente pela Lei Federal 11.645/08 para incorporar também a Cultura e a História dos Povos Indígenas; além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituídas pelo Parecer CNE/CP 3/2004.

Uma vez que o estudo histórico também tem a capacidade e a responsabilidade de contribuir na construção de um cidadão inserido em sua sociedade e crítico quanto aos problemas com os quais convive, o estudo sobre a escravidão brasileira a partir de um olhar local foi considerado, nesse trabalho acadêmico, de relevância para tal propósito. Entretanto, é preciso estar ciente da necessidade de construir um espaço em sala de aula de

História que seja atrativo, desafiador e instigante aos discentes. É necessário, pois, fugir de uma visão ainda engessada de uma aula de História maçante e repetitiva para levar o aluno a refletir sobre a imprescindibilidade do estudo da história para a compreensão dos conceitos com os quais ele lida no dia a dia, bem como o conhecimento das instituições que fazem parte da sua sociedade.

O ensinar História é um desafio em tempos em que o passado se torna cada vez mais obsoleto na visão dos jovens estudantes que vivem mergulhados numa sensação de presente contínuo diante da lógica de um mundo cada vez mais conectado e plugado virtualmente. Nesse contexto, nota-se o desinteresse dos alunos por conteúdos históricos que não estão conectados com as realidades vividas no momento presente, o que demanda do professor historiador novas abordagens e metodologias em sala de aula que dêem conta dessa necessidade. Não são poucos os trabalhos acadêmicos voltados à temática do ensino de História que buscam apresentar aos docentes práticas teórico-metodológicas que possam orientar os seus trabalhos em sala de aula, entretanto, “ainda observamos a persistência de uma cultura escolar assentada na prática de um ensino baseado na “decoreba”, que nem sempre é incentivado pelo professor, os próprios alunos trazem consigo essa ideia” (VASSOLER, EVANGELISTA, 2014).

Já é consenso entre os professores historiadores que aquele ensino factual da História não contempla mais o alunado do século XXI. O acúmulo de informações repassadas por meio de um monólogo monopolizado pelo professor foge do real propósito da disciplina, que se entende aqui como um saber que objetiva o desenvolvimento da consciência histórica por parte do aluno, o que implica o desenvolvimento da sua capacidade crítica de analisar e interpretar o mundo humano e suas relações sociais. Aprofundar o estudo sobre os caminhos eficazes de chegar a esses objetivos é uma atitude de todo profissional da educação que acredita no seu papel como fomentador da aprendizagem dos seus estudantes.

Ao propor utilizar os registros eclesiásticos da paróquia de Macaúbas/Bahia, no século XIX, como fontes documentais para trabalhar sobre a escravidão africana no Brasil a partir de um olhar local nas aulas da educação básica, surgiu o questionamento sobre qual ensino histórico quer se aplicar. O propósito é fugir de aulas que limitem a aplicação de conteúdos voltados apenas para a apresentação de fatos e características do passado, pois não produzem momentos de uma aprendizagem histórica significativa na qual os estudantes possam compreender a sua importância. A aprendizagem sobre a escravidão no Brasil deve

proporcionar aos estudantes a capacidade de identificar o tempo e o espaço em que aconteceu, compreender os conceitos envolvidos nesse estudo, significar os fatos e conseguir relacioná-los com as características do mundo presente.

Os caminhos percorridos nessa seara de saberes teóricos historiográficos durante os estudos do Profhistória trouxeram, de certo modo, um acalento psicológico ao evidenciar que as dificuldades e angústias entranhadas em nosso pensamento como professor historiador da educação básica sobre a importância da História e o seu processo de ensino aprendizagem, são também questões levantadas por teóricos acadêmicos nacionais e internacionais desde a segunda metade do século XX.

Uma das inovações no campo das pesquisas sobre ensino de história é a fundamentação das investigações na filosofia e na teoria da história, anunciando um novo paradigma para a natureza das pesquisas acerca da aprendizagem e ensino de História e que têm caracterizado o campo da educação histórica. (SCHMIDT, 2019, p. 35)

As afirmações de Maria Auxiliadora Schmidt, no parágrafo citado, embasam a escolha da Educação Histórica como opção teórico-metodológica no desenvolver da nossa prática de ensino-aprendizagem nas aulas da Educação Básica no município baiano de Macaúbas, bem como no fomento dessa teoria aos demais professores historiadores que tiverem interesse no uso do guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas a partir dos documentos eclesiásticos encontrados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas.

De que modo a Educação Histórica pode contribuir no desenvolver de aulas de História com maior excelência? Quais as reflexões que ela apresenta aos professores que possam direcionar os seus esforços na busca de uma aprendizagem histórica de qualidade e eficiente? Partindo dessas questões e da necessidade prática da sala de aula, o debruçar sobre textos de cátedras renomados como Jörn Rüsen, Peter Lee, Maria Auxiliadora Schmidt, Geyso Dongley Germinari, dentre outros, foram e são necessários para a constituição de um saber mais firme que consolide essa atividade tão majestosa que é a docência em História na Educação Básica.

Muito além de preocupar-se apenas com metodologias e práticas pedagógicas que promovam a participação dos alunos nos momentos das aulas, a Educação Histórica nos chama a “reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico e seu papel como ferramenta para análise da sociedade e como recurso para a construção da consciência histórica” (SCHMIDT, URBAN, 2018, p. 13). O apreendido nos estudos é que todos somos dotados

e utilizamos na nossa práxis a consciência histórica, ela está, mesmo que imperceptível, guiando os nossos pensamentos e comportamentos, assim, os filósofos da Educação Histórica nos apontam que esta é o “ponto de partida e de chegada da aprendizagem histórica” (SCHMIDT, URBAN, 2018, p. 14).

Tentando esclarecer com mais eficiência o pensamento acima acerca da aprendizagem histórica temos novamente em Schmidt e Urban reflexões que nos revelam que a

[...] finalidade da aprendizagem é a construção do pensamento histórico e formação da consciência histórica mais complexa. [...]. O objetivo é uma consciência crítico-genética, onde a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem à uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios como a liberdade, democracia e direitos humanos. A formação da consciência histórica, finalidade principal do ensino de história leva em consideração que, tanto os professores, como os alunos, fazem parte de um coletivo e de um tempo social. (SCHMIDT, URBAN, 2018, p. 14-15)

Considerar como relevante o tempo social vivido pelos estudantes é um pressuposto necessário, pois se faz preciso conhecer os “processos de aprendizagem histórica dos alunos, conhecer as ideias históricas que estes já trazem” (VASSOLER; EVANGELISTA, 2014, p. 6). Não podemos desconsiderar a cultura desse sujeito no momento da aprendizagem histórica, pois esta não será assimilada se este sujeito estiver alheio ao conteúdo. Levando em consideração as culturas estudantis romperemos as amarras com o ensino da História tradicional, na qual há uma ideia arraigada na mentalidade dos estudantes, bem como da sociedade de modo geral, de que o estudo histórico volta-se tão somente pela memorização do passado. Esse dissociar do saber histórico com o presente é um elemento negativo na busca por um conhecimento histórico efetivo.

A educação histórica nos mostra, desse modo, que o planejamento de uma aula não é uma produção estática por mais que ela seja permeada de boas metodologias, pois a relação entre o sujeito aprendiz e a aprendizagem histórica é fator que não pode ser desconsiderado, assim a cada classe estudantil em um ano letivo são novas realidades que vão sendo descortinadas e que precisam ser conhecidas, analisadas e observadas dentro do planejamento metodológico. Esse pensar no ambiente escolar da educação básica se torna relevante ao passo que trabalhamos com crianças e juventudes com múltiplas experiências vividas. Assim,

[...] a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a história é ensinada como

algo dado e alheio ao sujeito que aprende. Assim, saber história não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico que é apreendido apenas como algo dado, não desenvolve a capacidade de dar significados para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica. (SCHMIDT, URBAN. 2018, p. 15)

Esse novo direcionamento teórico metodológico rompe paradigmas e estruturas pedagógicas consolidadas não apenas no ambiente escolar, mas na própria sociedade na qual observamos que ainda se relaciona conhecimento histórico à memorização de conceitos substantivos, quais sejam datas e nomes de comemorações e personagens importantes historicamente. Visto isso, fica claro que a tarefa do professor de História fica mais árdua, é preciso se desvencilhar das amarras com os livros didáticos, ser um constante pesquisador e ao se propor a aplicar aulas dinâmicas tenha clareza que a aprendizagem histórica deve considerar que o “conhecimento não deve ser inerte, mas deve agir como uma parte da vida do aprendiz” (LEE, 2006, p.133).

Ao buscar as evidências do passado escravista na cidade baiana de Macaúbas nos livros da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e propor transformar esses documentos em fontes históricas para serem trabalhadas em sala de aula, o objetivo vai muito além de propor recursos locais que possam servir de estímulos para atrair a atenção e o interesse dos alunos. Dentro da concepção da aprendizagem defendida pela educação histórica o que se espera com a utilização desses documentos - e tantos outros que possam a eles ser agregados - é problematizar o conteúdo da escravidão de modo que os alunos consigam fazer a relação entre o passado estudado com as características do seu presente, o que nos coloca no caminho da literacia histórica defendida por Peter Lee.

Há mais na história do que somente acúmulo de informações sobre o passado. O conhecimento escolar do passado e atividades estimulantes em sala de aula são inúteis se estiverem voltadas somente à execução de idéias de nível muito elementar, como que tipo de conhecimento é a história, e estão simplesmente condenadas a falhar se não tomarem como referência os pré-conceitos que os alunos trazem para suas aulas de história. (LEE, 2006, p.134)

Trabalhar a temática escravidão no Brasil é sempre uma fonte de tensão, pois as imagens predominantes nos livros didáticos e as que permeiam a mentalidade dos alunos são sempre as mesmas, geralmente são aquelas que apresentam o negro numa situação de penalidade ou trabalho exaustivo, é um conteúdo sensível que exprime um misto de sentimentos traumáticos de vergonha, culpa, negação de identidade, entre outros. Observar outras nuances dessa temática, que sejam aquelas em que os escravos aparecem como personagens ativos e construtores da sociedade macaubense, é entendido nesse trabalho



como um caminho, por um lado, possibilitador da construção de uma visão mais ampliada e dinâmica do saber histórico e, por outro, da desconstrução da imagem de uma sociedade escravocrata pautada apenas no binômio trabalho e castigo.

A apresentação de fontes históricas que destoam dessa visão socialmente consolidada propicia aos estudantes a capacidade de problematizar tanto o passado como, principalmente, o presente, buscando no processo histórico as explicações possíveis. Saber relacionar as contingências raciais que atualmente atingem as sociedades, não só a brasileira infelizmente, com as experiências do passado é um objetivo a ser alcançado pelos estudantes dentro do processo de estudo histórico, pois

a aprendizagem histórica se estabelece com a formação da consciência histórica, isso traduz-se em um aumento da apreensão da experiência do passado, da capacidade de interpretação, da experiência do tempo e da capacidade de se orientar na vida prática, a partir da compreensão do presente por meio da interpretação das experiências vividas no passado. Nessa direção, a função da aprendizagem histórica é proporcionar orientação temporal à vida prática, por intermédio das operações essenciais da consciência histórica.(FONSECA; GERMINARI, 2009)

Os estudos dos teóricos da Educação Histórica têm nos possibilitado compreender que o conhecimento histórico está fundamentado em três pilares, para além da aquisição dos conceitos substantivos - “que consiste no domínio dos fatos do passado” - há de se apreender conceitos de segunda ordem, “de como esses fatos são interpretados” e o saber histórico “como, no presente, se dá a orientação dos agentes mediante as representações históricas dos processos temporais” \_ (SCHMIDT; URBAN, 2018). O estudo com as fontes históricas produzidas a partir dos registros eclesiásticos encontrados na paróquia de Macaúbas/Bahia está assim embasado no que defende os teóricos da educação histórica, pois ao favorecer o contato com documentos históricos sobre a escravidão será proporcionado aos estudantes um estudo dos fatos passados a partir de uma investigação histórica com fontes, de modo que eles possam se projetar no presente através da busca do passado.

Essa nova interpretação promove uma ampliação da importância do estudo histórico para muito além da sala de aula, pois estamos a viver numa era de informações globalizadas e acessíveis a todos o que demanda um aprender cotidiano, colocando assim o conhecimento histórico como elemento imprescindível na constituição de um cidadão crítico e ativo socialmente. Dar sentido aos estudos históricos promove, assim, um despertar no aluno da importância do estudo dessa ciência para a compreensão da sua realidade e do

mundo.

Afirmado assim que o desenvolvimento da aprendizagem histórica está intrinsecamente ligado à capacidade de relacionar os conceitos de segundo ordem e os conceitos substantivos, Lee (2006) defende o conceito de literacia histórica.

Esse conceito refere-se ao conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado que permite ler historicamente o mundo. Nesse sentido, a competência histórica envolve a apreensão de elementos epistemológicos do conhecimento histórico. (GERMINARI, 2016, p. 70)

Sendo, no campo da filosofia histórica, a consciência histórica colocada como ponto de partida e de chegada da aprendizagem histórica, a capacidade de literacia histórica dos estudantes é fundamental para a construção de uma consciência histórica mais complexa, ‘na qual a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem à uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios como a liberdade, democracia e direitos humanos’ (SCHMIDT, 2019, p.49). Esse letramento histórico, de acordo com os pesquisadores, “entende que a finalidade do ensino de História é levar à população os conteúdos, temas, métodos, procedimentos e técnicas que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico” (SCHMIDT, 2019, p. 48), porém é pertinente salientar que não se objetiva com isso transformar os estudantes em historiadores, mas proporcionar a eles a capacitação do pensamento histórico.

A utilização dos registros eclesiásticos em sala de aula pelo professor está sendo apresentado como a possibilidade de se fugir de aulas no estilo da transposição didática, entendida aqui como uma mera reprodução adaptada do conhecimento histórico efetuado nas academias para as salas de aula da educação básica. Em seu artigo, “O historiador e a pesquisa em educação histórica”, Schmidt (2019) nos mostra que foi no século XIX, quando a História passou pelo processo de cientificação, que o ensino de história é diminuído em seu valor, tornando-se uma ‘atividade [...] de mera reprodução do saber acadêmico. Ainda nesse mesmo artigo, a historiadora paranaense, utilizando-se do conhecimento de Rüssen (2010), nos alerta que essa separação esvazia a função do conhecimento histórico, pois dele é tirado um princípio importante, que seja a conexão da História com ‘a necessidade social de orientação da vida dentro da estrutura temporal.

O ensino histórico nesse viés, de acordo com as pesquisas desenvolvidas por Lee na década de 1970 na Inglaterra, afugenta o aluno desse conhecimento, pois ele não consegue ver sentido nesse estudo. Esse afastamento é comprovado quando somos indagados pelos estudantes com um questionamento que ainda é feito e que muito incomoda aos professores

historiadores, “por que devo estudar História? Por que aprender sobre o que já passou?”

Esse pensar discente nos faz aperceber que a visão que muitos estudantes têm sobre o conhecimento histórico é desconectado das suas vivências do presente, o alunado não consegue utilizar esse conhecimento para uma leitura do mundo e nem para a sua vida prática. A história ainda é vista como um amontoado de fatos do passado desconexos e atemporais, o que não fornece sentido nem relevância. Observar, assim, essa capacidade de letramento histórico dos estudantes é importante para que possamos, como professores historiadores, promover neles a capacidade de ler o mundo através do conhecimento histórico.

O campo de estudo da Educação Histórica é muito fértil, profícuo e amplo, considerando ainda estar em águas rasas nesse oceano, se faz necessário buscar mergulhar em sua profundidade para melhor desenvolver o processo de ensino e aprendizagem histórica, entretanto o já assimilado até aqui nos permite afirmar que ao iniciar os estudos de um conceito substantivo em sala de aula é primordial que seja tomado como ponta pé inicial nesse jogo as ‘ideias prévias e as protonarrativas’ dos estudantes como fator relevante para que a aprendizagem seja eficiente. Desse modo é relevante ao trabalhar com os documentos locais sobre a escravidão em Macaúbas/Bahia, instigar os alunos a demonstrarem o que sabem a esse respeito através de diálogos e produções escritas.

Os estudos da historiadora lusitana Isabel Barca (2004) no que se refere à teoria da Educação Histórica trazem elementos enriquecedores das relações de ensino aprendizagem em história no que tange à ideia da valorização do saber prévio do aluno. Ao desenvolver a ideia da ‘aula oficina’, Barca nos chama a atenção para a importância da existência de momentos em sala de aula onde os estudantes possam expressar o que pensam sobre o conceito histórico a ser trabalhado. Nesse modelo pedagógico nota-se a importância do papel do professor não como um mero transmissor de conhecimento, mas como agente capaz de sistematizar os conhecimentos prévios dos alunos sobre o conceito trabalhado com a finalidade de análise para posterior tomada de decisão das intervenções pedagógicas necessárias.

No Brasil, os estudiosos e pesquisadores em ensino de história, a partir da “aula oficina” de Barca, desenvolveram a ideia da “Unidade Temática Investigativa”. Nesta, o professor historiador deve selecionar cuidadosamente as perguntas de modo que estas estejam relacionadas aos objetivos propostos para a aplicação dos conteúdos, catalogar e organizar as ideias diversas apresentadas pelos estudantes diante dos questionamentos,

planejar as fontes documentais que possam ser utilizadas pelos estudantes para a análise, interpretação, confirmação ou confrontação das suas respostas. Constitui-se, assim, em um trabalho, em uma atividade, que exige uma organização bem planejada pelo docente, mas que faz da sala de aula um ambiente de diálogo e produções de narrativas históricas.

Por meio dos conceitos selecionados, conceitos aqui entendidos como estratégias cognitivas do pensamento histórico, tais como consciência histórica, narrativa e explicação, entre outros, que dão a sustentação para que possamos afirmar que existe uma racionalidade da aprendizagem histórica, busca-se mostrar que aprender história é aprender a explicar. E aprender a explicar é aprender a narrar historicamente. (SCHMIDT, URBAN. 2018, p. 60)

Quando o estudante consegue, a partir do direcionamento dos estudos em sala de aula - levantamento prévio dos saberes sobre o conteúdo substantivo, estudo com fontes documentais, debates de confrontação de respostas e ideias -, construir narrativas históricas nas quais se possa observar que ele atribui sentido aos conteúdos substantivos relacionando-os à explicação e interpretação do mundo presente, pode se falar que está acontecendo o processo de aprendizagem histórica.

### **3. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COM FONTES LOCAIS.**

#### **3.1. As fontes eclesiásticas e o ensino de História: desconstruindo e reconstruindo visões acerca da escravidão em Macaúbas/BA.**

*Aos vinte e oito dias do mez de janeiro do anno de mil oitocentos e cincoenta, nesta matriz de Macahubas, feitas as anunciações canônicas, sem que apparecessi impedimento algum, em presença do Padre José ?[...] e das testemunhas [...], receberão-se em matrimonio Alberto e Felisberta, pardos, ele [...]liberto, natural de Rio de Contas, ella [...] desta freguesia, escrava [...].*

Registro da paróquia de Macaúbas/BA (1850)

Análises de documentos como o excerto em epígrafe ainda não são comuns nas salas de aulas da educação básica no Brasil, o que talvez tenha contribuído e vem contribuindo para a formação de uma mentalidade social ou de um imaginário social que não concebe a existência ou a possibilidade de que os escravos pudessem constituir família. Como afirma Schwartz (1988, p. 311), “É uma visão com profundas raízes históricas”, perpetuada pelo fato de serem ainda incipientes os estudos historiográficos sobre o núcleo familiar negro no Brasil colonial; e, mesmo em estudos que abordam de maneira mais aprofundada as relações

escravistas, como os de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, por exemplo, a ênfase recaí sobre a família patriarcal e pouca ou quase nenhuma referência sobre a família escrava. O trabalho com os registros eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Macaúbas, ao qual essa pesquisa de mestrado está se propondo, pode contribuir com a desconstrução dessa mentalidade e fomentar debates com um olhar antropológico sobre os escravos, fugindo assim da visão unilateral do cativo concebido apenas como mão-de-obra compulsória.

As profundas raízes identificadas pelo historiador norte-americano foram precedidas por produções historiográficas que, utilizando-se do materialismo histórico e dialético como método, se ativeram, quase que exclusivamente, à análise do fenômeno da escravidão enquanto uma prática violenta intrínseca ao processo colonizador pré-capitalista, violência essa que atingia não apenas o corpo físico dos escravos, mas também impedia a organização familiar desses. Abordagem bastante presente nos estudos de Florestan Fernandes (1969, p. 84), por exemplo, para quem “a sociedade senhorial e escravocrata brasileira [...] sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava”. Ou seja,

Durante muitos anos, os historiadores acharam que o sistema escravista havia massacrado de tal forma homens e mulheres escravos que eles se tornaram um grupo absolutamente dominado e sem vontade própria. Para esses historiadores, não havia sido dada ao escravo nem mesmo a oportunidade de constituir família, organização básica de apoio e de identidade social para todos os seres humanos. Os senhores não teriam permitido que escravos se casassem. Em suma, os historiadores acreditavam que eles eram tratados como “coisa” ou, no máximo, como animais para quem só valia a vontade do dono. (FARIA, 1999, p. 16)

Era essa a visão perpetuada nas salas de aula da educação básica e que, ainda hoje, encontra certo espaço, não obstante a ampliação de pesquisas e estudos que buscam dar novos sentidos e significados à vida dos escravizados no Brasil, nos períodos colonial e imperial. O trabalho de pesquisa de Lívia Gomes Côrtes, por exemplo,<sup>14</sup> aplicado em duas instituições escolares na cidade baiana de Vitória da Conquista, em novembro de 2013, objetivou identificar e compreender as percepções dos estudantes sobre a escravidão. A conclusão a que chegou foi a de que “a identificação do escravo com o trabalho compulsório

---

<sup>14</sup>Lívia Gomes Côrtes. *Representações do Escravo e a importância do estudo da escravidão: saberes de crianças nas séries iniciais*. Fragmento do Trabalho Monográfico produzido para conclusão do curso de Licenciatura em História em 2014-UESB. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas.

é predominante no ideário das crianças como sendo o costume do cotidiano do escravo [...]. [...] o aspecto que humaniza o escravo é demonstrado [...] pelo sofrimento [...]” (CÔRTEZ, 2014, p. 6)

Essa desumanização dos escravos é feita de maneira sensível e imperceptível no ambiente escolar; ao se abordar a escravidão apenas sob o aspecto da violência e da resistência, enfatizando elementos como trabalho coercitivo, lutas e fugas, acreditando estar revelando os horrores desse sistema, acabam-se, também, por fortalecer a ideia vitimizadora dos escravizados, na qual o mundo deles restringia-se às atividades laborais e aos castigos, como se esses indivíduos não tivessem a capacidade de socializar-se, como se não fossem capazes de ter momentos de risos, festejos e prazeres. Intensifica-se, assim, uma análise dicotômica da sociedade colonial: de um lado, senhores malvados e, de outro, escravos vitimizados. Acerca disso, Simone Campos (2009, p. 204), ao pesquisar o imaginário dos jovens sobre a escravidão no Brasil, a partir da escolha de imagens da escravidão e a construção de narrativas sobre elas, diz é importante

[...] ressaltar a ideia de que o mundo escravo nem sempre foi dividido entre senhores maus e escravos bons, nem sempre foi marcado por relações antagônicas entre senhores e escravos, que os escravos agiam de formas variadas para conseguirem melhorar suas vidas, que eram capazes de influenciar e promover mudanças no ambiente em que se encontravam, que tinham vida além do trabalho e castigo. E mais: que essas realidades múltiplas não seriam exceções, mas sim parte da realidade do sistema escravista no Brasil. (CAMPOS, 2009, p. 204)

Importa ressaltar que o Campos (2009) não busca romantizar a escravidão, ou seja, negar a existência da violência e do sofrimento aos quais foram submetidos os cativos e nem apresentar a relação entre senhores e escravos como essencialmente harmoniosa. A pertinência do trabalho está justamente em identificar três categorias diferentes desse imaginário, quais sejam: “O imaginário do tronco, pequenas possibilidades do sistema escravista e indícios da complexidade da vida escrava no Brasil” (CAMPOS, 2009, p. 163). Apesar dessa última categoria ter sido apontada como a menos recorrente, o que se pode concluir é que os estudos que priorizam uma abordagem mais ampla e complexa da escravidão e dos escravizados, emergentes no mundo acadêmico no Brasil, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, já ecoam no sistema educacional e já estão surtindo efeito na vida escolar de alunos dos ensinos fundamental e médio. A pesquisa de Campos (2009), além de destacar a importância do cuidado que a temática da escravidão exige, serve de parâmetro para as atividades a serem desenvolvidas nas salas de aulas por seus pares.

Apresentar os cativos como seres capazes de se manifestarem socialmente e de

estabelecerem relações sociais entre si, com os seus senhores e com a sociedade livre em geral, é de fundamental importância no processo de empoderamento da identidade afrodescendente no país. Para fortalecer o sentimento de pertencimento, é preciso trazer à tona a visão de que, não obstante a condição de escravidão havia, por parte dos escravizados, consciente ou inconscientemente, a ideia, ou, mais concretamente, a certeza de que

Era preciso fugir à condição de “peça” produtiva imposta pelo escravismo e criar espaços próprios para amar, constituir famílias, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos e os que passaram a venerar no Novo Mundo. (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p. 69)

Os registros de casamentos, batismos e óbitos, entre os anos de 1843 e 1885, da paróquia de Macaúbas/BA, são materiais históricos que nos permitem verificar que as formações familiares na referida freguesia advinham de uniões entre pessoas de condições e qualidade diversas, outra pertinência também observada é que nem todas as uniões familiares eram formalizadas pelo ritual católico do casamento.

A situação dos livros encontrados nos arquivos paroquiais da Igreja Imaculada Conceição de Macaúbas referentes aos registros de batismos, matrimônios e óbitos da sociedade do século XIX é diversa, alguns possibilitam um manuseio e transcrição sem maiores dificuldades, porém outros já estão em considerável estado de deterioração, impossibilitando a leitura sem que se necessite recorrer a um especialista, e a filologia não é uma área na qual há profissionais no município de Macaúbas e circunvizinhança. Os documentos não são digitalizados e, apesar dos cuidados que a paróquia destina à preservação dos livros, eles estão expostos ao desgaste natural, que certamente se intensificará com o manuseio que as pesquisas envolvem o que urge investimentos da paróquia e sociedade de Macaúbas no sentido de buscar meios possíveis que possam garantir a conservação de tão rico acervo documental da nossa história.

Apesar dessa infeliz constatação, os termos encontrados e possíveis de pesquisa podem fornecer um quantitativo considerável de dados que, analisados e sistematizados, geram informações pertinentes e importantes para a história da escravidão na região:

**Livros de Registro de batismos, matrimônios e óbitos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas (século XIX)**

ÓBITOS		CASAMENTOS		BATIZADOS	
LIVRO N°	PERÍODO	LIVRO N°	PERÍODO	LIVRO N°	PERÍODO
01	1843 a 1858	01	1849 a 1854	01	1849 a 1843
02	1858 a 1865	02	1854 a 1866	02	1853 a 1855

03	1875 a 1932	03	1857 a 1866	03	1855 a 1876
04	1853 a 1876	04	1869 a 1872	04	1859 a 1861
05	1866 a 1885	05	1872 a 1879	05	1865 a 1867
06	1872 a 1894	06	1880 a 1885	06	1869 a 1870
07	1894 a 1897	-	-	07	1871 a 1878
-	-	-	-	08	1870 a 1872
-	-	-	-	09	1873 a 1876

Os registros eclesiásticos encontrados e preservados nos arquivos das paróquias brasileiras foram e são materiais históricos de grande relevância para essa nova visão historiográfica que trilha pelos caminhos da História Social. Eles nos revelam informações sobre os sacramentos católicos dos indivíduos da época, como o batismo, matrimônio e óbitos, fossem estes homens e mulheres livres ou escravos. Desconsiderar os escravos como sujeitos voluntariosos que, mesmo diante das agruras do sistema opressor buscaram se inserir socialmente “é deixar de lado o papel essencial dos cativos na criação de sua própria cultura” (SCHWARTZ, 1988, p. 312), o que à negação ou à não identificação da africanidade como elemento construtor da cultura brasileira.

Essa inserção social pode ser compreendida pela participação dos escravos nos sacramentos da Igreja Católica pois, como apontou Schwartz (1988), ser introduzido no mundo cristão através do batismo e ter a família consagrada pelo matrimônio eram atos de extrema relevância para qualquer habitante colonial. Desse modo, a resistência escrava pode ser ampliada. Para além do ideário já perpetuado de fugas e criações de quilombos, poderemos entender a busca por estabelecer relações entre os escravizados e seus senhores. Ser reconhecidos como parte integrante dessa sociedade cristã, podia constituir-se em brechas para o abrandamento do seu dia a dia.

Assim, analisar os registros eclesiásticos de uma paróquia no interior da Bahia no século XIX nos põe em contato com informações acerca das relações que os cativos buscavam estabelecer e como essa comunidade os tratavam, para constatar que, como o fez Schwartz (1998, p. 313), infelizmente, “é [...] nas questões cotidianas da vida em cativeiro, nos aspectos mais comuns e corriqueiros referentes ao lar, à família, ao trabalho e à recreação, que os documentos em geral silenciam.” Os limites impostos por esse silêncio, entretanto não impedem inferências a partir das documentações e estudos existentes, e é a partir deles que essa pesquisa caminha no sentido de compreender um pouco mais acerca da sociedade macaúbense no período escravista do Brasil imperial.

Questões possíveis de serem travadas sobre o casamento cristão de escravos, quando trabalhado em sala de aula da educação básica, caminham na busca de compreender qual seria a condição dos cônjuges, se pertenceram aos mesmos senhores, qual o posicionamento



destes em relação à união sacra dos seus cativos, o porquê de os escravos aceitarem tal sacramento, por que a Igreja Católica aceitava os escravos em seus sacramentos, entre outras de mesma pertinência. Para ajudar a pensar sobre possíveis respostas, mais uma vez o diálogo com Schwartz foi imprescindível. Schwartz, em *Segredos Internos*, observa que os senhores de escravos faziam restrições quanto à formação das famílias escravas regulamentadas pelo matrimônio religioso católico:

Os proprietários argumentavam que, quando se exigia que os cativos se casassem na Igreja, o laço tornava-se permanente e, com isso, quando se cansavam do cônjuge recorriam ao envenenamento, já que o divórcio era impossível. (SCHWARTZ, 1988, p. 315)

Essa não é a única razão apresentada por Schwartz como argumento que justificava a negação do matrimônio religioso pelos senhores proprietários, entre outras tantas de igual relevância, o que se chega à conclusão é que a preocupação dos senhores era sofrer interferência sobre o poder de autoridade perante seus escravos, já que “a separação dos cônjuges por venda ou outra razão qualquer era condenada como uma ofensa à caridade e à lei natural” (Schwartz, 1988, p. 316).

Já o historiador Roberto Guedes (2018) traz a reflexão sobre a importância sociocultural que o matrimônio oficializado pela igreja cristã exercia sobre a população colonial e imperial brasileira, e permite compreender quais as motivações dos escravos ao aceitarem o matrimônio católico, bem como a permissão dos seus senhores. Aqui cabe lembrar que sendo o Brasil fruto da colonização de um país europeu de tradição católica, no qual vimos que o casamento foi sacralizado pelo Conselho de Trento, a oficialização religiosa de uma união conjugal dos indivíduos livres e de posses refletia a elevação do status social. A essa família surgida a partir dos moldes da Igreja e, por conseguinte, do Estado, estava atrelado o reconhecimento dos filhos gerados, o respeito dos altos setores sociais e, não menos importante, a transmissão dos bens.

Assim, Guedes (2008, p.158) destaca que para os proprietários de escravos era “decente e de bom tom ter cativos casados”. A permissão do casamento dos cativos autorizada pelos seus senhores poderia significar uma ostentação do seu poder e prestígio social, pois ter uma quantidade de escravos com suas uniões conjugais abençoadas pelo sacramento católico era um caminho para adquirir títulos sociais. Ainda de acordo com o citado autor, para os escravos “fazerem parte do grupo dos casados, transformava-os em uma espécie de elite, principalmente os do sexo masculino” (GUEDES, 2018, p. 158).

Essas questões levantadas embasam a importância dos resultados encontrados na pesquisa realizada nos arquivos paroquiais de Macaúbas, pois a existência de registros de matrimônio entre indivíduos escravos e livres possibilita o refletir sobre relações sociais possíveis na vida dos escravizados, o que geralmente não povoa o imaginário dos estudantes e nem aparece com constância nas apresentações docentes.

Essa pesquisa ficou prejudicada por ter sido realizada em meio à pandemia da Covid-19, que vem assolando a humanidade desde o ano de 2020. Assim, só foi possível selecionar uma amostra documental menor do que a inicialmente projetada. Na análise feita entre os anos de 1849 e 1872 concernentes aos registros matrimônios da referida paróquia, foram contabilizados 117 registros de casamentos envolvendo cativos no município de Macaúbas. Entre esses registros de matrimônio religioso, verificou-se que 73,5% (86) ocorreram sendo ambos os cônjuges escravos<sup>15</sup>, um caso (0,85%) envolvendo o nubente escravo e a noiva forra, dois casos (1,70%) em que os noivos eram livres e as noivas escravas e dez casos (8,54%) em que a noivas eram escravas e os nubentes não têm as condições relatadas, o que provavelmente indica a situação de homens livres.

Apesar do silenciamento sobre várias questões cotidianas e familiares que os documentos nos impõem conseguimos dar voz a outras descobertas que descortina a ignorância sobre tantos aspectos na vida dos cativos no Brasil, o que pode promover a construção de uma visão de um povo, que mesmo na situação cruel do cativo, conseguiu ir se moldando às situações impostas e aprendendo a usar as possibilidades que dispunham para atenuar, minimamente, a violência da escravidão.

**Registro de casamentos entre escravos da Paróquia de Macaúbas: condição dos nubentes<sup>16</sup>(1849 a 1872)**

<b>CONDIÇÃO DOS NUBENTES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>01- Ambos escravos</b>	<b>86 registros</b>
<b>02- Ele escravo- ela forra</b>	<b>01 registro</b>
<b>03- Ele livre – ela escrava</b>	<b>02 registros</b>
<b>04- Ela escrava</b>	<b>10 registros</b>
<b>05- Ele liberto</b>	<b>01 registro</b>
<b>06- Ele escravo</b>	<b>14 registros</b>
<b>07- Ambos libertos</b>	<b>01 registro</b>

<sup>15</sup>Esses dados foram extraídos da compilação feita pelo professor mestre Alan José Alcântara de Figueiredo, que registrou os termos de matrimônio dos livros paroquiais de Macaúbas de números 1, 2, 3, 4 e 5, abrangendo os anos entre 1849 até 1872. Através desse material encontra-se apenas os dados do registro \_livro, folha e termo\_ e a condição dos nubentes.

<sup>16</sup>Onde só consta a condição de um nubente é porque nos textos dos registros só foi dada essa informação, deixando em aberto a dúvida sobre a condição do outro nubente, podendo inferir que este era uma pessoa nascida livre.

O casamento entre cativos e livres causa um certo estranhamento e muitos questionamentos e curiosidades: como poderia ser o cotidiano desse casal, qual a relação do senhor com o esposo/esposa do seu escravo/escrava? Mesmo não conseguindo responder a tais questionamentos com a pesquisa, eles não deixam de ser pertinentes, pois levam ao debate sobre possibilidades e apontam para a complexibilidade das relações escravistas. Em suas pesquisas, Schwartz (1988) diz que não é incomum o casamento de livres com escravos e que o padrão mais encontrado é o marido ser o cativo, a análise da amostra apresentada da pesquisa realizada em Macaúbas segue este padrão. Utilizando-se das explicações de John Turtino<sup>17</sup>, Schwartz aponta uma vantagem muito relevante que o casamento de um escravo com uma forra ou livre proporcionava, os filhos gerados desse matrimônio não eram escravos, pois “a condição social da criança dependia da mãe” (1988, p. 321).

A ideia de que o escravo podia montar uma família não pode ser utilizada como um mecanismo para negar a violência da escravidão. Há que se pensar sobre a dificuldade da igreja em fazer com que os proprietários regularizassem as uniões dos cativos, bem como se todos esses preferiam se sujeitar a tal imposição cristã. “Qualquer que tenha sido a combinação da relutância de senhores e escravos com respeito ao casamento na Igreja, é clara a indicação de que a maioria dos escravos não se casava segundo o costume católico” (SCHWARTZ, 1988, p. 317).

Outro argumento importante a ser levado em consideração durante as aulas da educação básica, na tentativa de não se reproduzir uma visão harmoniosa do sistema escravista, é o de que, apesar das permissões para constituírem famílias cativas, oficializadas ou não pelo sacramento católico, no sistema escravista brasileiro o senhor tinha preponderância sobre o seu escravo; desse modo, a separação do casal através da venda de um escravo, apesar de condenada e combatida, poderia ser permitida caso o senhor comprovasse a necessidade do escravo ou escrava para a sua segurança ou a dos seus bens. A escolha do cônjuge também sofria interferências e até mesmo determinações dos seus senhores: “[...] opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana.” (ANTONIL, 2011, p. 107).

---

<sup>17</sup>Turtino, John. Slavery in a peasant Society: Indians and Africans in colonial Mexico. St. Olaf College, 1978. Trabalho não publicado. Turtino refere-se a esse padrão como “casamento emancipacionista”, enfatizando-o como uma razão para o declínio da população escrava. Apud Schwartz, 1988, p. 441.

Apesar das pesquisas realizadas nos registros paroquiais de Macaúbas não possibilitarem definir se a formação dos casais cativos foi uma escolha ou imposição dos seus senhores, a existência de matrimônios entre livres e escravos demonstra que estes não eram sujeitos passivos nesse processo, e que apesar do poder máximo sobre suas vidas estarem nas mãos dos seus proprietários isso não os impossibilitava de buscar alternativas de escolhas, pois

No relacionamento senhor-escravo havia espaço para manobras. Ainda que um cativo não pudesse casar-se na Igreja sem a permissão do senhor, pois sem ela o padre não publicava os proclamas, os escravos tinham meios de tornar conhecidos seus desejos. Burlavam, barganhavam ou simplesmente recusavam-se a cooperar, muitas vezes defrontando-se com punição severa. Os senhores às vezes achavam mais fácil ou mais prático anuir aos desejos dos escravos do que ignorá-los. (SCHWARTZ, 1988, p. 318)

O que se percebe em relação ao ensino da história do município de Macaúbas é a quase total ausência de materiais didáticos que forneçam subsídios aos professores, carências que se fazem sentir no ministrar das aulas, ea história da escravidão africana em seu território é uma delas. A dificuldade em se tratar desta temática em sala de aula, tanto pode inviabilizar o cumprimento da legislação que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio como, também, levar à conclusão de que não houve escravidão africana em Macaúbas. Tal situação foi a impulsionadora da pesquisa ora realizada. Através dos registros de batismo, tentamos quantificar o número de escravos no território macaubense, através dos dados obtidos nos livros de batismos de numeração 1 a 4<sup>18</sup> que têm seus dados sistematizados e registrados em um livro de Índice de batismos.

A explicação corrente no município é que é ínfima a presença de escravos em seu território, por ser uma mão de obra que demandava muitos recursos. Entretanto, como apresentado na análise das informações contidas no Censo de 1872, no capítulo 1, o percentual de escravos de Macaúbas não se distancia dos números encontrados em municípios economicamente superiores, como Jacobina e Feira de Santana. É pertinente salientar que mesmo sendo pouca, ou não, a presença africana nesse território do Alto Sertão baiano não deve ser desconsiderada na abordagem da sua contribuição para a história de

---

<sup>18</sup>Essa análise foi feita através da compilação, organizada pelo professor mestre em Letras, Alan José Alcântara de Figueiredo, dos registros de batizados da paróquia de Macaúbas encontrados nos livros de batismos do século XIX, entre os anos de 1849 a 1861\_ livros 01, 02,03 e 04\_, transformando-os num livro de Índice geral de batismos. Os dados sistematizados foram organizados por ano e ordem alfabética, constando o nome do batizando, o nome dos pais ou mãe, o número do livro do registro, a folha, o termo e a data do batizado. Saliento que nem todos os livros foram compilados, pois devido a pandemia do Covid-19 o acesso ao Salão da Paróquia era negado, o que atrasou a pesquisa, assim ficaram faltando os de numeração 5 ao 9.

Macaúbas. É importante enfatizar a presença negra na construção da sua cultura, na composição do seu povo e na sua economia.

**Quantitativo de registros de batismo na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas – 1849 a 1861, e a condição dos indivíduos batizados.**

<b>Livres</b>	<b>3692</b>
<b>Escravos</b>	<b>401</b>
<b>Libertos</b>	<b>03</b>
<b>Total</b>	<b>4095</b>

O percentual de escravos no período de análise corresponde a 9,79% sobre a população livre, número dois dígitos mais expressivos do que o encontrado no Censo de 1872. Entretanto a grande extensão do território de Macaúbas no século XIX e as dificuldades enfrentadas pelos párocos em atender uma população tão dispersada em um sertão entrecortado por relevos difíceis de transpor deixa a sugerir que os dados não representam a realidade exata da sociedade macaubense oitocentista.

Pela correspondência da Câmara, 9 de janeiro de 1837, sabe-se que a Capela de Macaúbas estava sem assistência espiritual pelo menos desde outubro anterior. Os vereadores pressionavam o governo da província declarando que “em tais circunstâncias não cessa a Câmara d’animar aos seus concidadãos assegurando a pronta criação d’uma Freguezia, que compreenda o Termo desta Villa conforme V, Excia já participou a Câmara no citado Officio [07/10/1836]. (APEB, 1342, apud FIGUEIREDO, 2015, p. 55)

As fontes também revelaram o alto índice de pessoas declaradas pardas nos registros. Em análise quantitativa realizada no livro de óbito número 2, entre os anos de fevereiro de 1853 a março de 1876, constam 1.230 obituários ocorridos dentro do amplo território do município de Macaúbas nesses 23 anos. Foram analisados 31% desses registros, o que é uma margem considerável sobre o quantitativo, observando o gênero, a condição e a qualidade dos falecidos. Pode se observar que o número de pessoas declaradas pardas<sup>19</sup> é superior representando 51,95%, os brancos corresponderam a 23,23%, crioulos 8,61%, pretos 2,08%, mulatos 5,74%, cabras 1,30%, africanos 0,78% e que não foram determinados 6,26 %. Foram contabilizados 23 escravos, sendo que desses 11 eram crioulos

---

<sup>19</sup> Em *Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX*, 2016, p. 119, Revista de História Regional, a Dra. Isnara Pereira Ivo apresenta a informação de que os dados gerais da província da Bahia apontam que a superioridade de pardos era uma realidade em toda a província, correspondendo a um total de 49% de toda população.

4 pardos, 1 africano, 3 pretos, 3 cabras e 1 não declarado a qualidade. A marca de uma sociedade rigidamente estratificada e racista é observada até mesmo no ato final da vida, a ligação com a escravidão é relatada mesmo no registro de óbito, em oito registros constava a referência dos falecidos serem filhos de escravos.

**Livro de óbito nº 2, de 1853 a 1876 - Paróquia de Macaúbas \_ gênero, condição, cor/qualidade.**

Qualidade	homens	mulheres	livres	escravos	libertos	Filho de escravo
<b>Branco</b>	50	39	89	00	00	00
<b>Pardo</b>	88	111	190	04	00	05
<b>Crioulo</b>	20	13	22	11	00	00
<b>Preto</b>	03	05	01	03	01	03
<b>Mulato</b>	11	11	22	00	00	00
<b>Não identificado</b>	15	09	23	01	00	00
<b>Cabra</b>	01	04	02	03	00	00
<b>Africano</b>	02	01	01	01	01	00
Total	190	193	350	23	02	08
%	49,60	50,39	91,38	6,00	0,52	2,08

Desse modo não há como compreender a formação dessa população sem o relacionamento conjugal entre os diversos grupos sociais que a formaram, e que dessas relações, sejam elas permitidas, violentas, sacramentadas pela Igreja ou dos concubinatos, foi se formando uma sociedade com pessoas de várias condições e cores/qualidades. O sertão nunca foi branco,

A cor do sertanejo varia do branco, os quais em pouco número, necessariamente, ao moreno-escuro, com tantas graduações que será raro encontrar-se dois indivíduos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais raramente têm a mesma cor e as diferenças são às vezes, sensíveis, e, em certos casos tão flagrantes que se podia duvidar da legitimidade, mas o fato é tão comum que a indecisão desaparece. Os descendentes de uma pessoa branca e outra negra, traz a cor mais de um que do outro elemento e acontece que um segundo filho ostente a tez diversa do primeiro. (COSTER, 2003, p. 212)

Quando o tema escravidão é trabalhado nos espaços escolares brasileiros da educação básica o alunado traz logo à mente a separação entre o ser branco e o ser negro, distinção de cor que logo induz a liberdade ao primeiro e ao segundo a condição de escravo. Talvez tal entendimento remonte aos primeiros séculos da escravidão no Brasil, mas é intensificado a partir do final do século XVIII e, sobretudo, ao longo do XIX, com o aumento do número de pessoas não brancas livres ou libertas. Fonseca (2009, p.204) chama a atenção para tal problema, ao afirmar que “essa inserção dos negros na sociedade livre

gerou tentativas de controle por parte das autoridades portuguesas”.

Buscando compreender as variadas denominações utilizadas para se referir às pessoas de cor nos registros eclesiásticos em Macaúbas, foi feito o diálogo com vários pesquisadores especialistas no campo da escravidão e mestiçagem e o que logo se pode constatar foi que as terminologias aqui encontradas são comuns a vários outros documentos do período colonial e imperial de todo o território brasileiro. Outra observação pertinente é que há um grande interesse e empenho acadêmico em se compreender melhor as classificações feitas aos sujeitos de cor no Brasil. Em suas pesquisas, Ivo (2016) menciona o fato de ser esses termos categorias de distinção de mestiçagem, transplantados dos reinos ibéricos para a América, entendidos como qualidade, condição e cor, e que serviram para identificar, classificar e hierarquizar os indivíduos nas sociedades escravistas:

Os usos das fluidas categorias de distinção não nasceram nas Américas, mas, em cada lugar do Novo Mundo, foram conformadas e ressignificadas, marcando profundamente as sociedades mestiças resultantes das conquistas modernas. No caso do Brasil, as designações ligadas, especialmente, às “qualidades” das pessoas e dos grupos sociais, foram intensamente usadas para classificar e hierarquizar as pessoas, demarcando o seu lugar social. Isso ajuda a explicar a criação de novas categorias de classificação, à medida que nasciam mais indivíduos de fenótipos distintos. Também é possível afirmar que, nessas sociedades, marcadas pela escravidão e pelas mestiçagens, a cor da pele não pode ser tomada como único atributo para se determinar o lugar social do indivíduo. Outros fatores, como o lugar de nascimento, a forma do rosto, o tipo de nariz, a cor e tipo de cabelo, as vestimentas, a descendência, bem como a ocupação, ajudaram a denunciar ou a associar a condição e, logo, a classificação da “qualidade” dos indivíduos. (IVO, 2016, p. 129)

Os termos dos registros analisados nos livros paroquiais do século XIX em Macaúbas trazem informações que coadunam com demais registros do mesmo período apresentados em estudos de pesquisas realizadas no Brasil, nesses constam o nome do indivíduo, em seguida apresenta a qualidade, a condição (esta quando não consta sugere ser a pessoa livre), a idade, o estado civil. Ivo (2016, p. 114) diz que a “qualidade” foi usada para se referir aos índios, brancos, pretos, negros, crioulos, mamelucos, mestiços, mulatos, zambos, curibocas, cabras, cablocos etc. As condições referiam-se ao *status* jurídico das pessoas [...], como escravos, forros e livres”. Nas análises feitas nos registros paroquiais de Macaúbas foram encontrados os termos branco, africano, preto, pardo, cabra, mulato, crioulo e escuro que, como vimos, eram “usados para identificar, classificar e hierarquizar indivíduos mestiços e não mestiços que viviam no Brasil” (IVO 2016, p. 117).

A imagem engessada da sociedade escravista baseada apenas numa vida de trabalho,

exploração e castigos dos escravizados, e de proprietários representados como homens e mulheres de grande poder financeiro e capazes apenas de ações violentas para com seus cativos acaba por gerar uma dicotomia entre vítimas e algozes, sujeitos passivos e ativos, a construção social é algo mais complexa do que o pensamento ficcional do bem contra o mal, e essa reflexão deve ser levada em conta ao se trabalhar a escravidão. Os registros de casamentos e batizados são fontes documentais capazes de quebrar esses estereótipos ao apresentarem características sociais do século XIX que comprovam as relações entre cativos e livres, nos mostrando uma sociedade bem mais emaranhada.

A situação de escravizado, vai obrigar a esse sujeito, desprovido do poder sobre si mesmo, a buscar alternativas para mitigar a sua condição civil e econômica desfavoráveis. Como vimos, o casamento sacramentado era uma porta de possibilidades a algumas conquistas, desde um status social a uma força contra a separação da família. Nos termos dos registros matrimoniais envolvendo cativos podemos perceber que as testemunhas selecionadas, seja por escolha ou determinação dos senhores, recaiam mais sobre pessoas livres e do sexo masculino. Essa parece ser uma regra geral para todos os matrimônios no Brasil do século XIX<sup>20</sup>.

As escolhas das testemunhas dos casamentos dos cativos podem sugerir uma necessidade dos seus senhores em estabelecerem boas relações sociais com vizinhos, afinal, redes de solidariedade numa região tão vasta e passível de conflitos e problemas são imprescindíveis à sobrevivência. Já para os cativos, a aproximação social com pessoas livres provocada pelos testemunhos dessas em seus assentos matrimoniais, poderia significar uma possível intervenção em alguma situação de conflito ou dificuldade. Essa relação, porém, não teria a mesma força que as estabelecidas nas situações de compadrio advindas dos batizados dos seus filhos.

Nem todos os relacionamentos conjugais ocorridos entre escravizados na sociedade macaúbense do século XIX eram sacramentados pelo rito católico do matrimônio. Para muitos, esse tipo de união poderia não fazer sentido diante da sua cultura diferente ou constituir-se em concubinatos ou era socialmente impróprio. O batismo era o sacramento mais praticado entre os negros. Para BOTELHO (1997, p.109), o sacramento do batismo era entendido pelos cativos como uma estratégia eficaz para o “estabelecimento de relações sociais na

---

<sup>20</sup>Em seus estudos sobre matrimônios de escravizados, na obra Casamento e relações de afetividades entre escravos: Vila Rica: séculos XVIII e XIX, a historiadora Mirian Moura Lott aponta ter encontrado a presença de mulheres como testemunhas apenas a partir de 1828.



luta pela (re)construção de suas vidas comunitárias”. Ter uma relação de parentesco com outras pessoas, principalmente se essas fossem de condições diferentes, poderia significar possibilidades de auxílios sociais, como ajuda no sustento e manutenção dos filhos, a garantia de direitos estabelecidos por lei, uma vida com condições melhores e, em alguns casos, a própria liberdade.<sup>21</sup>

**REGISTRO DE BATISMO DE FILHOS DE ESCRAVOS OCORRIDOS NA PARÓQUIA DE  
MACAÚBAS APÓS A LEI DO VENTRE LIVRE- AMOSTRA**

DATA	BATIZANDO	CONDIÇÃO DOS PAIS	CONDIÇÃO DOS PADRINHOS
27.03.1881	Antonia	mãe escrava	padrinho e madrinha escravos
27.03.1881	Marcellina	mãe escrava	padrinho e madrinha escravos
24.06.1881	João	pai e mãe escravos	padrinho e madrinha livres
26.06.1881	Ursulino	mãe escrava	padrinho e madrinha livres
26.06.1881	Pedro	mãe escrava	padrinho e madrinha livres
05.07.1881	Marcelina	pai e mãe escravos	padrinho escravo e madrinha liberta
29.10.1881	Autas	pai e mãe escravos	padrinho e madrinha livres
1º.11.1881	Francisco	pai e mãe escravos	padrinho e madrinha escravos
27.04.1882	Marcellina	mãe escrava	padrinho e madrinha livres
09.06/1882	Virgínia	pai e mãe escravos	padrinho e madrinhas escravos

Como vimos acima, a escolha dos padrinhos poderia incorrer em pessoas livres, libertas ou escravas, isso não configurara impedimento para que esses passassem a compor a família espiritual do batizando. Esse laço de parentesco, instituído a partir do batismo, trazia aos padrinhos não somente as responsabilidades pelo afilhado, mas também, de acordo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, algumas proibições, como a impossibilidade que o padrinho ou a madrinha contraísse matrimônio com os seus afilhados. De acordo com Schwartz (1998, p.330), os “pais e padrinhos passavam a tratar-se como compadre ou comadre, ou seja, pais suplementares da criança batizada”.

Nos livros analisados na paróquia de Macaúbas aparecem todos os grupos da sua sociedade oitocentista, pessoas de posses, livres pobres, escravos, libertos, africanos. Todos inseridos na Igreja através do mesmo ritual, não há a presença de evidências que demonstrem diferenciação na realização dos sacramentos a depender da condição ou qualidade das pessoas. A maioria dos batizados, casamentos e exéquias aconteceram na Igreja Matriz ou em capelas espalhadas pelo município, inclusive com a realização de sacramentos envolvendo cativos livres ocorrendo em mesma data e local. A diferenciação

<sup>21</sup> Vários trabalhos versam sobre essa temática, como Terra, família e solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição, Juiz de Fora (1870-1920), de Sonia Maria de Souza- 2007, Editora Edusc; e A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista, de Cacilda Machado- 2008, Editora Apicuri.

encontrada foi no que consta à abertura de livros de registros exclusivos para batizados e óbitos de filhos de escravos a partir da criação da lei do Ventre Livre, em 1871.

Entrementes, não se pode conjecturar que a inserção dos cativos no mundo cristão mudava a sua condição jurídica, como vimos, as relações estabelecidas através dos sacramentos do batizado e do matrimônio poderiam criar condições favoráveis à família escrava, mas não acabava com as agruras da vida de cativo. Um olhar atento aos registros, tanto de batizado, casamento e óbito, podem evidenciar uma diferença em relação à apresentação dos nomes das pessoas escravizadas, geralmente desprovidos de um sobrenome, fato esse não encontrado nos registros das pessoas livres. Essa evidência é uma demonstração da condição de escravos, sujeitos que apesar de inseridos na sociedade cristã católica macaúbense não perdiam as marcas cruéis da discriminação social.

**REGISTROS DE CASAMENTOS EM MACAÚBAS, SÉCULO XIX- dados retirados dos livros 1 ao 3 – Século XIX**

DATA	NOME E CONDIÇÃO DO NOIVO	NOME E CONDIÇÃO DA NOIVA
13.09.1849	Miguel-escravo	Paulina-escrava
13.09.1849	Victoriano Manuel-escravo	Anna-escrava
13.09.1849	Manoel-escravo	Luzia-escrava
28.01.1850	Alberto-liberto	Felisberta-escrava
28.01.1849	Manoel Inocencio de Sousa	MariaSalustiana- escrava
18.09.1864	Joaquim-escravo	Joanna da Rocha-forra

A ausência do sobrenome não era uma regra intransponível. Em vários estudos realizados pela professora Isnara Pereira Ivo (2012) na elaboração da obra *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa*, constam nos registros fiscais do período colonial a presença de escravos possuidores de nomes e sobrenomes, inclusive carregando o mesmo nome do seu senhor. Na listagem acima encontrada nos registros de casamentos no município de Macaúbas podemos observar que a ausência do sobrenome foi uma regra, excetuando apenas o caso de Joanna da Rocha, ex escrava, mas o mesmo não ocorreu com o indivíduo de nome Alberto, que apesar de ter a condição de liberto não lhe foi acrescentado um sobrenome. Essas observações são pertinentes para confirmar o grau de exclusão social que ocorria mesmo sendo os cativos inclusos nos ritos sacros da Igreja Católica.

As análises apresentadas acima são apenas poucos exemplos do quanto os documentos eclesiásticos são prenes de possibilidades, o que pode apontar para a ampliação do campo analítico em estudos posteriores. Contudo, de imediato, podem

contribuir com as discussões, em sala de aula, acerca do conteúdo substantivo da escravidão, não apenas pautada no eixo do sofrimento e trabalho, mas numa visão de sujeitos humanizados, ativos e proporcionadores de relações socioculturais.

### **3.2. Possibilidades didáticas do uso dos documentos eclesiásticos em sala de aula.**

Já apresentamos nesse trabalho, no capítulo 2, argumentos que comprovam a eficiência do uso de fontes históricas no desenvolvimento das aulas de História da educação básica, bem como as vantagens pedagógicas de se trabalhar com a história local. Desse modo, o material produzido a partir da catalogação dos registros eclesiásticos da paróquia de Macaúbas pode ser utilizado pelos professores em suas aulas de História para trabalharem com temáticas relativas à escravidão. Não estipularemos aqui receitas metodológicas nem atividades prontas a serem implementadas nas aulas de História, mas apresentaremos algumas sugestões de como os materiais apresentados no Guia de fontes históricas sobre a escravidão em Macaúbas podem ser explorados e direcionados, não esgotando todas as possibilidades, ficando para os docentes que o utilizar encontrarem novas abordagens.

Dentre os livros encontrados no Centro Paroquial de Macaúbas alguns não puderam ser analisados devido ao estado de deterioração que se encontram, folhas carcomidas por cupins, folhas soltas, folhas incompletas. Além disso, a pesquisa em registros eclesiásticos traz um manancial de informações, e é preciso ter cuidado para não nos afogarmos diante de tantas riquezas de detalhes, para isso temos que delimitar o nosso campo de pesquisa e suprimir o desejo (ao menos por enquanto) de se deliciar nessas águas profundas da história.

Diante desse trabalho heurístico, procuramos ter a dimensão total do conjunto documental disponível para, então, selecionar os documentos que fossem, no momento, considerados mais relevantes para o trabalho em curso. Assim, os livros analisados e catalogados foram,

- Livro de número 3. Aberto para o registro de batismo entre os anos de 1855 a 1876; encontra-se em um estado de preservação considerável, mas já requer cuidados de manuseio; tem capa dura e já foi feito algum tipo de reparo nesta; consta de 200 folhas numeradas e rubricadas; entre os termos constam registros de livres e escravos; alguns registros foram catalogados com o intuito de confrontar os termos observando a existência ou não de diferenças de tratamento na execução do

sacramento diante da condição do batizante ou dos seus pais.

- Livro de número 7. Aberto em 1871 para o registro do nascimento dos filhos de escravos a partir daquela data; o livro possui estado de preservação moderado, mas requer cuidados no manuseio; foram encontrados 822 registros de ingênuos, sendo que destes 433 são do gênero masculino e 389 do gênero feminino; os dados possibilitaram verificar a qualidade dos batizados, a condição dos padrinhos e pais, se a criança era fruto de uma união legitimada pela igreja ou considerado natural, a posição social dos senhores e senhoras de escravos e a existência de casais escravos pertencentes a senhores diferentes.
- Índice geral de batizados. Livro organizado pelo professor mestre Alan José Alcântara de Figueiredo que catalogou os registros de batizados dos livros nº 1 ao 4, compreendendo o período entre 1849 e 1861; essa catalogação foi importante por oferecer um percentual de escravos perante a população livre, sendo que constam 4095 registros, destes 401 são de escravos, 3 são libertos e os demais de pessoas livres.
- Livro nº 2. Aberto com a finalidade de registrar óbitos entre os anos de 1853 a 1876; livro preto de capa dura, um estado de preservação considerável, favorece a pesquisa; são 96 folhas numeradas e rubricadas e um total de 1230 registros de óbitos de pessoas livres, libertas e escravas; a catalogação dos termos favoreceu o desvelar de informações sobre o gênero, a condição e a qualidade das pessoas, bem como observar a existência ou não de diferenciação na aplicação do sacramento; foi feito um estudo por amostragem com 383 registros (31,1%), com o cuidado de catalogar registros entre datas diferentes.
- Livro nº 4. Aberto em 1871 com a finalidade do registro de óbito dos filhos de escravos; capa dura na cor rosa com um estado de preservação emergindo cuidados e reparos; foram anotados 130 termos de óbitos de filhos de escravos; nessa pesquisa foi observada a qualidade dos falecidos e quantos desses eram frutos de uniões legitimadas pela igreja ou considerados filhos naturais.
- Livro nº 1, 2, 3 e 4, referentes aos registros de matrimônio entre os anos de 1849 e 1872; os livros estão em um estado de preservação considerável, mas que requer cuidados e reparos; foram encontrados 117 registros de casamentos envolvendo escravos e libertos; observado a data da realização do sacramento; a condição dos noivos; no livro nº 3 foi observado a condição dos padrinhos e se os noivos, quando

ambos os escravos, pertenciam a um mesmo senhor ou senhora.

Os termos selecionados foram fotografados e feita a transcrição observando-se os requisitos exigidos para edição de documentos manuscritos. Alguns registros não puderam ser utilizados, pois diante da impossibilidade de contar com o auxílio de um filólogo, o exercício paleográfico ficou impossibilitado em alguns documentos. O objetivo foi fazer uma reprodução exata dos textos, verdadeiros fac-símiles, que possam vir a proporcionar aos professores da Educação Básica um leque de possibilidades temáticas ao se trabalhar a escravidão no Brasil a partir da história local e despertar nesses o interesse em rastrear outros vestígios documentais que nos faltam. Afinal, o passado histórico não consegue ser totalmente explicado, ele é sempre lacunar, é preciso, pois, esforços de pesquisa e interpretação no sentido de completar possíveis espaços temporais.

Como já falado anteriormente, pouco se fala em sala de aula, mas não apenas nesta, sobre a existência de mão de obra escrava em Macaúbas, muito embora as marcas concretas desse fato encontram-se no espiral de cores que colorem a sua população original, nos documentos eclesiásticos que adormecem no Salão Paroquial à mercê do desconhecimento de muitos, nas cercas de pedras que cortam nosso território e carregam em si o peso de um passado de dor e exploração, no Cruzeiro da Liberdade que simboliza a alegria pelo fim do cativo e nas poucas casas que resguardam em seus porões as algemas nas quais os escravos eram punidos. Como se vê, marcas não faltam, mas elas vão, com o tempo, se perdendo ou ganhando novos significados na memória dos macaubenses, principalmente da juventude.

Trabalhar a escravidão negra no Brasil através da história local de Macaúbas utilizando-se, para isso, dados produzidos a partir dos estudos dos documentos eclesiásticos - identificação do número de escravos batizados entre os anos de 1849 e 1861- pode ser mais motivante para os alunos, principalmente no Ensino Fundamental I e II, fase em que o conhecimento histórico visto de modo muito abstrato e desconectado da realidade do seu lugar aparece como um conteúdo sem sentido e entediante. Como não há uma produção literária nem virtual local voltada para a temática da escravidão em Macaúbas, o Guia de fontes documentais sobre a escravidão local pode ser um material de referência para subsidiar os professores e ensejar novas pesquisas.

Através desses dados os alunos poderão identificar a quantidade de escravos na sociedade macaubense oitocentista e observar a existência da possibilidade da alforria através dos termos forro ou liberto que condicionava socialmente o indivíduo, bem como

ater-se quanto à temporalidade histórica; informações que poderão ser pertinentes na abertura de diálogos e questionamentos dirigidos pelo professor.

O sentimento de pertencimento a uma família se faz importante ao indivíduo na sociedade, e isso pode ser verificado através do sobrenome que ele carrega o que o torna parte de um grupo social. Essa questão pode ser analisada nos registros do século XIX, uma criança a ser batizada é apresentada apenas com o primeiro nome, independente da condição de livre ou escrava, entretanto quanto ao nome do pai e da mãe no documento há uma forte diferenciação. Quando estes são escravos citam-se apenas o primeiro nome, seguido da sua condição e do nome do seu senhor ou senhora, já os pais livres são registrados com nomes e sobrenomes. Esse fato está de acordo às conclusões de SCHWARTZ (1998, p.327), para o século XVIII na Bahia, quando ele afirma que “Documentos oficiais com frequência registravam os escravos simplesmente pelo prenome, adicionando ‘escravo de fulano de tal’,

Essa constatação apresenta um ponto importante a ser trabalhado com os estudantes, que consiste em como a existência de um sobrenome poderia simbolizar a condição social de livre. Nos mesmos termos podem ser verificados que na escrita dos nomes dos senhores e dos padrinhos (quando estes são livres) constam nomes e sobrenomes, o que indica a condição desses. É imperioso afirmar que o sobrenome não era um exclusivo de livres ou forros, há nos trabalhos de Isnara Ivo (2012), *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*<sup>22</sup>, sobre os registros fiscais na comarca do Serro do Frio, a presença de citações de escravos com nome e sobrenome em que estes eram os dos seus senhores. Schwartz também destaca esse aspecto,

Tanto para cativos como para forros, o comum era receber o sobrenome do proprietário ou ex-proprietário. O forro Feliz Maciel fora escravo de Belchior Maciel; Josefa Pires era uma escrava crioula pertencente a José Pires de Carvalho [...]. Alguns senhores viam na adoção de seu sobrenome pelos escravos uma lisonja gratificante ao seu orgulho e senso de paternalismo, enquanto outros podem ter apreciado menos tal associação. De qualquer modo, era forte a tendência a escolher o nome do senhor. (SCHWARTZ, 1988, p. 327)

---

<sup>22</sup> Numa passagem do capítulo IV, intitulado Homens de caminho: trânsitos de cores e formas, a autora apresenta na tabela XLVII, p. 316-317, as declarações de passagem dos “homens de caminho” no registro de Inhacica. O que chama a atenção da autora é o “fato de o escravo levar consigo o sobrenome do proprietário”. Ela destaca que os três últimos escravos da referida tabela vieram da “Capitania da Bahia (Macaúbas do rio São Francisco e do rio Verde Pequeno), mais especificamente, de uma região de fronteiras entre as duas capitânicas”. Esses homens de caminho estavam comercializando mercadorias “de uma parte à outra parte dos sertões da Bahia e de Minas Gerais pelo registro de Inhacica”. O interessante nessa passagem do livro da professora IVO é a referência feita a localidade de Macaúbas do rio São Francisco, pois nesse período

A citação de apenas o primeiro nome nos registros de batismo também foi verificada nos registros de obituários, tanto de falecidos escravos quanto das pessoas livres, mas há constância de apenas o primeiro nome no caso do pai ou mãe escravos. Nos registros de casamentos analisados isso ocorre com os nomes dos nubentes e padrinhos quando são cativos.

Na análise dos registros de óbito no livro número 4<sup>23</sup>, aberto para o registro de falecimento dos filhos de escravos, a partir da lei do Ventre Livre, há um total de 130 óbitos de ingênuos registrados. Um olhar atencioso sobre os dados apresentados evidencia uma característica social de Macaúbas, semelhante à que Schwartz, em seu livro Segredos Internos, identificou para a Bahia e o recôncavo, que é o alto índice de filhos de escravos que nasceram fora das uniões sacramentadas pela Igreja. Essa observação é percebida no registro da expressão filho legítimo seguida dos nomes do pai e da mãe, entretanto quando consta apenas o nome da mãe aparece a expressão filho natural.

**Registro de óbitos de ingênuos, Livro nº 04, entre os anos de 1871 a 1883- situação de filho legítimo ou filho natural.**

Filhos legítimos (nome do pai e da mãe)	33 registros	25,3%
Filhos naturais (apenas o nome da mãe)	97 registros	74,6%
Total de registros	130 registros	100%

No livro paroquial nº 07, aberto a princípio com a finalidade do registro de batizado dos ingênuos, também se constatou uma grande diferença numérica no índice de crianças fruto de relações não consagradas pela Igreja, ou seja, os registros de filhos naturais superam os de filhos legítimos. Essa constatação social não infere que essas crianças não tinham um núcleo familiar composto por um pai e uma mãe, pois o matrimônio de cativos, apesar de ser um sacramento defendido pela Igreja Católica, pode ter sido refutado ou negado aos cativos. Essas são questões que podem transcender o passado e servir para a

---

Macaúbas pertencia ao município de Urubu (atual Paratinga) e suas terras chegavam até a fronteira com Minas Gerais no rio Verde Pequeno. Outro fato que desperta curiosidade e levanta hipóteses é o nome do antepenúltimo ‘homem de caminho’ da tabela XLVII, “Domingos de Sá Pereira, escravo do capitão de Dragões Damião José de Sá Pereira”, visto que há na sociedade macaubense atual uma família com esse sobrenome. São informações pertinentes que ensejam futuras pesquisas.

<sup>23</sup>Este livro foi aberto por Aureliano Jacinto Pereira Lisboa, oficial da 5ª secção, em nome da Secretaria do Governo da Bahia, em 25 de novembro de 1871, para registrar os filhos de escravos falecidos desde a data da lei do Ventre livre. Na capa consta a numeração 4, mas em sua lateral foi identificado com o número 6, nota-se uma inconstância na organização.

promoção de debates sobre o conceito de família ao longo do tempo, bem como para o direito adquirido por lei que garante aos filhos de uniões extraconjugais terem o nome do pai registrado em sua certidão de nascimento.

O conceito de família de Tarcísio Rodrigues Botelho (1994) nos ajuda a compreender os laços familiares constituídos nessa sociedade escravista:

A família escrava passou a ter uma definição mais ampla, pensada em termos de convívio familiar e comunidade escrava. Assim, ela já não se referia apenas aquelas legitimamente constituídas. Mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos, viúvos (as) com seus filhos e outros arranjos. (BOTELHO, 1994, p. 129)

Outro ponto de extrema relevância que pode ser explorado pelo professor através dos dados fornecidos pela análise dos óbitos dos ingênuos no período entre os anos de 1871 e 1883 é o conteúdo das leis abolicionistas do século XIX. Consta no prefácio do livro de óbito número 4, escrito pelo “official” da 5ª seção da Secretaria do Governo da Bahia, a 25 de novembro de 1871, a função que o livro servirá “para o registro dos óbitos dos filhos de escravos que tiverem nascido desde a data da lei Nº 2040 de 28 de setembro do corrente ano (1871)”. A análise desse prefácio em sala de aula, dirigida pelo professor, pode gerar a pesquisa sobre a referida lei e os seus desdobramentos sociais, o professor pode também trabalhar com o conceito de ingênuo, termo muito utilizado após a criação da lei do Ventre Livre e relevante para compreender o texto sobre o direito à cidadania expresso na Constituição de 1824. De acordo Antonio de Moraes Silva (1789), o indivíduo considerado ingênuo era aquele que era filho de pai liberto.

Apesar dessa pesquisa não enveredar pela análise dos livros didáticos e como eles tratam o tema da escravidão no Brasil, a nossa vasta experiência de docência nos permite afirmar que os livros didáticos apresentam, predominantemente, a imagem econômica do sistema escravista. Entretanto, algumas obras já destacam um capítulo inteiro para tratar especificamente sobre a temática e enfatizam a trajetória dos negros escravos até o Brasil, os castigos sofridos, as fugas com formações de quilombos, dando destaque para Palmares e as leis atuais que tratam sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas e a criminalização do racismo no Brasil.

Ao estudo sobre a escravidão em nosso país é preciso inserir nos discursos e pesquisas em sala de aula a existência de relações sociais desenvolvidas pelos cativos, entre eles e com pessoas de condições diferentes. É notório salientar que a liberdade é algo



sonhado por todo aquele que vive em cativeiro e que reconhece essa sua condição, e que a luta para a alcançar nem sempre resulta em sua conquista literal. Desse modo, era preciso nessa sociedade escravista, criar estratégias e até mesmo acomodações de modo que o cativo pudesse dispor de tempo para si e sua família, de se relacionar, festejar, devotar sua fé, o que pode ser entendido através dessas relações sociais. O historiador João José Reis (1983) salienta que o escravo não ficou passivo perante a sua condição de cativo, e que todo o conjunto de resistência aplicado durante o sistema escravista brasileiro colaborou na construção de uma cultura africana e afro-brasileira,

[...] Esse verdadeiro malabarismo histórico resultou na construção de uma cultura da diáspora negra que se caracteriza pelo otimismo, coragem, musicalidade e a ousadia estética e política incomparáveis no contexto da chamada Civilização ocidental. (REIS, 1983, p. 107).

Os termos de casamentos e batizados encontrados nos livros de registros desses sacramentos que foram catalogados no percurso dessa pesquisa acadêmica podem ajudar a compreender outros momentos das vidas dos escravos, humanizar essas pessoas que ocuparam, por muitos anos, na historiografia um espaço reservado aos sujeitos passivos e/ou rebeldes, destituídos de vontades, famílias e direitos. É possível explorar os termos de batismos, casamentos e óbitos paroquiais levantando questionamentos acerca das relações estabelecidas entre os compadrios com pessoas da mesma condição ou de condições diferentes; refletir sobre as uniões conjugais consagradas pelo matrimônio católico compreendendo como o código canônico poderia ser utilizado a favor dos escravos ao determinar a não separação dos membros familiares pelo ato da venda de um dos seus componentes, o porquê ser vantajoso um escravo casar-se com uma mulher livre ou forra, como novas relações eram estabelecidas entre as famílias escravas e os seus senhores, como a forte religiosidade cristã católica de Macaúbas, algo que é referencial dentro da Diocese de Caetité, e outros pensares que podem surgir num debate dirigido pelo professor. O importante é perceber a existência de relações sociais entre livres e escravos e como essas estavam permeadas de conflitos, acordos, negociações e resistências, bem como enxergar os cativos também como sujeitos integrantes e construtores da sociedade cristã macaubense.

O século XIX é apresentado aos estudantes da Educação Básica como o século das luzes, o cientificismo espalhando-se pelo mundo e ditando os novos pensares e relações sociais. É nesse cenário que surge a publicação de Charles Darwin, *A origem das espécies*, de 1859, que vai ser incorporada pelos estudiosos das Ciências Humanas que passam a

entender o desenvolvimento da humanidade em etapas civilizatórias. Assim como numa pirâmide hierárquica de desenvolvimento, os brancos europeus estariam no topo, e povos primitivos “como os botocudos do Brasil restavam na base, representando a infância da civilização” (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p, 422). Surge nesse contexto uma teoria sistemática sobre raça, conceito que vai ser fundamental para marcar as hierarquias entre os povos, criar “verdades pseudocientíficas” de que a miscigenação era sinônimo de degeneração. Ainda segundo Schwarcz e Gomes, os darwinistas raciais vão qualificar as diferenças humanas e fazer delas seu “objeto de estudo”, assim o conceito de raça se torna essencial e respaldado pela ciência biológica. O espaço estava aberto para o racismo e toda a violência que carrega em si.

Segundo IVO (2016) o termo raça foi utilizado no Brasil como categoria pela primeira vez no censo de 1872. Entretanto, as categorias utilizadas ainda para hierarquizar e classificar os indivíduos da Vila da Vitória, são as mesmas encontradas nos termos eclesiásticos estudados em Macaúbas, nos quais podemos ver o emprego dos termos ‘branco, africano, preto, pardo, crioulo, mulato e cabra’ na qualificação das pessoas. Desse modo o estudo dessas fontes são recursos ricos na discussão atemporal sobre as hierarquias sociais e, apesar de o termo racismo não ter sido empregado antes do oitocentos há nos estudos de Regina Célia Lima Xavier (2009) a apresentação da tese de Sweet na qual ele defende que desde o século XV já se pode perceber, nas monarquias ibéricas, a “existência de classificações raciais”. Mesmo sem se ter ainda cunhado o conceito de raça, a ausência de uma sistematização científica desse conceito não impedia a presença do racismo. Xavier (2009, p. 3) salienta, ainda, que a “historiografia brasileira também está atenta à historicidade dos critérios classificatórios e sua importância para a definição de hierarquias sociais ao analisar o período colonial e imperial”. Esse pensamento está também presente em Ivo (2016, p. 115) quando ela afirma que é “este caleidoscópio de cores e formas que aparece na documentação colonial e que, só recentemente, a historiografia tem buscado compreender e explicar.”

Essa hierarquização e classificação apontada nos registros eclesiásticos, onde a qualidade do indivíduo é colocada logo após o seu nome,

não pode ser compreendida de modo dissociado da cor da pele, uma vez que a cor, embora, na maioria das vezes não esteja explícita, relaciona-se à essa categoria. A classificação fenotípica, elaborada pela condição social, pela cor da pele, tipo e cor dos cabelos, pela estatura ou tipo de rosto – redondo ou quadrado -, pelas características faciais, tais como, cor dos olhos, formato dos lábios, e tipos de narizes, foi importante, no passado, tanto na visão do outro, quanto pelo que

revelava da visão de si mesmo. (IVO, 2016, p. 115)

Como se apresenta nos termos catalogados e analisados nessa pesquisa sobre os registros oitocentistas da Paróquia de Macaúbas, a sua população tinha majoritariamente a condição de livres e a qualificação de pardos. Entretanto, a descrição da qualidade é um indicador de mestiçagem e, conseqüentemente, de hierarquia social, processo que foi ao longo do tempo imputando aos escravos, forros e livres novas distinções de cores. Compreender os conceitos sobre essas classificações e compreender como indicavam hierarquia e identidade social pode ser relevante nos estudos sobre a escravidão na educação básica, principalmente com os estudantes do Ensino Médio. Desse modo, serão apresentados no produto final dessa dissertação, que vem a ser um Guia de Fontes Históricas sobre a escravidão em Macaúbas, conceitos sobre os termos qualitativos<sup>24</sup> encontrados nos registros paroquiais e textos de apoio para subsídio dos professores.

Não é objetivo do referido produto despertar a curiosidade em relação às abordagens genealógicas que busquem identificar qual família teve um antepassado escravo ou quem hoje é descendente dos senhores escravistas. O que se busca é subsidiar as aulas dos professores de História com materiais que possam servir de análise historiográfica para que se tornem momentos de maior interação e aprendizagem de uma verdadeira educação histórica. Os alunos poderão compreender as realidades atuais existentes no território de Macaúbas, bem como características sociodemográficas de sua população, transpondo o conhecimento do passado para interpretar o presente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escravidão é uma temática difícil de ser trabalhada em turmas da Educação Básica. A imagem de sofrimento e humilhação dos negros africanos e seus descendentes no Brasil colonial e imperial está, de certo modo, perpetrada e consolidada no imaginário social. Essa “identificação do escravo com o trabalho e mais a sua vitimização induz o aluno a um reducionismo do entendimento desse evento histórico e suas conseqüências” (CORTÊS, 2014, p.9), o que observo como um ponto de afastamento e negação a esse estudo.

Não são poucas as produções acadêmicas voltadas para a narrativa da escravidão no Brasil. O tema é pesquisado e discutido entre intelectuais das Ciências Humanas sob várias

---

<sup>24</sup>Para subsidiar esse trabalho os conceitos dos termos de qualidade serão apresentados de acordo o dicionário de Antonio Moraes e Silva.

perspectivas e enfoques. Novas fontes documentais e visões interpretativas dão às produções contemporâneas um ar renovado desse passado histórico, o que suscita em nós, professores da Educação Básica, uma constante atualização da historiografia pertinente para assim estarmos em consonância com esses novos saberes.

A escravidão foi selecionada para ser a pedra angular da nossa pesquisa e produção históricas levando em consideração a necessidade de promover um ensino que seja capaz de abarcar os mais recentes debates historiográficos sobre a temática, debates estes nos quais predominam um olhar antropológico sobre a escravidão: “os escravos, mesmo reduzidos juridicamente à condição de objetos, não deixavam de ser seres humanos.” (FONSECA, 2002, p.128).

Nosso trabalho objetivou produzir um material metodológico que possa favorecer o desenvolver de aulas sobre o tema da escravidão a partir desse olhar antropológico, nas quais os professores orientem seu alunado à análise de registros eclesiásticos de batismo, óbito e matrimônio selecionados no recorte temporal da segunda metade do século XIX, encontrados nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas/BA.

A História Local foi entendida como uma prática metodológica capaz de dar sustentação sólida a aulas que aproximem aluno e conteúdo apresentado, despertando neles o interesse pelo saber. A extensa caminhada como docente da Educação Básica e, especificamente, como professora de História, possibilitou perceber como os alunos gostam de saber mais sobre o lugar ao qual eles pertencem, percepção esta compartilhada por especialistas do ensino ao afirmarem que “o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p.113).

Essa constatação metodológica sobre a importância da História Local esbarra em uma dificuldade encontrada por nós, professores de história, que é a falta de material didático-pedagógico que sirva de subsídios para as nossas aulas. Essa realidade demanda assim um tempo maior de estudos e pesquisas e sistematização das informações colhidas para o docente, tempo esse que é tão raro para os profissionais da Educação Básica. Embora o contexto atual esteja favorável às produções sobre a história e a memória local, mesmo que sem um selo das academias, muitas vezes esses materiais são de desconhecimento de muitos professores, ou mesmo não foram reconhecidos por esses como recursos de relevância para as aulas de História.

A associação entre o estudo da escravidão e a história local nos permite acreditar na relevância da compreensão desse fenômeno no desenvolvimento da nossa empatia e

alteridade, sentimentos tão necessários em sociedades herdeiras do racismo gerado por séculos de escravidão, e o entendimento pedagógico de que os estudantes se sintam mais motivados ao estudo quando um fato histórico pode ser contextualizado com a sua realidade local.

Ao produzir o primeiro capítulo, no qual se buscou apresentar a trajetória histórica do município baiano de Macaúbas, surgiu a reflexão sobre o porquê de a escravidão local ser um acontecimento histórico que não encontra frequência nas discussões, seja em ambiente social ou escolar, dos macaubenses e da relevância do estudo da temática. Apresentamos assim, através das ideias de Edward Carr, Le Goff, Peter Burke, Maurice Halbwachs, Marc Bloch e Jessé de Souza, como a memória coletiva ocupa um espaço nas relações de poder e a relevância do historiador como um agente capaz de historicizar os fatos e resguardar memórias.

A busca por informações sobre a origem da ocupação do território que hoje forma o município de Macaúbas foi um obstáculo a transpor; de imediato se pensou que as fontes a serem utilizadas seriam apenas de escritores locais, entretanto ao longo da caminhada uma gama de estudos e produções literárias puderam embasar diretamente, ou indiretamente, o estudo sobre a sua origem, sociedade e economia. Desse modo, o diálogo com obras literárias do macaubense Alan Figueiredo, da Dra. Isnara Ivo, dos pesquisadores Durval Vieira Aguiar, Basílio Magalhães, Erivaldo Fagundes Neves, Cícero Campos e Walfrido Moraes foi imensamente profícuo.

Dentro dessa primeira parte do estudo ocorreu também a necessidade de fazer pesquisas voltadas à compreensão da relação e do papel da igreja cristã com a escravidão africana, de justificar a relevância dos documentos eclesiásticos como fonte histórica primária e fortalecer a mentalidade de que o estudo sobre a nossa africanidade se faz pertinente no combate ao racismo.

A segunda parte foi dedicada às questões teórico-metodológicas sobre o Ensino de História, no qual se buscou trilhar nas discussões da Educação Histórica. Discutimos sobre o trabalho com a história local em sala de aula, do papel da micro- história, apresentamos os conceitos de identidade, memória, de documento histórico e do seu uso em sala de aula, de consciência e literacia históricas. Os principais autores estudados foram Schmidt, Cainelli, Ferreira, Franco, André Neto, Santos, Oliveira, Pacini e Cerri.

Apesar de ter uma prática docente que caminha paralelamente com a teoria da Educação Histórica, foi possível reforçar a premissa da necessidade da formação continuada

para nós professores da Educação Básica, pois foi através das aulas oferecidas pelo Profhistória que nos foi proporcionado o debate sobre as concepções dos historiadores Jörn Rüssen e Peter Lee e Isabel Barca, alicerces dessa concepção teórica.

Foi muito gratificante perceber que o trabalho que desenvolvemos nas salas de aula da rede estadual baiana não está dissociado do que as teorias atuais do Ensino de História nos têm legado, pois ao longo dessa convivência com os alunos, a prática do diálogo foi fortalecida e, assim, foi possível obter informações sobre as realidades diversas que os circundam, bem como o conhecimento prévio que eles carregam sobre os conteúdos a ser trabalhados. O Profhistória trouxe, assim, o embasamento teórico que nos é tão caro e imprescindível.

A terceira parte dessa produção acadêmica foi voltada para a discussão acerca das possibilidades metodológicas que as fontes eclesiásticas podem oferecer no desenvolvimento de aulas nas salas da Educação Básica macaubense. Muitas ideias didático-pedagógicas foram surgindo a cada pesquisa e sistematização feitas a partir da análise dos registros eclesiásticos. Sendo assim, o que se apresentou foram algumas possibilidades de caminhos a serem trilhados pelos meus pares.

No desenvolver dessas ideias a bibliografia selecionada foi fundamental para a compreensão das relações sociais da sociedade escravista brasileira. Ficou claro também a necessidade da continuidade e aprofundamento dessas leituras, pois se constituem como mananciais profundos de saberes historiográficos capazes de trazer contribuições à prática pedagógica. O tempo destinado ao estudo do mestrado não foi suficiente para explorar toda a riqueza desse saber, é preciso o mergulho constante.

Quando em 2020 tivemos a aula inaugural da primeira turma do mestrado em História profissional a ser oferecido pela UESB, na qual tivemos a feliz oportunidade da presença enriquecedora do professor da UERJ, o Dr. Luís Reznik, como palestrante, foi-nos colocado a necessidade da elaboração de um material pedagógico e didático como exigência do programa, foi imaginado, a princípio, que seria apenas a verbalização de uma experiência docente de sucesso pedagógico sem a exigência da pesquisa.

Esclarecido a necessidade da elaboração dissertativa de uma pesquisa para embasamento do referido material, foi possível constatar como os saberes aprendidos no ministrar das disciplinas do mestrado foram imprescindíveis para as reflexões enriquecedoras acerca da nossa prática docente em salas da Educação Básica, mas também fundamental para perceber a preocupação dos acadêmicos em História em caminhar

conjuntamente com os professores daquela modalidade de ensino.

Foi a partir dessa ação conjunta que se chegou à proposta final da elaboração de um Guia de Fontes Históricas para professores da Educação Básica de Macaúbas-Bahia. O material traz em seu corpo termos eclesiásticos \_ e suas transcrições\_ da segunda metade do século XIX contendo registros de batismos, óbitos e matrimônios de escravos e libertos realizados pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas; textos de apoio aos professores com subsídios para compreender o contexto escravista; tabelas com sistematização numérica dos dados sociais; vocabulário do século XIX com as expressões encontradas nos registros; e por fim propostas de reflexões e abordagem metodológica para o ensino histórico da escravidão a partir de um olhar local.

Assim, o Guia de Fontes Históricas para professores da Educação Básica de Macaúbas foi gestado a partir das premissas de que a história da localidade dos estudantes é um elemento instigador e significativo para o estudo dos conteúdos substantivos da grade curricular de História; de que a escravidão deve ser estudada também a partir de um olhar antropológico que coloca o escravo como um sujeito dotado de vontades e ações; de que o trabalho com documentos históricos em sala de aula se constitui como um recurso de grande relevância no desenvolvimento do pensamento histórico.

O andejar da construção do guia foi muito edificante, tanto no que concerne à didática do trabalhar com a escravidão, mas também do ponto de vista histórico para o município de Macaúbas. “A história é, antes de tudo, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros” (Duby, s/d, p.16). Essa citação, encontrada no decorrer dos estudos, expressa o que significou cada momento de pesquisa realizada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR, Durval Vieira. **Província da Bahia**. Editora Cátedra-MEC, 1979.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 160, 2011.

ARAUJO, Emanuel. **Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro**. Museu Nacional: São Paulo, 2007.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do projecto à avaliação**. In. Para uma educação histórica de qualidade. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga (PT): Ed. Universidade do Minho, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **A Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Batismos e compadrio de escravos: Montes Claro (MG) século XIX**. Juiz de Fora, LOCUS: Revista de História, Vol. 03. Nº 01, p. 108 – 115, 1997.

\_\_\_\_\_. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**, vol. 1. Petrópolis, Vozes, 1986. 3v

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, v.135, n. 24,20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/03. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas**. Brasília, 2003. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.



BUENO, Eduardo. **História do Brasil: Os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada**. 2. ed. São Paulo: Publifolha: Zero Hora/RBS Jornal, 1997.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. **Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira**. TOPOI, v. 6, n.11. 2005.

CAMPOS, Cícero. **Descrição do Município de Macahubas**. In: Instituto Geographico e Histórico da Bahia. Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia – I volume. Bahia: Impressão Oficial do Estado, 1918, p. 501-518.

CAMPOS, Simone Calil Ramos. **Representações e ensino de História: imagens de alunos do ensino médio sobre a escravidão negra no Brasil**. Belo Horizonte, 2009.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3ª ed, 7ª reimpressão. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. **Direto à fonte. Nossa História**. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n.7, p. 66-68, mai.2004.

CÔRTEZ, Livia Gomes. **Representações do escravo e a importância do estudo da escravidão: saberes de crianças nas séries iniciais**. Anais do XVI encontro regional de História da Anpuh. Saberes e práticas científicas Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A história africana e os elementos básicos para seu ensino**. IN: LIMA, Ivan Costa (Org). Negros e currículo. Florianópolis –SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n. 2)

DIRETRIZES

Curriculares.

Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_hist.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf)>.

DUBY, Georges. “O historiador, hoje”. In: DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LADURIE, E. L. R., LE GOFF, Jacques (org.). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d ensino. Núcleo de Estudos Negros (NEN) Florianópolis - SC, 1997.

FAECPR. Portal da Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: <[https://www.faecpr.edu.br/site/portal\\_afro\\_brasileira/2\\_I.php](https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/2_I.php)> Acesso em dezembro de 2020

FARIA, Sheila de Castro. **Viver e morrer no Brasil Colônia**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. **The negro in Brazillian Society**. Nova York, 1969.

FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FIGUEIREDO, Alan José Alcantâra. **Aspectos da História de Macaúbas**. Globo, 2015.Macaúbas.

\_\_\_\_\_. **Efemérides Macaubenses**. Macaúbas: [s.n.], 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX**. R. Educ. Pública, v.18, n. 36, p. 201-219. Cuiabá, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica**. Revista brasileira de história na educação. 2002. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38725/20254>. Aceso em julho de 2021.

FONSECA, D. F. da; GERMINARI, G.D. **História difícil e etnocentrismo: o ensino de história e o genocídio de Ruanda**. Antíteses, v.11, n.22. 2018.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 74-106.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 74ª ed. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GERMINARI, GeysaDongley. **Ideias de jovens do ensino médio sobre história: um estudo na perspectiva da educação histórica**. *Diálogos*, v.20, n.3. 2016.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul. /dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2982> Acesso em: 12 de outubro de 2021.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012

IVO, Isnara Pereira; SANTOS, Ocerlan Ferreira. **Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX**. *Revista de História Regional*, v.21, p. 110-119. 2016.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I, p. 57.

LEE, P. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Educar, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Editora UFPR.

LIMA, Maurílio Cesar de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

MARTINS, Romulo de Oliveira. “Vinha na fé de trabalhar em diamantes”. Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840-1888). Salvador, BA: PPGH- UFBA, 2013.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

MEDEIROS, Ruy Herman Araujo. **História local e memória: limites e validade**. Campinas, SP: Librum Editora, 2013.

MONTI, Carlo Guimarães. **Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender História**. 30º Simpósio Nacional de História. ANPUH-Brasil. Recife, 2019.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações – História integrada: Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. 4.ed. Salvador: EGBA, 1991.

MORAIS SILVA, Antonio. **Diccionario Língua Pôrtugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau**, reformado, e accrescentado por Antonio Moares Silva, Natural do Rio de Janeiro. Tomo Primeiro, A-K. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. Com licença da Real Mesa da Comissão Geral, sobre o Exame, e Censura dos Livros. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008422&bbm/5412#page/1/mode/2up>. Acessado em 1º de janeiro de 2022.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje: história realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global, 2004.

NANEZ, Otto Jorge da Silva. **Narrativas e conhecimentos históricos substantivos: um estudo com alunos do 9º ano do município de Tailândia/PA**. Universidade Federal do Pará, Ananindeua 2019.

NETO, André de Faria Pereira. **O uso de documentos escritos no ensino de história: premissas e bases para uma didática construtivista**. História & Ensino, Londrina, v.7, p. 147-165, out. 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio**. 2.ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Gilberto. **A discriminação racial na educação brasileira**. In: Revista de Educação Popular, nº 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Igreja e escravidão africana no Brasil colonial**. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria, v.10, n.18, 2007, p. 355- 387.

OLIVEIRA, D. **Professor-pesquisador em educação histórica**. Curitiba: Ibpex, 2011.

PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFENER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. In: Revista do Programa de Pós- Graduação em História. Ano 90, Porto Alegre. V. 15, Nº 28, p. 113-128, dez. 2008.

PACINI, Henrique Ferreira. **O ensino sobre a escravidão africana no Brasil: apontamentos a partir do conceito de consciência histórica.** XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Julho, 2015. Florianópolis-SC.

QUIRINO, Gisele Dias. **Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX).** XIV Encontro Regional da ANPUH, Rio, Memória e Patrimônio. Julho de 2010.

REIS, João José. **Resistência Escrava na Bahia.** "Poderemos Brincar, Folgar e Cantar...": O Protesto Escravo na América. In Afro-Ásia, 1983.

ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves. **Os arquivos paroquiais do município de Sintra: contribuições para a sua reconstituição.** 2011. Dissertação (mestrado), Programa de Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

RUSEN, Jorn. **Pragmática \_ a constituição do pensamento histórico na vida prática.** In: \_\_\_\_\_. Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001. p. 53-94.

SANTOS, Joaquim J. Moura dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 105-124, jan./abr. 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marilene. Ensinar história. 2. Ed. São Paulo: Scipione. 2009.

\_\_\_\_\_. O historiador e a pesquisa em educação histórica. Educar em revista, v.35, n.74. Curitiba, 2019.

\_\_\_\_\_; URBAN, A.C. (orgs). **O que é educação histórica**. Curitiba: W.A. Editores, 2018. (Coleção Educação Histórica).

\_\_\_\_\_; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende (org.). **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias Raciais. Dicionário da Escravidão e Liberdade. Org. Lilia Moritz e Flavio Gomes. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. P. 420-427. Disponível em <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em 1º de janeiro de 2021.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, 2005.

SILVA, A.A.G.; BORGES, J. Arquivos Secretos eclesiásticos em Salvador. Informação e Informação, Londrina, v. 14, n. 2, p. 38-61,2009.

SOUZA, I. S.; MOTTA, F. P. C; FONSECA, D. **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo: Editora Universidade Estácio de Sá, 2002.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava jato**. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

SPIX, Johaan Baptist von; MARTIUS, Carl F. P. Von. **Através da Bahia**. 3.ed. Salvador: Assembleia Legislativa – Edições ALBA, 2016.

TOLEDO, Maria Aparecida LeopoldinoTursi. **História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história.** Antúteses, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 743-758, jul./dez. 2010.

VASSOLER, M.F.; EVANGELISTA, L.F.M. **A educação histórica e a aprendizagem de conceitos: uma experiência com aulas-oficina.** In. Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE. Cadernos PDE. Versão Online, ISBN 978-8015-080-3. Paraná, 2014

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos.** 2a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 136-137.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX.** 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, de 13 a 15 de maio de 2009. Curitiba. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/reginaxavier.pdf>. Acesso 1º de janeiro de 2021.